



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

**BRENDA VICENTE TAKETA**

**FÓRUNS VIRTUAIS DE REDD:** análise da função comunicativa na construção  
de políticas orientadas por organizações da sociedade civil

Belém  
2012

**BRENDA VICENTE TAKETA**

**FÓRUNS VIRTUAIS DE REDD:** análise da função comunicativa na construção de políticas orientadas por organizações da sociedade civil

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Planejamento do Desenvolvimento

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nirvia Ravena

Belém  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca "José Marcelino Monteiro da Costa", Naea-UFPA**

---

Taketa, Brenda Vicente.

Fóruns virtuais de REDD: análise da função comunicativa na construção de políticas orientadas por organizações da sociedade civil/ Brenda Vicente Taketa. — 2012

Orientador: Nirvia Ravena

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Gestão ambiental e manejo de ecossistemas, Belém, 2012.

1. Comunicação política. 2. REDD 3. Sociedade civil. 4. Amazônia Brasileira. I. Título.

CDD - 21. ed. 302.2309811

---

**BRENDA VICENTE TAKETA**

**FÓRUNS VIRTUAIS DE REDD:** análise da função comunicativa na construção de políticas orientadas por organizações da sociedade civil

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

**Aprovado em: 04.07.2012.**

**Banca examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nirvia Ravena  
Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Maria Ramos de Castro  
Examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ima Célia Guimarães Vieira  
Examinadora externa – Museu Paraense Emílio Goeldi

À minha mãe Rosa Maria, pela sorte  
com que já nasci de ter vindo com e  
por ela.

## AGRADECIMENTOS

Sonho nenhum é possível se não for partilhado com quem também acredita e o vive junto com a gente. Muito além de qualquer relação amorosa, bem falou o poeta, é impossível ser feliz sozinho.

O meu muito e mais sincero obrigada:

Aos meus pais, Rosa e Gilberto Taketa, a quem eu agradeço pela infância mais que feliz e sem impedimentos para a realização de uma vida adulta saudável. Especialmente à minha mãe, pelo cuidado, amparo e companhia de uma vida inteira. Pelo amor de muito e por ensinar que o conhecimento, formal ou não, é o bem mais valioso de uma pessoa, porque dela ninguém o tira. E que o compromisso de todos nós está em arriscar todas as tentativas necessárias, com os seus erros e acertos, porque não há responsabilidade e paixão maiores do que a própria vida.

Às minhas irmãs Monica e Cíntia Taketa e ao meu cunhado Edecio Sousa, com quem eu também divido essa conquista, por me ensinarem o valor do compartilhamento, da aceitação e da alegria de ter com quem contar quando o mundo dói ou faz cócegas.

Aos meus avós maternos e paternos, Antonio e Roseliz Vicente, Takeshi (*in memoriam*) e Kono Taketa, respectivamente, pelas referências de toda uma vida de dignidade, trabalho árduo, gentileza, parceria e dedicação ao outro.

Às minhas tias e tios, primos e primas, pelo afeto desprendido, pelos muitos favores e pela alegria com que sempre me recebem.

À professora Nirvia Ravena, pelas ricas discussões, apoio, interesse, contribuições diversas e, principalmente, pela confiança no projeto que enfim se materializou em dissertação.

À professora Luciana Costa, muito atenciosa e solícita desde os tempos de graduação e também no processo de qualificação do projeto de mestrado, sem esquecer as oportunidades profissionais tão caras à minha trajetória profissional.

A todos os professores que fizeram o mestrado valer tanto a pena quanto a alegria do aprendizado, com admiração especial por Edna Castro, Francisco de Assis Costa, Saint-Clair Trindade, Josep Vidal e Fabio Silva.

À professora Ima Vieira, por todo o respeito que tenho por sua atividade como pesquisadora, como mulher atuante em seu meio e por gentilmente aceitar o convite para o exame deste trabalho.

A todos (as) os colegas de classe, com quem aprendi ainda mais a importância do respeito, solidariedade e o prazer de uma - ou múltiplas - boa companhia. A riqueza que há em ser plural e, ao mesmo tempo tão singular, é o que mais me inspira nos novos e queridos amigos Fabíola Cereja, Luiz Cláudio Moreira Júnior, Tatiane Costa, Ariane Angélica Moreno, Mateus Monteiro Lobato, Fauze Chelala, Rosa Cunha, Cleiton Cabral, Cecília Ochoa, Glorgia Farias, Luiz Gonzaga, Stella Pessoa, Josie Mota e Milena Andrade.

Aos colaboradores do Naea Daniela Mota, Adyla Oliveira, Rennan Louchard, Simone Ribeiro e Sidney Lima, que tornaram mais simples, acessíveis e melhores alguns dos principais serviços necessários à realização do curso.

Ao sempre chefe Peter Toledo, pela oportunidade de participar da experiência rica e única de ver nascer e crescer o novo Idesp e, principalmente, de dividir por ele o amor que construiu as suas bases. Apesar da tristeza de não ter visto a maturidade institucional chegar no tempo e com a energia que gostaríamos, nada é mais importante do que a certeza de saber que não haveria esforço, dedicação e compromisso maiores do que os depositados naqueles dois anos de trabalho, que valeram por tantos mais. Inesquecíveis também o incentivo ao mestrado, a confiança e a amizade que fazem dessa companhia quase uma presença paterna e muito bem-vinda.

Aos ex-chefes e antigos colegas de trabalho, que se converteram em amizades valiosas e referências inesquecíveis de amor ao que se faz: Ruth Rendeiro, Sergio de Mello Alves, José Maria Cardoso da Silva, Ana Célia Costa, Luis Barbosa, Natalino Silva, João Olegário Carvalho, Ana Rosa Rodrigues da Silva, Jonas Veiga, Layse Santos e Geraldo Narciso, entre tantos outros que, por limitações de espaço, não caberiam aqui.

Aos companheiros da vida que, de maneira especial, sensível e lúcida fazem toda a diferença e a certeza de que não estou só. A família que eu pude escolher:

- Tatiana Amaral Ferreira, Rayza Sarmento e Igor Oliveira, que além de amizade, tanto ajudaram com incentivos, revisões e contribuições no trabalho, desde o projeto. Pessoas admiráveis, comprometidas, generosas e amáveis, no melhor sentido dos termos;

- Mayara Araújo, Alessandro Bacchini, César Almeida, Mari Chiba, Klébeson Moura, Lidiane Campos, Juliana Oliveira e Thiago Barros, cujas companhias amparam, divertem e consolam desde as épocas de adolescente ou da faculdade;

- Christiane Portilho, Ana Prado, Leonardo Aquino, Claudia Saldanha, Luana Fonseca, Carolina Caldas, Suelen Carvalho e Karine Gonçalves, que se fizeram presentes em períodos mais recentes, mas não de forma menos importante e carinhosa.

E a todos (as) os que desejaram e fizeram diferença no decorrer de toda a vida e que não tenham sido aqui mencionados. Antigos professores, vizinhos e amigos a quem o tempo faz perder de vista, mas que desempenharam papéis fundamentais em determinados momentos. Gente de todos os tipos que de alguma forma contribuiu e reforçou a certeza de que sempre é tempo de ser fazer o próprio melhor, de se viver bem no agora, porque a vida vale sim (e muito) o esforço, o sentimento e a dedicação.



O mestrado foi um intervalo para a reinvenção da vida. Tempo de permitir-se, no sentido de realizar a si mesmo, deixar-se finalmente acontecer. Reapreciar o mundo, descobrir pessoas, descartar certezas e recombinaer experiências. Desconstruir e então refazer a si mesmo – e aprender que o durante é o que realmente importa, começos e finais comumente são meras formalidades. Não sair ileso é a maior conquista de qualquer aprendiz.

*Há sem dúvida quem ame o infinito,  
Há sem dúvida quem deseje o impossível,  
Há sem dúvida quem não queira nada –  
Três tipos de idealistas, e eu nenhum deles:  
Porque eu amo infinitamente o finito,  
Porque eu desejo impossivelmente o possível,  
Porque eu quero tudo, ou um pouco mais,  
se puder ser,  
Ou até se não puder ser...*

*E o resultado?  
Para eles a vida vivida ou sonhada,  
Para eles o sonho sonhado ou vivido,  
Para eles a média entre tudo e nada, isto é, isto...  
Para mim só um grande, um profundo,  
E, ah com que felicidade infecundo, cansaço,  
Um supremíssimo cansaço,  
Íssimo, íssimo, íssimo,  
Cansaço...*

(“O que há”; Álvaro de Campos,  
heterônimo de Fernando Pessoa)

## RESUMO

Frente a evidências científicas que apontam o desflorestamento da Amazônia como fator preponderante na liberação de gases do efeito estufa à atmosfera e na consequente intensificação das mudanças climáticas globais, organizações não-governamentais e ambientalistas criaram *fóruns* temáticos sobre a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD). Sob a premissa de intercambiar informações e promover a articulação e o debate público, essas iniciativas reúnem diferentes atores sociais, sob a coordenação de organizações da própria sociedade civil, tendo a internet como principal lugar de referência. Considerando a perspectiva democrática aberta pela noção habermasiana de esfera pública e com base em critérios fundamentais à publicidade social, relacionados às funções de dar visibilidade e promover o debate público, a análise de quatro espaços virtuais permitiu uma reflexão sobre a forma contemporânea de atuação das organizações não-governamentais ambientalistas e as potencialidades de atuação política trazidas por novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), ainda não apropriadas de forma plena ou efetiva por esse e outros setores da sociedade. Os resultados da pesquisa apontam que, na prática, tais fóruns atendem satisfatoriamente a nenhuma das funções: não esclarecem os usuários quanto ao assunto e tão pouco são capazes de fomentar discussões que resultem em desdobramentos em prol da coletividade. Isso resulta na perda da qualidade democrática a que se propõem e ainda reforça o efeito do “silenciamento” sobre as populações locais, que veem os seus anseios e necessidades representados por essas ONGs sem que essas entidades sejam real e necessariamente representativas de seus interesses.

**Palavras-chave:** REDD. Política ambiental. Comunicação digital. Sociedade civil. Ambientalismo. Amazônia.

## ABSTRACT

In the face of evidence that point the deforestation of the Amazon as a major factor in the release of greenhouse gases to the atmosphere and the consequent intensification of global climate change, non-governmental organizations and environmentalists have created thematic forums on Reducing Emissions from Deforestation and forest Degradation (REDD). Based on the premise of exchanging information and promote cooperation and public debate, these initiatives meet different social actors, under the coordination of organizations of civil society, having the Internet as the primary place of reference. Considering the democratic perspective opened by the habermasian notion of public sphere and based on criteria that are fundamental to social advertising, related to the functions of visibility and promote public debate, the analysis of four virtual spaces tends to permit a reflection on the contemporary form of activity of non-governmental environmental organizations and the potentialities of political action brought by new Information and Communication Technologies (ICT), but not yet appropriate so full or effective by this and other sectors of society. The research results indicate that, in practice, such forums satisfactorily meet any of the functions: users do not clarify on the matter and so little are able to foster discussions that result in outcomes in favor of the collective. This results in the loss of democratic quality that they propose and even enhances the effect of "silencing" on the local population, who see the desires and needs represented by these NGOs, entities not really or necessarily representative of their interests.

**Key words:** REDD. Environmental policy. Digital communication. Civil society. Environmentalism. Amazon.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Corpus de análise central da pesquisa	34
Quadro 2 – Critérios de análise do corpus principal de pesquisa	51
Quadro 3 – Resultados; Fórum Amazônia Sustentável: Acessibilidade e navegabilidade	68
Quadro 4 – Resultados; Fórum Amazônia Sustentável: Informação e conteúdo	69
Quadro 5 – Resultados; Fórum Amazônia Sustentável: interatividade	71
Quadro 6 – Resultados; Fórum Latinoamericano de REDD: Acessibilidade e navegabilidade	78
Quadro 7 – Resultados; Fórum Latinoamericano de REDD: Informação e conteúdo	79
Quadro 8 – Resultados; Fórum Latinoamericano de REDD: Interatividade	79
Quadro 9 – Resultados; UN-REDD América Latina e Caribe: Acessibilidade e navegabilidade; Informação e conteúdo	87
Quadro 10 – Resultados; UN-REDD América Latina e Caribe: Interatividade	88
Quadro 11 – Hierarquia das notícias publicadas no Observatório do REDD, por assunto	96
Quadro 12 – Resultados; Observatório do REDD: Acessibilidade e navegabilidade	105
Quadro 13 – Resultados; Observatório do REDD: Informação e conteúdo	105
Quadro 14 – Resultados; Observatório do REDD: Interatividade	106
Quadro 15 - Plano de ações nos níveis macrorregional e territorial para que as metas de redução de desmatamento da Amazônia sejam alcançadas	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem home page Fórum Amazônia Sustentável	53
Figura 2 - Boletim N° 36; Dezembro 2011, p. 01	57
Figura 3 - Boletim N° 36; Dezembro 2011, p. 04	58
Figura 4 - Boletim N° 35; Novembro 2011, p. 03	58
Figura 5 - Boletim N° 35; Novembro 2011, p. 02	59
Figura 6 – Imagem da estrutura da página inicial	60
Figura 7 - Slide 11: “Invisível Amazônia”	61
Figura 8 - Slide 12: “Invisível Amazônia	61
Figura 9 - Slide 13: “Invisível Amazônia”	62
Figura 10 - Slides 01: “Invisível Amazônia”	64
Figura 11 - Slides 23: “Invisível Amazônia”	64
Figura 12 – Imagem home page Fórum Latinoamericano de REDD	72
Figura 13 – Banner, vista aérea comunidade interior do Amazonas	73
Figura 14 – Banner, imagem atmosfera limpa	73
Figura 15 – Banner, imagem redes coloridas	74
Figura 16 – Banner, criança à porta de casa	74
Figura 17 – Banner, grupo de crianças	74
Figura 18 – Banner, mulher em interação com o ambiente natural	75
Figura 19 – Agenda de eventos desatualizada	75
Figura 20 – Imagem home page Fórum UN-REDD América Latina e Caribe	80
Figura 21 - Foto compartilhada por usuário – Volcan Conchagua	84
Figura 22 - Foto compartilhada por usuário – Cascada El Salto	85
Figura 23 - Foto compartilhada por usuário – Pico de Orizaba	85
Figura 24 – Imagem home page Observatório do REDD	89
Figura 25 – Imagem Portal do Observatório do REDD	91

Figura 26 – Editorial do Boletim Informativo do OR; edição número 1, outubro de 2010	101
Figura 27 – Fragmento retirado do texto “Sobre o Observatório do REDD”; Revista OR, edição número 1, abril de 2011	101
Figura 28 – Fragmento retirado da linha do tempo; Revista OR, edição número 1, abril de 2011	101
Figura 29 – Editorial do Boletim Informativo do OR; edição número 2, janeiro de 2011	102
Figura 30 – Fragmento retirado do texto “Observatório do REDD”; edição número 2, janeiro de 2011	102

## LISTA DE SIGLAS

APP- Área de Preservação Permanente  
CI-Brasil - Conservação Internacional  
CIDOB - Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  
COICA - Ministério do Meio Ambiente e Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica  
CONAFOR - Comissão Nacional Florestal do México  
COP - Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas  
FAO - Agência para Agricultura e Alimentação  
FAS - Fundação Amazonas Sustentável  
FCPF - Fundo dos Governadores para Clima e Floresta  
FONAFIFO - Fundo Nacional de Financiamento Florestal da Costa Rica  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GEE - Gases do efeito estufa  
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico  
GTZ - Agência de Cooperação Alemã  
ICV - Instituto Centro Vida  
Idesam - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas  
Idesp - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará  
Imazon - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia  
Ipam - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas  
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ISA - Instituto Socioambiental  
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza  
MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo  
ONG - Organização não-governamental  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
SEMA- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará  
REDD - Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação Florestal  
RL - Reserva Legal  
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
TNC - The Nature Conservancy  
UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change  
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional  
WWF - Fundo para a Conservação da Vida Selvagem

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
1.1 REDD: ONGS AMBIENTALISTAS PUBLICIZAM O TEMA COM O APELO DE INTERESSE PÚBLICO	18
1.2 REDD: ORIGEM DA PROPOSTA E DISCUSSÕES INTERNACIONAIS SOBRE A REDUÇÃO DE EMISSÕES ADVINDAS DAS FLORESTAS TROPICAIS	25
1.3 INCERTEZAS TÉCNICAS ORIENTADORAS DE IMPASSES POLÍTICOS E QUESTÕES SUBENTENDIDAS NO DEBATE INTERNACIONAL	28
<b>2 SOBRE O OBJETO DE ESTUDO</b>	<b>33</b>
2.1 FÓRUNS VIRTUAIS E OBSERVATÓRIO DE REDD: RAZÕES PARA A ESCOLHA DO OBJETO	33
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO</b>	<b>38</b>
3.1 DEMOCRACIA DELIBERATIVA: VISIBILIDADE E DEBATE PÚBLICO COMO FUNÇÕES ESSENCIAIS DA ESFERA PÚBLICA	38
3.2 INTERNET COMO ESPAÇO PÚBLICO: POTENCIAL PARA O EXERCÍCIO DE ESFERA PÚBLICA?	44
3.3 COMO FOI POSSÍVEL OPERACIONALIZAR A ANÁLISE	48
<b>4 ANÁLISES</b>	<b>52</b>
4.1 FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: MEDIAÇÃO DE UM DIÁLOGO PELA AMAZÔNIA?	52
<b>4.1.1 Sobre os principais enunciados</b>	<b>56</b>
<b>4.1.2 “Invisível Amazônia”: Destaque à natureza e o homem no anonimato</b>	<b>60</b>
<b>4.1.3 Visibilidade como contraponto à defesa do diálogo</b>	<b>66</b>
4.2 FÓRUM LATINOAMERICANO DE REDD: QUESTÕES POLÍTICAS ENCOBERTAS POR LINGUAGEM TECNICISTA	71
<b>4.2.1 Visibilidade e debate público confrontados pela tecnologia</b>	<b>77</b>
4.3 FÓRUM UN-REDD AMÉRICA LATINA E CARIBE: NAÇÕES UNIDAS EXCLUEM O BRASIL	80



<b>4.3.1 Disponibilidade de tecnologia não assegura funções de visibilidade e debate</b>	<b>86</b>
<b>4.4 OBSERVATÓRIO DO REDD: EM NOME DA VISIBILIDADE, DO DIÁLOGO E DA SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>88</b>
<b>4.4.1 Critérios de visibilidade e debate contemplados por websites distintos: e a participação?</b>	<b>92</b>
<b>4.4.2 Dinamismo na frequência e formas de disponibilizar informações: e o conteúdo?</b>	<b>95</b>
<b>5 RESULTADOS</b>	<b>107</b>
<b>5.1 A “VIRTUALIZAÇÃO” DO DESMATAMENTO E ABORDAGEM ESVAZIADA DA DISCUSSÃO POLÍTICA</b>	<b>107</b>
<b>5.2 ONGS E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA: URGÊNCIA EM REVER AS FORMAS DE ATUAR</b>	<b>112</b>
<b>5.3 AMAZÔNIA RURAL DESCONSIDERADA PELA POLÍTICA AMBIENTALISTA</b>	<b>121</b>
<b>5.4 ALIANÇAS: VANTAGENS ECONÔMICAS EM DETRIMENTO DE PROPALADA DEFESA AMBIENTAL</b>	<b>123</b>
<b>5.5 LONGE DA ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA: VISIBILIDADE PARCIAL E DISCURSO DOGMÁTICO</b>	<b>125</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>134</b>
<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Às vésperas da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada em dezembro de 2009, em Copenhagen (Dinamarca), o governo brasileiro tornou-se alvo de pressões lideradas por governadores amazônicos e representantes de organizações ambientalistas para a definição de metas de redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) e a inclusão de compensações financeiras para a manutenção das florestas e redução do desmatamento nas bases do acordo sobre o clima pós-2012, que substituirá o Protocolo de Quioto.

Tal posicionamento, defendido com ênfase por algumas das principais organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas atuantes na Amazônia, também foi amparado por outros setores, como estímulo e reforço às discussões sobre novas formas de valorar os serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais, com o intuito de superar o acordo climático vigente que limita o comércio de créditos de carbono a áreas plantadas ou reflorestadas, sem considerar o que é retido pelas áreas inalteradas.

Estratégias implantadas a partir desse momento incluíram a realização de eventos internacionais, a criação de páginas na internet, o lançamento de publicações e esforços de mobilização de parcerias com outros setores da sociedade. O discurso de que é possível converter em serviços e gerar fluxos monetários com os processos naturais, tais como a manutenção da biodiversidade, o armazenamento de carbono e a ciclagem de água (FEARNSIDE, 1997, p. 314), tornou-se recorrente, apresentando-se como uma oportunidade de os governos e populações locais acessarem um mercado bilionário, cujos recursos financeiros apoiariam iniciativas voltadas à manutenção dos ecossistemas e a mitigação das mudanças climáticas a partir da Redução das Emissões de GEE por Desmatamento e Degradação florestal – mecanismo batizado de REDD.

Foram criados assim fóruns virtuais sobre o assunto, sob a premissa de intercambiar informações e promover a articulação e o debate público sobre o tema. Considerando que, por essência, um fórum é um espaço no qual são expostos e discutidos assuntos que interessem ao grupo ou à coletividade, este trabalho buscou responder se tal natureza é realmente contemplada por esses espaços ou se os mesmos forjam um ideal participativo, com o intuito de reforçar pontos de vista e discursos muito mais autoritários do que o explicitamente mostrado pelos atores que os enunciam.

Além disso, foi possível analisar a forma contemporânea de atuação das organizações não-governamentais ambientalistas e as potencialidades de atuação política trazidas pelas

novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), mas ainda não apropriadas de forma plena ou efetiva por esse e outros setores da sociedade.

No primeiro capítulo serão apresentadas as condições sob as quais as discussões técnicas e políticas sobre REDD iniciaram nos estados, sob a liderança de ONGs, culminando na criação de fóruns e alianças interinstitucionais em defesa do mecanismo.

Nele, também ganha destaque o contexto em que a proposta foi originada, assim como o desenvolvimento das negociações políticas internacionais sobre a redução de emissões provenientes das florestas tropicais.

Apresentado esse panorama, são apontadas as incertezas técnicas relacionadas aos mecanismos de REDD, que se convertem em impasses políticos no plano internacional de negociações climáticas. Esse levantamento bibliográfico também buscou incluir algumas discussões feitas por pesquisadores que não alcançam os processos políticos, como as implicações da adição de recursos financeiros nas economias locais por meio de financiamentos ou da comercialização dos créditos de carbono relacionados a esses mecanismos.

Somente depois dessas considerações, essenciais ao entendimento conceitual e histórico de REDD, são apresentados no segundo capítulo os fóruns e o observatório temáticos sobre o mecanismo e a justificativa para a sua escolha como objeto de estudo.

No capítulo seguinte, o terceiro, é realizada a discussão teórica relacionada à democracia deliberativa, perspectiva de estudo aberta pela noção de esfera pública. Proposta e revista por Jürgen Habermas desde a década de 1960, essa noção possibilita a discussão sobre a importância da publicidade social como qualidade democrática atrelada a duas funções primordiais: a de dar visibilidade a questões de interesse coletivo e a de promover o debate público essencial à decisão política. O potencial da internet para a atuação em prol da vida política também é ressaltado em seção específica, sucedida pela apresentação da metodologia e critérios usados para a análise dos *websites*.

As duas últimas partes, referentes ao quarto e quinto capítulos, foram destinadas à apresentação das análises e ao apontamento das principais reflexões por elas originadas.

## 1.1 REDD: ONGS AMBIENTALISTAS PUBLICIZAM O TEMA COM O APELO DE INTERESSE PÚBLICO

Como mencionado antes, REDD é uma sigla que abrange os mecanismos de compensação financeira para a redução de emissões de gases à atmosfera a partir do desmatamento e da degradação florestal, tendo como argumento de defesa o combate às mudanças climáticas e a compensação financeira aos serviços prestados pelos ecossistemas tropicais.

Esse termo apresenta hoje algumas variações, estabelecidas conforme a necessidade de diferenciar as práticas passíveis de serem incluídas nesse portfólio de serviços<sup>1</sup>. REDD-plus (REDD+)<sup>2</sup>, por exemplo, é a referência para projetos que incluam, além da conservação das florestas, outras formas de incremento dos estoques de carbono como o manejo florestal sustentável<sup>3</sup>; enquanto REDD-plus-plus (REDD++) incorpora a redução do desmatamento às atividades agrícolas.

Dados de organizações como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) justificam o caráter de urgência da inclusão de REDD nas negociações internacionais sobre mudanças do clima. Reforça essa defesa a estimativa (2007) de que o desmatamento e a degradação da biomassa florestal seriam responsáveis, em termos equivalentes, a 17,3% de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>)<sup>4</sup> incluídos nas 49 Gigatoneladas (Gt) de gases antrópicos emitidos mundialmente em 2004.

Em novembro de 2009, o governo brasileiro divulgou dados preliminares do inventário nacional de emissões de GEE entre 1990 e 2005, no qual se destacam as emissões líquidas de CO<sub>2</sub> advindas da mudança no uso da terra e floresta<sup>5</sup>, cujo percentual se manteve

<sup>1</sup> Reportagens em *websites* especializados, como o “O Eco” e Portal Ecodebate, registram o uso dos termos como resultante dos preparativos para as discussões na COP-15, que envolveram maior definição das práticas a serem contempladas por esse mecanismo de compensação. Os endereços se encontram devidamente referenciados na bibliografia.

<sup>2</sup> Literatura recente demonstra que o termo REDD+ já é de uso recorrente no que tange ao tratamento das questões florestais propriamente, incluindo tanto o ponto de vista operacional, com detalhamento de linhas gerais, projetos e metodologias de implantação (ver PARKER et al., 2009; CENAMO et al., 2010; Guia Princípios e critérios sociambientais de REDD+, 2010), quanto as questões políticas relacionadas à governança florestal (PHELPS et AL, 2010).

<sup>3</sup> Manejo florestal sustentável é a definição dada ao conjunto de práticas destinadas à exploração da madeira com base em critérios técnicos que incluem o conhecimento detalhado sobre as espécies de árvores e a área a ser trabalhada, entre outros, até questões administrativas como segurança dos trabalhadores e controle de custos e produção.

<sup>4</sup> De acordo com o IPCC, o CO<sub>2</sub> é o principal GEE emitido pelas atividades humanas. No entanto, somados a ele, estão o metano (CH<sub>4</sub>) e o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), cujas concentrações têm aumentado significativamente desde 1750, sendo atualmente muito superiores aos valores pré-industriais (IPCC, 2007, 15).

<sup>5</sup> De acordo com o MCT, estão incluídas aí as emissões oriundas de todas as transições possíveis entre os diversos usos da terra (vegetação nativa, agricultura, pastagem, vegetação secundária, reflorestamento, área urbana, áreas alagadas e reservatórios, além de outros usos), assim como as oriundas da aplicação de calcário em solos agrícolas.

em 76% do total de emissões desse tipo de gás no final do período analisado<sup>6</sup> - muito à frente dos números referentes à queima de combustíveis e dos processos industriais no nosso país (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2009).

No 4º Relatório Mundial do IPCC, divulgado em 2007, consta que o aumento da média de temperatura mundial desde meados do século XX deve-se muito provavelmente ao aumento das concentrações de GEE na atmosfera, provocadas em sua maior parte pelo uso de combustíveis fósseis. De acordo com o documento, de 12 anos analisados (período de 1995 a 2006), 11 figuraram entre os mais quentes nos registros de temperatura do ar desde 1850, sendo que o aumento da temperatura entre 1906 e 2005 foi estimado em 0,74°C.

Além disso, as influências humanas seriam responsáveis não apenas pelo aumento da média da temperatura mundial, mas também pela interferência em outros aspectos ambientais, como os sistemas hidrológicos, os ecossistemas terrestres e marítimos, assim como as calotas polares e terrenos congelados.

Sobre as mudanças já constatadas, o relatório aponta que, nos últimos 50 anos, com alto grau de confiança, os dias e noites quentes tenham sido mais frequentes na maioria das áreas terrestres e provavelmente obteve-se um aumento não só das ondas de calor, mas também das precipitações intensas e, desde 1975, dos valores extremos de alta do nível do mar – com exceção dos *tsunamis*, que não são causados por mudanças no clima (IPCC, 2007, p.12).

O documento “Economia das Mudanças Climáticas”, formulado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010, aponta que as previsões dos efeitos climáticos sobre a América Latina incluem uma redução significativa da disponibilidade de água para o consumo humano, agricultura e geração de energia em decorrência das mudanças nos regimes de precipitação e desaparecimento de geleiras, assim como o aumento do risco de inundações provocadas pelo aumento do nível dos oceanos.

A combinação entre aumento de temperatura e o decréscimo da água do solo em meados deste século, por sua vez, provocariam alterações ou reordenamentos na distribuição das florestas tropicais e mesmo a sua substituição por savanas em algumas áreas. Sobre as áreas áridas, a salinização e a desertificação de áreas agricultáveis estariam entre os impactos das mudanças climáticas cujos efeitos também atingiriam a disponibilidade de alimentos, dadas as possíveis quedas de produtividade de elementos importantes e do próprio estoque de recursos naturais (ACEITUNO, 2007; MARENGO, 2007 apud MOTA *et al.*, 2010).

---

<sup>6</sup> A quantidade de dióxido de carbono emitido por esse setor nos anos 1990, 1994, 2000 e 2005 teria sido respectivamente em Gigagrama (Gg): 709.073; 747.785; 1.183,081; e 1.202,134.

Para a região Norte brasileira, a mesma publicação elenca os impactos considerados na literatura, entre os quais estariam: 1) a sobreposição por savana de grande parte do bioma amazônico no Leste da região, 2) secas durante os períodos mais quentes do ano, 3) aumento da incidência de incêndios florestais, 4) perda de florestas ao Norte da região, 5) inundações e erosões nas áreas mais baixas e próximas ao litoral; 6) aumento na incidência de doenças como malária e dengue; 7) alterações na disponibilidade e variabilidade do fluxo de água na bacia do Amazonas e alterações na distribuição de espécie aquáticas decorrentes da sazonalidade das precipitações e 8) perda de biodiversidade (CRAMER et al., 2004; NOBRE et al., 2007; MARENGO, 2007a; WARA, 2005; RAVELO, 2005; DELANEY, 2005; NEPSTAD et al., 2001; JONES et al., 2003; COX et al., 2004; IPCC, 2001; MOREIRA, 1986; LIESHOUT et al., 2004; CARPENTER et al., 1992; LAKE et al., 2000; HIGGINS, 2007; MILES, 2004; GRAINGER, 2004; PHILLIPS, 2004; LATINI, 2004; PETRERE JR, 2004 apud MOTA et al., 2010).

Lançado em 2006, sob encomenda do governo britânico, o relatório Stern confirmou os prognósticos do IPCC, também apontando a iminência de riscos de aumento da temperatura mundial acima do considerado aceitável para a segurança dos ecossistemas planetários. Elaborado pelo economista Nicholas Stern, o estudo também revelou que, caso as emissões permaneçam nos níveis atuais, a concentração de GEE na atmosfera elevará os índices pré-industriais em duas vezes até meados deste século. Nesse caso, a projeção de aumento da temperatura pode variar de 2 a 5°C ou até mais (STERN, 2006, p. 48).

Foi em nome dessa urgência em relação às medidas de enfrentamento dos impactos sobre o clima que encontros entre governantes, especialistas e sociedade civil organizada começaram a ser realizados em escalas locais, regionais e internacionais. Em novembro de 2008, comitivas dos governos do Pará, Amazonas, Amapá e Mato Grosso participaram do Fórum de Governadores sobre Mudanças Climáticas, promovido em Los Angeles pelos estados da Califórnia, Illinois, Wiscosin e Kansas.

Entre as pautas do evento, que resultou na assinatura de um memorando de entendimento entre os estados americanos, brasileiros e as províncias indonésias de Aceh e Papua para a cooperação em programas de proteção e recuperação de florestas tropicais, estavam as formas de incluir a redução de emissão causada por desmatamento na agenda voltada ao combate das mudanças climáticas. No final de setembro de 2009, os participantes do primeiro encontro voltaram a se reunir na Califórnia, dessa vez com presença de representantes de estados e províncias africanos, asiáticos, australianos, europeus, norte e sul-americanos, assim como empresários, pesquisadores e representantes de ONGs.

A ideia de envolver governantes locais em acordos subnacionais representou uma alternativa à morosidade das negociações diplomáticas sobre o clima entre os países, cujos impasses envolvem não apenas a definição de metas de redução de emissões, mas discussões sobre a necessidade de atribuir responsabilidades diferenciadas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento<sup>7</sup>, assim como às indefinições técnicas e políticas relacionadas a REDD, um dos entraves à inclusão de mecanismos de proteção às florestas no texto do acordo.

No primeiro semestre de 2009, os mecanismos de REDD foram discutidos nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos governos realizaram eventos junto com outras instituições locais e ONGs ambientalistas.

Em âmbito estadual, o primeiro encontro se deu no estado do Amazonas em fevereiro desse ano, onde um *workshop* a bordo de um navio reuniu especialistas em REDD de dez países latino-americanos e dos Estados Unidos. Durante o evento, entre outras pautas, foram apresentados aos participantes – a maioria vinculados a ONGs – o programa Bolsa Floresta e o Projeto Juma, ambos voltados ao pagamento por serviços ambientais<sup>8</sup> e coordenados pela FAS, entidade criada pelo Governo do Amazonas, em parceria com o Banco Bradesco.

No Pará, o seminário “Perspectivas e potencial de aplicação do mecanismo de REDD no estado do Pará”, foi promovido no mês seguinte pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) e a *The Nature Conservancy* (TNC), destinado prioritariamente a pesquisadores, que discutiram as incertezas metodológicas relacionadas ao tema, entre as quais a do próprio termo “degradação”, apontado como passível a interpretações diferenciadas e, por isso, merecedor de atenção<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Países como a Venezuela, a Nicarágua, Cuba, Bolívia e Sudão defendem que o histórico de industrialização e urbanização – e consequente emissões de GEE – das regiões mais ricas do globo justificaria a atribuição de responsabilidades diferenciadas entre países. Tais obrigações históricas justificariam cortes de emissões superiores aos países ricos industrializados assim como pesados investimentos em ações de mitigação ao desenvolvimento de tecnologias limpas e outras medidas de mitigação das mudanças climáticas.

<sup>8</sup> Aparentemente, entre os estados amazônicos, o Amazonas despontou como pioneiro quando o assunto é o pagamento por serviços ambientais, apresentando experiências práticas. Como o próprio nome indica, o Bolsa Floresta consiste no pagamento de famílias comprometidas com a redução do desmatamento. O Projeto Juma, por sua vez, foi o primeiro projeto brasileiro de REDD a ter a metodologia de crédito de carbono validada quanto aos padrões do CCBA (*Climate, Community and Biodiversity Alliance*) e deve ser certificado também no padrão VCS (*Voluntary Carbon Standard*). Foi configurado com o objetivo de evitar o desmate de cerca de 360 mil hectares de floresta e a emissão de 210,8 milhões toneladas de CO<sub>2</sub> à atmosfera até 2050. Informações sobre ambas as iniciativas estão disponíveis em <http://www.fas-amazonas.org>.

<sup>9</sup> A preocupação quanto à falta de consenso em relação ao termo “degradação” foi apresentada no evento por Ima Vieira, então diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vieira apontou que a indefinição ficou latente durante a elaboração da proposta de bases técnicas ao Programa Estadual de Restauração Florestal, da qual participou junto a pesquisadores de outras instituições, e que o termo necessita de nivelamento conceitual entre as instituições. O relatório do seminário encontra-se disponível em [http://www.museu-goeldi.br/REDO/seminario\\_REDD.html](http://www.museu-goeldi.br/REDO/seminario_REDD.html).

Entretanto, foi no estado do Mato Grosso o maior evento sobre REDD promovido na Amazônia brasileira em abril do mesmo ano, o XIV *Katoomba Meeting*. Patrocinado pela Fundação Moore, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês) e o Banco Mundial e realizado pela parceria entre o Governo do Mato Grosso e as organizações *Forest Trends*, o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam), o Instituto Centro Vida (ICV), a TNC, o Instituto Socioambiental (ISA), o *Woods Hole Research Center* e a Aliança da Terra, o evento consiste na reunião anual do Grupo Katoomba<sup>10</sup>, que priorizou em 2009 as discussões sobre as formas de valorar o desmatamento evitado e as experiências existentes na Amazônia.

Desses encontros, resultaram duas importantes iniciativas para esse trabalho. A primeira diz respeito a uma ação do Fórum Amazônia Sustentável, criado em novembro de 2007, com o intuito de representar uma instância de debate e também pressionar o governo brasileiro a assumir posições referentes às negociações internacionais relacionadas às mudanças climáticas. Composto por 185 organizações da sociedade civil, setor empresarial, movimentos sociais e universidades, no momento em que essa pesquisa foi realizada o Fórum tinha a sua secretaria executiva atribuída ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e contava com a filiação de empresas de grande porte ligadas à exploração de recursos naturais como a Vale, a Agropalma, a Alcoa e a Cikel, entre outras.

Uma ação desse fórum em agosto de 2009 foi o envio de uma Carta de Princípios<sup>11</sup> ao governo brasileiro cujo conteúdo apelava para a definição de metas “arrojadas” pelo governo federal, visando as discussões em Copenhague, e para a criação de mecanismos voltados à contenção do desmatamento e da degradação florestal no país.

A outra iniciativa se refere ao lançamento de um espaço virtual semelhante pela FAS, logo após o *workshop* no Amazonas, dessa vez conhecida por Fórum Latinoamericano de REDD. Com a participação de 14 representantes de ONGs, dos governos e das organizações indígenas que trabalham em iniciativas de REDD e de pagamentos por serviços ambientais em nove países latino-americanos, o fórum, que tem como base um *website* na internet, teria sido criado para servir de meio de comunicação e compartilhamento de informações entre os seus participantes.

---

<sup>10</sup> Katoomba é uma rede internacional de indivíduos que trabalham para promover e aperfeiçoar as capacidades relacionadas aos mercados e pagamentos por serviços ambientais.

<sup>11</sup> O arquivo da carta em pdf está disponível no *website* do Fórum, cujas referências estão disponíveis ao final desse trabalho.



Além desses lançamentos, em meados de 2010, o Grupo de Trabalho Amazônico<sup>12</sup>, em conjunto com outras ONGs e organizações de outros setores, cria um Observatório de REDD, destinado ao monitoramento das ações do Fundo Amazônia e das demais políticas destinadas à redução de emissões por desmatamento no país.

Alguns meses depois, em novembro, às vésperas da 16<sup>o</sup> Conferência das Partes (COP-16) em Cancún (México), o Ipam, eleito no ano anterior representante da sociedade civil organizada para América Latina e Caribe no Conselho Consultivo do Programa UN-REDD<sup>13</sup>, lança a rede social UN-REDD América Latina e Caribe, com o objetivo de reunir participantes de toda essa área continental, interessados em discutir novas propostas de REDD e iniciativas afins.

Todos esses espaços virtuais, criados com apelos semelhantes e endossados por organizações de diferentes setores da sociedade, ainda que desatrelados entre si quanto à coordenação de suas atividades, evocam a necessidade de conservar as florestas para a retenção de GEE, a partir de mecanismos que, em um prazo relativamente curto, garantam a captação de recursos por meio de financiamentos ou de sua inserção no mercado financeiro. Nesse sentido, cada vez mais, o apelo à questão ambiental recebe o tratamento de vantagem comparativa no processo de construção de imagens dos membros que dela participam, seja com o intuito de constituir programas de “sustentabilidade” ou para atingir nichos de mercado que se aglutinam conforme aumentam as discussões sobre o futuro da humanidade no que concerne aos efeitos do clima.

Ao mesmo tempo, tais movimentos e arranjos organizacionais aparentam reconstituir a noção de esfera pública, proposta por Habermas (1984) ainda nos anos 1960, criticada e revista pelo autor e outros pares até os dias atuais, cuja contribuição principal a esse trabalho está no apontamento de que o meio fundamental à produção de decisões políticas legítimas seria a deliberação – o ato de debater pública, racional e abertamente questões referentes sobre decisões que afetem ao conjunto da sociedade (GOMES, 2008).

Essas iniciativas, que originam alianças e coalizões entre organizações da sociedade civil e de outros setores, são estabelecidas como uma tentativa de constituir (aparentar ou forjar) uma esfera pública de debate, sendo parte do processo de tematização e tratamento (especialmente no que tange ao aumento de pressões sobre os governos para o agendamento

---

<sup>12</sup> Criado em 1992, o GTA reúne mais de 600 entidades, entre ONGs e movimentos sociais representantes de seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas e pequenos agricultores. Apresenta 18 coletivos regionais em nove estados brasileiros. Mais informações em <http://www.gta.org.br/>.

<sup>13</sup> UNREDD é o programa colaborativo das Nações Unidas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação nos países em desenvolvimento. Sobre o programa: [www.un-redd.org](http://www.un-redd.org).

do tema) de uma questão cujo apelo coletivo é reforçado pelo crescente volume de informações que reafirmam a importância das florestas tropicais para o combate ou mesmo aceleração ao processo de mudanças climáticas.

No entanto, é passível de questionamento a efetividade da função de visibilidade e discutibilidade pública nesses espaços, apresentados sob apelos discursivos de articulação e representatividade, mas ao mesmo tempo sob a forma de iniciativas pulverizadas.

Nesse sentido, interessou analisar se esses fóruns representam espaços efetivos de diálogo aberto e plural entre os cidadãos ou apenas forjam uma arena pública de debate que reforça e legitima a demanda sob o título de “pública” – na medida em que ganham visibilidade pela publicização a partir das novas tecnologias de comunicação e informação (TIC) e alcançam o *status* de coletivo por meio das interrelações desse conjunto de atores.

Pressupondo a existência desses dois objetivos distintos e concomitantes (não necessariamente excludentes) – ampliar a visibilidade do tema diante da sociedade e debater publicamente sobre uma questão de interesse geral ou coletivo –, interessou analisar se ambos têm sido realmente atendidos, e, em caso positivo, se isso se daria de forma equilibrada, sem desconsiderar a hipótese de que, em decorrência do surgimento de janelas de oportunidades no âmbito das negociações internacionais, essas iniciativas acabam por priorizar (e atender) apenas uma dessas funções em detrimento da outra, também com fortes riscos de não contemplarem plenamente a nenhuma.

Como se verá adiante, o conjunto de ações realizadas nas fases preparatórias das convenções internacionais, entre as quais estão os fóruns de REDD, tem gerado efeitos quanto a respostas (ainda que lentas e graduais) de governos e organismos internacionais, a exemplo dos avanços das negociações quanto aos aspectos técnicos e ao próprio estabelecimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e das metas de redução de cortes de emissões pelo Brasil durante as COP-15 e COP-16.

Assim, coube avaliar também os esforços de comunicação (e sua efetividade) não apenas na tentativa de se configurar esferas públicas, mas também o próprio papel das ONGs ambientalistas na organização de coletivos e na promoção de uma nova forma de ativismo, a partir do qual organizações de diferentes naturezas se organizam em rede para compartilhar metas, alinhar estratégias e formar amplas coalizões, agregando grupos pelo compartilhamento de identificações, sentidos e certos valores (MACHADO, 2007).

Diante da possibilidade de se viver esse novo momento, no qual espaços públicos, virtuais ou não, poderiam ser usados pela sociedade civil para pressionar o Estado e deliberar sobre temas de apelo coletivo, o interesse estaria no levantamento da efetividade da inclusão

de demandas e participação de todos os envolvidos nessas alianças. Frente a uma negativa a essa questão, restou analisar os fins ou as funções a que atendem direta ou indiretamente o não funcionamento (pleno) desses espaços e os seus efeitos, especialmente no que se refere à manutenção de assimetrias de poder (recursos técnicos, financeiros, informacionais, por exemplo) entre os atores sociais envolvidos e à proliferação de enunciados construídos fora de um ambiente dialógico (como o “silenciamento” de certos atores e a possível desarticulação dos envolvidos).

Consideradas ambas as hipóteses, a importância do trabalho esteve em perseguir os limites e as potencialidades existentes nesse novo tipo de interação, que desponta com o potencial de exercer um significativo incremento ao fortalecimento das democracias contemporâneas.

Porém, antes de aprofundar as discussões sobre o papel dessas iniciativas no plano da comunicação política, é preciso apresentar os resultados do levantamento bibliográfico referente ao histórico das discussões e das indefinições técnicas geradoras de impasses no plano político das negociações internacionais.

## 1.2 REDD: ORIGEM DA PROPOSTA E DISCUSSÕES INTERNACIONAIS SOBRE A REDUÇÃO DE EMISSÕES ADVINDAS DAS FLORESTAS TROPICAIS

Um panorama das discussões políticas sobre a relação entre o acordo climático mundial e a importância das florestas no contexto de mitigação das emissões de gases à atmosfera é feito por Fearnside (2003). Segundo o autor, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, constituída durante a Eco-92<sup>14</sup>, ofertou a estrutura básica para as negociações que se seguiram nos anos posteriores, durante uma série de Conferências das Partes, entre as quais se destacam a de Quioto em 1997 (COP-3), na qual se estabeleceu o protocolo climático de mesmo nome, e a de Haia em 2000 (COP-6) cujo principal avanço foi incluir na pauta de discussões o papel das florestas tropicais no acordo, incluindo no portfólio de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Na falta de consenso, a conclusão da Conferência de Haia foi transferida para uma reunião em Bonn no ano seguinte, onde um acordo foi alcançado sem considerar o desmatamento evitado como MDL em sua primeira etapa de vigência (FEARNSIDE, 2003, p. 96).

---

<sup>14</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992, com a presença de milhares de participantes, entre delegações estrangeiras e chefes de Estado, ambientalistas e representantes de ONGs e de diversos movimentos sociais. Também conhecida como Rio-92.

Em esforço de reconstituição histórica sobre o agendamento do tema nas negociações internacionais, o Ipam aponta que o conceito de REDD teria sido precedido de uma proposta intitulada “Redução Compensada de Emissões”, oriunda da associação de pesquisadores brasileiros e americanos e apresentada durante a COP-9, em Milão. A ideia consistia basicamente em compensar financeiramente, por meio de fontes internacionais, os países que reduzissem as emissões por meio do desmatamento – a degradação só viria a ser incluída posteriormente, com o amadurecimento das discussões.

Parker e outros autores (2009) destacam a COP-11 em Montreal como o marco para o surgimento oficial de REDD como proposta para a redução das tendências do desmatamento em países em desenvolvimento. De acordo com esses autores, a proposta foi apresentada por Papua Nova Guiné e Costa Rica, com o apoio de oito outros membros, sendo bem recebida pelas partes cuja deliberação teria resultado na formação de um grupo e, nos anos seguintes, em esforços destinados à definição de opções a serem financiadas com base nessa ideia. Isso teria deflagrado a criação de uma série de propostas e recomendações sobre o tema à área de assessoramento científico e tecnológico das Nações Unidas. Grande relevância teria também a COP-13, realizada em Bali no ano de 2007, na qual os países reconheceram que um plano de combate às mudanças climáticas deveria incluir mecanismos (políticas e incentivos) positivos à redução de emissões provenientes das florestas tropicais (PARKER et al., 2009, p. 14-15).

Abranches (2010) aponta a COP-15, realizada em 2009 na cidade de Copenhague, como um momento de progresso e acordo sobre a adoção de REDD+ para o financiamento de atividades na área florestal, apesar do seu desfecho “confuso e melancólico” quanto à incorporação de metas de redução de emissões pelos países e ao estabelecimento de um acordo climático mundial que substitua ou prorrogue o de Quioto no período pós 2012 (ABRANCHES, 2010).

Segundo Cenamo e Pavan (2010), essa conferência resultou em avanços no que tange aos aspectos técnicos e metodológicos de REDD, em parte pela evolução gradativa das propostas no decorrer de 2009<sup>15</sup>. Ainda que sem a finalização das negociações e o consequente adiamento da definição de aspectos relativos ao financiamento (formas de pagar e fontes de financiamento) para o ano seguinte, os grupos técnicos conseguiram estabelecer algumas diretrizes referentes ao estabelecimento de níveis de referência de emissões, conhecidos como linhas de base, e de sistemas de monitoramento, além de definir públicos prioritários para os programas, como os povos indígenas. Esses autores apontam também que,

---

<sup>15</sup> É inclusive na fase preparatória para a COP-15 que surgem as variações de termos para REDD.

no período que se seguiu à conferência, foi possível detectar movimentos multilaterais em âmbito internacional e locais sob a forma de iniciativas subnacionais (estaduais, municipais e projetos locais). No primeiro conjunto, estariam os fundos para REDD já criados e em funcionamento como o da Noruega, do Banco Mundial/FCPF<sup>16</sup> e das Nações Unidas/UN-REDD, além da estrutura inicial de um Fundo Verde para o Clima cuja aprovação se deu na COP seguinte, com a promessa de contribuições que devem alcançar os US\$100 bi anuais em 2020 por países europeus, Japão e Estados Unidos, que se prontificaram a adiantar US\$ 30 bi até 2012. As demais iniciativas, sistematizadas pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) em parceria com a TNC Brasil, identificaram em 2009 a existência de 17 projetos de REDD<sup>17</sup> em seis países da América Latina - um na Bolívia, sete no Brasil, um no Equador, um na Guatemala, um no Paraguai e quatro no Peru (CENAMO et al., 2010, p. 08).

Em Cancun no final de 2010, a COP-16 permaneceu sem avanços quanto à definição de um acordo para o período pós-2012 e ao anúncio de metas de redução pelos países. No entanto, os países participantes, com exceção da Bolívia, concordaram em incluir no texto final da conferência um alerta sobre a emergência de promover ações para evitar o aumento em mais de 2°C da temperatura mundial até o final deste século, sob o risco de consequências catastróficas e irreversíveis.

O grupo de trabalho *ad hoc* para a ação cooperativa de longo prazo (AWG-LCA, sigla em inglês), ligado à convenção, aprovou também o que seria a base para o acordo vinculante a um segundo período de compromisso do protocolo de Quioto, já incluindo REDD como um mecanismo a ser implementado em fases, com a “mais ampla participação” dos países detentores de florestas e cinco escopos elegíveis para as atividades - 1) redução de emissões por desmatamento, 2) redução de emissões por degradação florestal, 3) conservação dos estoques de carbono em florestas, 4) manejo florestal sustentável, e 5) aumento dos estoques de carbono em florestas (SHELLARD et al., 2011). Além disso, segundo os autores,

o documento também solicita aos países que desenvolvam ‘um sistema de monitoramento florestal nacional transparente e robusto’ e abordem em seus planos de ação ou estratégias nacionais de REDD as circunstâncias propulsoras do desmatamento e questões relativas à posse da terra e à governança florestal, assim como assegurem a *participação total e efetiva de atores relevantes*, como as populações indígenas e comunidades locais (SHELLARD et al., 2011, p. 190).

<sup>16</sup> Sigla em inglês para Fundo dos Governadores para Clima e Floresta, oriundo das discussões entre governos iniciada em 2008.

<sup>17</sup> Informações baseadas no inventário feito por Cenamo e Pavan em 2010. Mais informações disponíveis em <http://oecoamazonia.com/br/artigos/9-artigos/15-redd-pos-copenhagen-perspectivas-de-integracao-entre-projetos-e-iniciativas-nacionais->. Última consulta: 11.02.2010.

Nessa conferência, o Brasil se destacou entre os países por anunciar a regulamentação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que transformou em lei as metas de corte de emissões entre 36% e 39% até 2020, anunciadas pelo presidente Luis Inácio da Silva em Copenhague no ano anterior. As discussões sobre REDD avançaram ao ponto de se estabelecer finalmente uma série de aspectos técnicos relativos à regulamentação do mecanismo, com a definição da estrutura necessária para a sua entrada em operação<sup>18</sup>, mas sem que as fontes de financiamento fossem finalmente apontadas (THUSWOHL, 2010).

Na última COP que antecedeu a publicação deste trabalho, a 17, realizada em Durban (África do Sul), foi criada uma plataforma para um acordo global de redução de GEE, com um calendário destinado à criação de um instrumento legal vinculante até 2015. Ao mesmo tempo em que prorroga a definição de um novo pacto, renovando Quioto por mais cinco anos, o documento compromete todos os países membros da Convenção a assumirem metas obrigatórias a partir de 2021.

No entanto, países como Estados Unidos, Rússia, Japão e Canadá recusaram a ampliação do acordo, mantendo-o pouco efetivo frente à real e urgente necessidade de diminuição das emissões para a contenção do aumento da temperatura mundial.

### 1.3 INCERTEZAS TÉCNICAS ORIENTADORAS DE IMPASSES POLÍTICOS E QUESTÕES SUBENTENDIDAS NO DEBATE INTERNACIONAL

São variadas as questões técnicas que mantiveram os impasses políticos durante as conferências sobre clima e as negociações sobre REDD<sup>19</sup>. O bloqueio das negociações no decorrer desses anos se justificou em parte pelas indefinições que vão dos métodos de medição e monitoramento do carbono estocado pelas florestas e o solo às formas de contabilizar os créditos e de financiar o desmatamento evitado.

<sup>18</sup> A partir dessas negociações, ficou decidido que a implantação de programas de REDD+ depende de etapas de elaboração e implantação de estratégias ou plano nacional, com a avaliação dos resultados devidamente medidos, verificados e reportados. Também tiveram destaque recomendações acerca do respeito às condicionantes socioambientais. Permaneceram indefinidas questões relativas a novas fontes de financiamento, inclusive da terceira fase do REDD+ (pagamento por resultados), e ao preenchimento em longo prazo do Fundo Verde. Fonte: Instituto Carbono Brasil.

<sup>19</sup> Em 2001, Fearnside relatou divergências entre as ONGs ambientalistas internacionais quanto à inserção de mecanismos de desmatamento nas negociações de Quioto. De acordo com ele, o impasse se deu entre as organizações sediadas na Europa e as dos Estados Unidos, condicionando a contrariedade das primeiras organizações a uma espécie de “resistência à dominação econômica e cultural norte-americana”. De acordo com ele, as ONGs brasileiras, junto com as norte-americanas, já defendiam em sua maioria a inclusão do desmatamento evitado no tratado de clima, com destaque para o Grupo de Trabalho Amazônico, o Conselho Nacional dos Seringueiros, a Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). (FEARNSIDE, 2001, p.62).

Também se apresentaram como pontos de hesitação entre os negociadores a seleção do período e as respectivas taxas de desmatamento assim como as projeções futuras, critérios necessários para a delimitação de linhas-bases para a redução das emissões nos países ou regiões; e a necessidade de garantias de que a redução do desmatamento em uma determinada região não se daria sem os recursos solicitados, para que não se pague por algo provável de acontecer (a chamada “adicionalidade”) e também de que o não-desmatamento em um determinado local não seja compensado pelo aumento da devastação em outras áreas (as “fugas”)<sup>20</sup>.

Autores também questionam se os mecanismos de REDD prenunciam um novo modelo de desenvolvimento - de base sustentável do ponto de vista da efetiva conservação dos recursos e serviços ambientais - ou se representam a adaptação do atual modelo às necessidades de fazer frente à crise ambiental e climática (LEROY, 2009) e atender a interesses de corporações privadas e do próprio mercado financeiro internacional à medida que as discussões também englobam a possibilidade de comercialização dos créditos de carbono entre empresas ou em bolsas de valores especializadas.

Em um artigo sobre o Fundo Amazônia<sup>21</sup>, Leroy também indaga se tais mecanismos não representariam uma “moeda de troca”, onde o reconhecimento da necessidade de se respeitar as condicionantes ambientais e os direitos dos povos indígenas e populações locais seria apenas um custo a mais para que se mantenham, sem maiores restrições, as práticas econômicas vigentes, entre as quais estão a atividades agropecuárias, as de extração mineral e produção de aço e alumínio, e os grandes projetos voltados à geração de energia hidrelétrica.

Um ponto de divergência entre as ONGs, governos e outros atores ligados ao tema mais tarde resultou na diferenciação entre REDD+ e REDD++, como forma de refinar a proposta e superar resistências. O primeiro referia-se aos reais beneficiários desse tipo de mecanismo, já que o pressuposto inicial seria pagar aos que diminuíssem as emissões de GEE à atmosfera por desmatamento e não necessariamente aos que conservam as florestas. Nesse caso, poderiam ser beneficiados grandes fazendeiros, até então responsáveis pela devastação de extensas áreas florestais para a conversão em pasto, em detrimento de populações que residem em unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas ou produtores rurais

---

<sup>20</sup> Informações obtidas na palestra “REDD: Teoria e Prática. Aspectos técnicos e metodológicos do desenho de mecanismo de REDD”, apresentada por Marcos Rognitz Tito, pesquisador da Iniciativa Amazônia, em seminário em março de 2009. O material está disponível pelo endereço: <http://www.museu-goeldi.br/REDO/>.

<sup>21</sup> Na medida em que as discussões sobre as formas de financiamento das ações destinadas à redução do desmatamento e manutenção das florestas avançavam, o governo brasileiro criou o Fundo Amazonia, com o objetivo de captar recursos de países e setores interessados na implantação desse tipo de projeto. No decorrer das últimas conferências, o governo tem se mostrado reticente quanto à comercialização dos créditos de carbono via mercado, como apontado no decorrer do texto.

que usam a terra e mesmo os recursos florestais com baixo impacto em termos de degradação dos ecossistemas ou do balanço de carbono, por exemplo.

Outra questão refere-se à discordância sobre o financiamento de iniciativas de REDD por meio de fundos ou sob a forma de créditos no mercado e bolsas especializadas na comercialização de carbono. Governos, especialistas e setores têm criticado a segunda possibilidade porque a comercialização de créditos e títulos, sem um controle rigoroso ou definição clara de um teto máximo para o abate dos mesmos entre as metas de corte de emissões de países e empresas, abre a possibilidade não só de um inflacionamento e consequente desvalorização do preço dos mesmos, mas também o risco de os países desenvolvidos, ao comprarem os créditos advindos da manutenção das florestas originais, não promoverem mudanças estruturais efetivas (relacionadas a matrizes energéticas ou uso de tecnologias industriais poluentes), que reduzam suas emissões em acordo com o que for estabelecido como necessário para evitar mudanças climáticas extremas no decorrer deste século (FATHEUER, 2009).

Sobre a viabilidade de estancar o avanços sobre as áreas florestais, ainda em 2003, Vieira, Silva e Toledo (2005) entregaram à então ministra Marina Silva um documento intitulado “Transformando o Arco do Desmatamento no Arco do Desenvolvimento Sustentável”, que atrelava o desenvolvimento da região amazônica à manutenção dos recursos naturais e à ordenação do espaço por meio de um mecanismo legal de proibição de qualquer nova frente de desmatamento – o “desmatamento zero”, anunciado quase uma década depois pelo governo do Pará, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Lançado pelo Ministério do Meio Ambiente no ano seguinte, o Plano de Controle e Prevenção do Desmatamento incorporou algumas das recomendações contidas na proposta, mas rejeitou a sua ideia central na medida em que ela provocaria fortes reações políticas, com grandes possibilidades de tensionar ainda mais as pressões e desdobramentos por parte dos setores envolvidos, como o do agronegócio.

Vale resgatar também que, em 2009, um conjunto de organizações não-governamentais, do qual faziam parte o Instituto Socioambiental, o Greenpeace, o ICV, o Ipam, a TNC, a Conservação Internacional, a Amigos da Terra Amazônia Brasileira, o Imazon e o WWF-Brasil, divulgou por sua vez uma proposta de Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira. Por seu intermédio, os signatários defendiam a instituição do pagamento pelos serviços prestados pela floresta, como forma de “beneficiar os meios de vida locais e globais, bem como apoiar o



desenvolvimento regional e nacional”, o que exigiria o aporte de pelo menos R\$ 1 bilhão por ano em investimentos públicos e privados, sendo o orçamento público a matriz de financiamento do pacto e os governos federal e estaduais os responsáveis por atrair recursos internos e externos adicionais, que seriam geridos por meio de um fundo de doações.

Em contestação ao manifesto, no mesmo período, instituições científicas ligadas à Rede Temática em Pesquisa de Modelagem Ambiental da Amazônia, conhecida como Geoma, da qual fazem parte o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Inpe, o Inpa e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, entre outras, assinaram uma carta questionando a proposta de indenização aos estados e agentes que menos desmatassem, por considerarem controverso e ilegítimo “premiar” quem cumpre a lei, ao invés de coibir os que atuam ilegalmente, considerando que a maior parte das investidas sobre as áreas de floresta decorrem de ações ilícitas.

Além disso, do ponto de vista governamental, há indagações sobre a relação entre essas iniciativas e a gestão do território nacional. Becker (2004) questiona se as pressões pela inserção dos estoques florestais no mercado de carbono não se apresentariam como um processo de reavaliação e valorização da natureza “como capital de realização atual ou futura”, no qual os territórios e ambientes se converteriam em reserva de valor, que, “sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro”. Assim, a Amazônia seria um dos novos componentes “de disputa entre as potências detentoras de tecnologia pelo controle dos estoques de natureza, localizados, sobretudo em países periféricos e espaços juridicamente não apropriados”, com um duplo patrimônio, o fundiário (“de terras propriamente dito”) e o ecológico (“de um imenso capital natural”, condicionado pela biodiversidade e serviços ambientais”). Nesse sentido, as alianças e as cooperações internacionais, assim como os projetos conjuntos, representam também uma forma de os países desenvolvidos pressionarem os periféricos e de assumirem em certa medida o controle da decisão sobre os territórios (BECKER, 2004, p.36). Nesse sentido, a conversão dos estoques em créditos de carbono consistiria em um processo de mercantilização da natureza, no qual alguns dos elementos naturais são transformados em mercadorias fictícias e objetos de mercado reais. A própria expressão serviços ambientais se apresenta como uma forma de tornar comercializáveis os processos naturais desempenhados pelas florestas tropicais.

A mercantilização do ar traria, entre outros riscos, o de privatizar e internacionalizar o território nacional pela compra e/ou controle de grandes áreas e, sobretudo, pelo controle do uso do território no caso da inclusão das florestas como MDL (BECKER, 2004, p.41).

Na literatura sobre REDD, o debate tem sido concentrado na questão da manutenção das florestas. Pouco se fala acerca dos impactos da injeção de recursos financeiros nas economias locais pela suspensão do desmatamento e da degradação nas atividades agrícolas.

Sobre o conjunto de políticas voltadas à mitigação, contenção ou prevenção do desmatamento em áreas associadas ao uso agropecuário da terra, Costa (2009) leva ao questionamento de faltar às discussões uma visão sistêmica, na medida em que o “lugar” e o “sentido” dos processos em andamento deixam de ser devidamente considerados nesses embates.

De acordo com o autor, é importante inserir nesse debate considerações quanto aos impactos dos esquemas de compensação “sobre as condições gerais de reprodução dessas economias [...] e, portanto, sobre a sua capacidade endógena de evoluir e sobre as próprias forças que produzem o desmatamento e as emissões” (COSTA, 2009, p. 325).

Partindo da análise de uma economia do Sudeste Paraense em sua totalidade, por sua importância e complexidade diante do cenário agrário de toda a região Norte, e em busca de conhecer a interação entre as trajetórias rurais com outros setores de produção primária, especialmente a mineração, e com os setores urbanos locais, estaduais e nacionais, o autor constata, por meio da construção de diferentes cenários de injeção de recursos nessa economia por meio da compensação do desmatamento evitado, a desigualdade dos custos de oportunidade (social e privado) entre os estabelecimentos rurais, assim como a desconsideração usual de uma demanda adicional decorrente da ampliação da renda mediada pelos multiplicadores nessa economia. Outro ponto diz respeito à falta de garantias de que o não-desmatamento em um determinado local não seja compensado pelo aumento da devastação nas demais áreas, em decorrência da atividade de um agente destinado a fornecer o que o rentista de um programa de REDD precisa, mas não produz (COSTA, 2009, p. 338).

Como contraponto às propostas que norteiam as discussões internacionais, focadas na remuneração de agentes pela não produção, Costa, ao considerar a diversidade de dinâmicas e de concatenações internas por expansão da demanda intermediária nas economias locais com a injeção de recursos, também aponta uma maior eficácia em converter os mecanismos compensatórios ao incentivo e reorientação das formas de produzir, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva por bases tecnológicas mais “limpas” (COSTA, 2009, p. 338).

## 2 SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

### 2.1 FÓRUNS VIRTUAIS E OBSERVATÓRIO DE REDD: RAZÕES PARA A DEFINIÇÃO DO OBJETO

Conforme demonstrado nos tópicos anteriores, é inegável que a abertura das discussões sobre REDD em âmbito subnacional foi liderada por ONGs ambientalistas que, articuladas com outras organizações (ONGs locais, institutos de pesquisa, secretarias estaduais, entre outras), têm apresentado respostas às demandas e impasses técnicos convertidos em entraves nas rodadas de negociações internacionais, as quais, ainda que de forma gradativa, apontam a real possibilidade de incluir a redução de emissões pela manutenção das florestas em um acordo climático que prorrogue ou substitua o de Quioto.

Além disso, algumas dessas ONGs estão entre as principais responsáveis pela implantação de projetos-pilotos de REDD em diferentes estados amazônicos, com exceção do Acre cujo programa na área está sob a coordenação do próprio governo estadual<sup>22</sup> que regulamentou em agosto de 2010 uma lei própria de pagamento por serviços ambientais. Mesmo sem um arcabouço legislativo federal ou estadual, outros cinco projetos se encontram em fase de implantação no Amazonas e no Pará, sob a coordenação da FAS (Nova Aripuanã) no primeiro estado, e TNC (São Félix do Xingu), Imazon/CI-Brasil (Calha Norte), Ipam (Transamazônica) e a empresa Ecomapuá Conservação Ltda (Marajó) no segundo.

Conforme o quadro 1, desde 2007, as fases preparatórias das Conferências sobre Clima têm envolvido o lançamento de iniciativas criadas sob a premissa de intercambiar informações e promover a articulação e o debate entre diferentes atores sociais, a partir da coordenação de organizações da própria sociedade civil. Em 2009, ano de realização da COP-15, considerada promissora no que se referia à expectativa do estabelecimento de um novo acordo climático, foram criados dois fóruns (Latinoamericano de REDD e UN-REDD América Latina e Caribe) e um observatório de REDD.

Apesar de criado em 2007, o Fórum Amazônia Sustentável também repercutiu ações em defesa do mecanismo, como o envio de uma carta ao governo brasileiro.

---

<sup>22</sup> Com o apoio de organizações como o Fundo para a Conservação da Vida Selvagem (WWF-Brasil), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e o IPAM.

**Quadro 1 - *Corpus* de análise central da pesquisa**

INICIATIVA	CRIAÇÃO	COORDENAÇÃO	OBJETIVO	
<b>Fórum Amazônia Sustentável</b> <a href="http://forumamazoniasustentavel.org.br">http://forumamazoniasustentavel.org.br</a>	Nov/ 2007	Preparação COP-13 e ação mobilizadora COP-15	Imazon	“Missão de mobilizar lideranças de diversos segmentos sociais para promover diálogo, cooperação e articulação visando uma Amazônia mais justa e sustentável”.
<b>Fórum Latino-Americano de REDD</b> <a href="http://www.forumredd.org">http://www.forumredd.org</a>	Fev/ 2009	Fase preparatória COP-15	Fundação Amazonas Sustentável	“Facilitar a comunicação e, através do site, promover a troca de experiências e de informação entre os países latino-americanos, reduzindo as barreiras de informações sobre o REDD”.
<b>Fórum UNREDD América Latina e Caribe</b> <a href="http://un-redd-amlatinaycaribe.ning.com">http://un-redd-amlatinaycaribe.ning.com</a>	Out/ 2009	Fase preparatória COP-15	Ipam	“Iniciativa da sociedade civil, independente de UN-REDD, para promover o intercâmbio de informações sobre este programa”.
<b>Observatório de REDD</b> <a href="http://www.observatoriodoredd.org.br">www.observatoriodoredd.org.br</a>	Mai/ 2010	Fase preparatória COP-16	Grupo de Trabalho Amazônico	“Finalidade de coletar e analisar dados dos programas e projetos de REDD no Brasil, a disseminação de informações e a organização de ações políticas necessárias para dar transparência e influenciar as atuações de REDD (...)”. Com a missão de promover uma ação, direcionada aos povos da floresta, que seja contínua, qualificada e de acompanhamento e monitoramento de programas e projetos de REDD”.

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

As semelhanças entre os nomes, classificação e dos próprios objetivos dessas iniciativas (ver quadro 1, acima) fundamentaram o questionamento sobre a função efetivamente exercidas por elas.

Em primeiro lugar, foi observado que a construção de alianças entre organizações de diferentes setores em defesa da manutenção das florestas e dos recursos delas provenientes também é acompanhada de uma aparente divisão no que se refere à coordenação desses projetos, além de pouca articulação entre os mesmos na medida em que, dos quatro *websites* em questão, apenas dois (o Observatório de REDD e o Fórum UN-REDD América Latina e Caribe) apresentavam conexão entre si por meio de pequenos *banners*.

Quanto à função de fórum, cuja denominação referencia uma instância de debate ou diálogo, desses quatro espaços virtuais analisados, apenas um foi inicialmente constituído

(Fórum UN-REDD América Latina e Caribe) sob o formato de rede social<sup>23</sup>, ou seja, com o suporte tecnológico necessário para favorecer discussões e a troca de informações. Ainda assim, o mesmo apresentava apenas uma versão no idioma espanhol, excluindo o Brasil dos fóruns de discussões destacados em sua página inicial – o que evidenciava uma contradição não apenas porque a organização que o controla é sediada na Amazônia brasileira, mas também porque o país tem se mostrado atuante do ponto de vista técnico e político. Outro, o Observatório do REDD passou a fazer uso de ferramentas consideradas mais interativas a somente partir de outubro de 2011, mas sem atingir metas de participação de usuários, conforme será demonstrado na seção de análise do mesmo.

As demais páginas apresentavam pouco ou nenhum recurso tecnológico favorável à troca de informações entre os usuários, fossem organizações participantes da iniciativa ou o público mais geral que eventualmente se interesse pelo tema. À primeira vista, esses espaços também não favoreciam interações dos usuários entre si ou desses com os coordenadores das iniciativas.

No que se refere à oferta de informações, apenas dois dos casos permitem a construção ou o debate virtual de propostas e documentos. O mesmo acontece com o compartilhamento de informações entre os usuários, que podem postar arquivos, textos corridos, vídeos e fotos, além de interconectar suas contas com outras redes sociais e serviços, tais como blogs<sup>24</sup> e microblogs<sup>25</sup>. Sendo assim, foi importante analisar a efetividade desses espaços, a partir da verificação da quantidade e qualidade das participações.

A priorização de uma abordagem meramente instrumental dos processos comunicacionais, que não valoriza a exposição das múltiplas posições e enfoques sobre determinado tema e o processo de diálogo como central, pode desvirtuar o potencial de se promover um debate público, plural e descentralizado, deslocando-os à condição de meros reprodutores de enunciados previamente construídos por grupos restritos e de fato pouco discutidos pela sociedade de modo geral.

---

<sup>23</sup> Redes sociais ou de relacionamento permitem aos usuários criarem conexões individuais e diretas entre si, assim como por meio de comunidades para discussão sobre temas de interesse, disponibilização de arquivos de músicas, fotografias, entre outros.

<sup>24</sup> Plataformas criadas para publicação ou difusão de textos. Dinâmicas, podem ser usadas de forma cooperativa e funcionam como um diário, apresentando as informações de maneira sequencial. Também apresentam recursos para ampliar a visibilidade do conteúdo na medida em que as ferramentas de busca indexam os blogs e os mesmos podem ter suas atualizações disseminadas por mecanismos conhecidos como *Really Simple Syndication* (RSS), que funcionam como um leitor automático de novidades das páginas marcadas em uma só tela do computador.

<sup>25</sup> Tipo de blog que permite atualizações curtas de texto (menos de 200 caracteres) e a publicação geral ou destinada a um grupo restrito de usuários. Esses conteúdos também podem ser inseridos por aparelhos celulares.

O foco na sociedade civil decorreu do entendimento da importância desse segmento na identificação de problemas e formulação de interpretações, perspectivas e opiniões a serem encaminhados ao centro político com o poder de estabelecer políticas e ações públicas para a solução dessas questões. Como apontado nos tópicos anteriores, algumas das principais alternativas encontradas para a superação de impasses técnicos e políticos relacionados à REDD se deram nessa zona constituída por organizações não-governamentais.

No que se refere às alianças estabelecidas por meio desses fóruns, a avaliação também focou se as estratégias de comunicação evidenciam as motivações que fundamentam esse consenso – se é que ele existe de fato – pela conversão de REDD em um mecanismo mundialmente legitimado de pagamento por serviços ambientais. Na medida em que são reunidas organizações que extrapolam os limites da sociedade civil organizada, como grandes empresas e representantes de setores como o agronegócio<sup>26</sup>, torna-se concebível considerar a existência de uma multiplicidade de interesses quanto à partilha dos benefícios entre esses atores, o que na prática impediria a implantação de atividades conjuntas, caso houvesse a pretensão de estender as parcerias para além do plano discursivo, por exemplo.

Sendo assim, conforme se verá a partir dos capítulos 3, 4 e 5, que tratam respectivamente do referencial teórico e metodológico que orientou a pesquisa, das análises de cada espaço virtual e das apreciações dos principais resultados (capítulo 5), o objetivo central desse trabalho foi *identificar a efetividade dos fóruns de comunicação relacionados à REDD*, a fim de responder se os mesmos representam espaços favoráveis à publicização das informações, necessária à saúde democrática na medida em que o acesso às mesmas é um direito fundamental ao controle social de políticas e à própria tomada de decisões, e ao diálogo aberto e plural entre os cidadãos, com um debate qualificado conduzido por essas novas organizações.

Considerando as funções exercidas pela publicidade social (visibilidade e argumentação), proposta por Gomes (2008), coube avaliar se ambas têm sido parcial ou plenamente atendidas e, dada a centralidade que as novas TIC vêm assumindo em alguns debates sobre o papel da

---

<sup>26</sup> Além de organizações públicas e não-governamentais, o Fórum Amazônia Sustentável reúne grandes empresas da área de mineração e agrícola. O Observatório de REDD também congrega entidades como o Conselho Nacional de Agricultura, conhecido por militar por questões contrárias às defendidas pelo movimento ambientalista, como as discussões a respeito da mudança no Código Florestal, corrente na Câmara Federal. Reportagens jornalísticas como a disponível em <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=330438> ressaltam a defesa do mecanismo pelo governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que, por deter um dos maiores empreendimentos de produção e exportação de soja do Brasil, também representa os interesses do setor de agronegócios. Esse tipo de manifestação em defesa de REDD retoma o questionamento sobre possíveis interesses financeiros especulativos e de acumulação de capital em cima do que se considera uma nova oportunidade de negócio.

internet para o fortalecimento das democracias contemporâneas, foi importante também entender o uso dessas ferramentas nas discussões sobre REDD, considerando os limites e as potencialidades apresentados nesse processo.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

#### 3.1 DEMOCRACIA DELIBERATIVA: VISIBILIDADE E DEBATE PÚBLICO COMO FUNÇÕES ESSENCIAIS DA ESFERA PÚBLICA

De acordo com Gomes (2008), nos anos 1990, o conjunto de modelos teóricos destinado ao estudo da democracia foi contemplado por uma nova corrente intitulada deliberativa ou discursiva. Predominaram até esse momento dois modelos macroteóricos, o liberal e o republicano, cujas premissas principais seriam de democracias baseadas, respectivamente, na defesa da autonomia privada dos cidadãos, assegurada pela liberdade e igualdade de direitos no interior da comunidade política na qual os cidadãos e os meios de comunicação de massa têm também a função de controlar e monitorar Estado e empresas; e na total recuperação e controle da sociedade civil sobre um Estado efetivamente público, representante legítimo de uma comunidade política na qual se distribuem igualmente direitos, oportunidades de participação política e engajamento na vida coletiva pelos cidadãos (GOMES, 2008a, p. 13-14).

Como terceira via a essas orientações teóricas e, ao mesmo tempo, intermediária entre elas, a democracia deliberativa apresenta inclinações republicanas, kantiana<sup>27</sup> e iluminista, diferenciando-se dos outros modelos por centrar atenção na “arena discursiva que funciona como esfera intermediária entre o Estado e a sociedade”. Aceitando essa arena como espaço no qual os cidadãos podem deliberar racional e publicamente sobre assuntos de interesse coletivo (“que os afetem e importem”) e o debate razoável como primordial à produção de decisões políticas legítimas, as propostas deliberacionistas distribuem-se entre correntes ligadas a John Locke e seus seguidores, em um lado próximo à vertente liberal, e a Karl Marx e à Escola de Frankfurt, em outro onde se inspiram teóricos com tendências republicanas como Jürgen Habermas, John Dryzek e Nancy Fraser. Como diferença fundamental entre as obras desses três últimos teóricos estaria a completa rejeição dos fundamentos liberais pelos dois últimos enquanto o primeiro também pressupõe e assimila um conjunto de preocupações oriundas dessa matriz (GOMES, 2008a, p. 16-17).

Ao publicar em 1962 “A mudança estrutura da esfera pública”, Habermas incorpora definitivamente no repertório da teoria democrática a ideia da “discussão como método de

---

<sup>27</sup> As inspirações kantianas decorrem do aceite de uma razão pública, um agir racional capaz de originar uma ordem social racional. Entre outras distinções, é público o que pode ser testado, enfrentado, já que nem todas as ações podem ser evidenciadas, como as baseadas na corrupção ou chantagem, por exemplo (GOMES; MAIA, 2008a, p. 16; DURÃO, 1999).



produção da decisão política e, portanto, como meio de compatibilizar divergências no interior da comunidade política”, a partir do resgate da noção clássica de esfera pública, típica da experiência democrática e, ao mesmo tempo, além da experiência burguesa retratada pela obra, já que oriunda do período anterior mesmo ao feudalismo (GOMES, 2008b, p. 59).

Essa teria sido a estratégia burguesa para confrontar o poder político e a ordem social dominante, representados pelas figuras do Estado absolutista e a aristocracia europeia cuja influência se estendia também às transações comerciais da época. Na definição do próprio Habermas, a esfera pública nesse contexto se sustentava na instituição de uma esfera civil composta de pessoas privadas que reivindicavam autonomia para discutir racionalmente interesses particulares (ou privados), mas publicamente relevantes, tais como as leis gerais da troca representadas pelas leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública [...]. Os burgueses são pessoas privadas; como tais, não ‘governam’. Por isso, as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração do poder que deveria ‘compartilhado’; muito mais eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal. A reivindicação de poder que se coloca na argumentação da esfera pública, exigência de poder, deveria, caso pudesse impor-se, levar a algo mais do que uma mera mudança na base de legitimação de uma dominação que, em princípio, é mantida (HABERMAS, 1984, p.42-43)

A existência dessa esfera pública estaria atrelada a princípios como a existência de um debate baseado em trocas públicas de argumentos ou razões, seja por aderência ou contraste, mas sempre conduzido sob os princípios da razoabilidade e racionalidade, além da abertura e acessibilidade a todas as pessoas interessadas e capazes de, respeitando tais condicionamentos, expressar opiniões e dialogar com outros. Para Habermas, esses espaços de debate, fundamentalmente civis, teriam sofrido alterações e se degradado na medida em que os meios industriais de comunicação de massa, especialmente a TV, passaram a monopolizar a comunicação pública. No decorrer das décadas seguintes<sup>28</sup>, tal percepção viria

<sup>28</sup> Quanto às principais revisões de Habermas acerca do conceito de esfera pública, Marques (2008) aponta as implicações dessas mudanças de enfoque no que tange ao papel dos meios de comunicação de massa nos complexos cenários políticos contemporâneos. De acordo com ela, o autor teria passado da visão reducionista, característica da década de 1960, dos *mass media* como “agentes despolitizadores da esfera pública e como instrumentos de reprodução e manutenção das relações de poder nas sociedades” ao reconhecimento de seu papel na captação, organização e disponibilização de uma vasta de perspectivas e opiniões que auxiliariam na

a ser superada não só pelo reconhecimento da possibilidade de mediação dos meios de comunicação nos processos de visibilidade e debate públicos, mas principalmente pelo entendimento de que as próprias revoluções burguesas culminaram em um formato de democracia representativa que delegaria a uma esfera especializada em decisão política a prática da deliberação orientada pela discussão aberta, justa e argumentada dos negócios públicos (GOMES, 2008b, p. 65).

Conceitualmente, permanecem válidos os princípios que sustentariam a esfera pública burguesa (racionalidade, razoabilidade, abertura, acessibilidade), mas a sua configuração passa por significativas alterações no decorrer das três últimas décadas do século passado.

Ao utilizar um esquema proposto por Bernhard Peters, constituído de um centro tomador de decisão e vários anéis periféricos, Habermas situa a esfera pública a uma infraestrutura civil<sup>29</sup> cuja mediação primordial se daria por meios de comunicação de massa. Nesse sentido, representaria uma zona intermediária entre o centro tomador de decisão e a periferia “sensível à percepção e identificação de problemas”, sendo “uma estrutura de grande complexidade, ramificada em uma multiplicidade de arenas parciais que permanecem porosas umas às outras”, passível de coexistir com esferas públicas concorrentes e de abarcar processos de comunicação excluídos da esfera pública dominante (MARQUES, 2008, p.25-26).

Nas palavras do próprio Habermas, a esfera pública passa a ser entendida como “um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade” (HABERMAS, 1997, p.91), o que se torna mais factível ao se considerar que

em termos gerais, uma esfera pública se forma através da atividade comunicacional, quando diferentes públicos se organizam em redes comunicativas articuladas para discutirem temas ou causas de interesse comum, para assumirem posições e expressarem opiniões. Sob essa perspectiva, a concepção de esfera pública, ao invés de fundamentar-se em um espaço institucionalizado e concreto, está ligado muito mais às trocas e fluxos discursivos que se estabelecem entre indivíduos que buscam melhor compreender ou solucionar os problemas que os afetam (HABERMAS, 1997, p. 26).

---

reestruturação da esfera pública. Em seus estudos mais recentes, datados de 2006 e 2006, o autor viria a reafirmar a centralidade dos media na esfera pública, dada a função de alimentar os seus fluxos comunicativos e deliberativos, elaborando, a partir de mecanismo e estratégias próprios, articulações entre diferentes falas e do próprio posicionamento assumido por diversos atores publicamente (MARQUES, 2008, p.29).

<sup>29</sup> Próximo ao centro, estariam as “esferas autonomamente organizadas mas intrinsecamente ligadas ao governo (universidades, câmaras, associações beneficentes, fundações etc)”. A instância cívica representaria o terceiro nível do plano, configurando-se como “associações politicamente orientadas para a formação da opinião” ou “organizações que preenchem funções de coordenação em domínios sociais carentes de regulação”, as quais, ainda que deliberem sem a capacidade de tomar decisões, têm a capacidade de “prever abordagens alternativas, informações variadas e pontos de vista sobre questões problemáticas”.

Segundo o autor, a esfera pública seria um espaço abstrato de caráter informal ou autônomo, mas socialmente reconhecido e não institucionalizado, como os corpos parlamentares, no qual se formam opiniões e vontades públicas, no lugar das leis e políticas. Nele circulam questões, iniciativas, contribuições, problemas e perspectivas que afetam o cotidiano e a vida concreta, para a formação democrática da opinião pública.

A partir de uma visão pragmática da interação social, seria então a esfera pública um espaço formado pela *ação comunicativa*, noção habermasiana que aponta um agir e um comportamento humano voltado para o entendimento, à necessidade das pessoas de se entenderem reciprocamente. Diz o autor que o agir comunicativo é o que sustenta a existência do *mundo da vida*, onde coexistem e concorrem os sistemas especializados de ação e conhecimento.

Tais esferas poderiam ser então de caráter *episódico*, a exemplo de botecos, cafés ou ruas; *abstrato*, o que seria o caso do espaço criado pelos meios de comunicação de massa, considerado além das barreiras físicas ou geográficas; ou *produzido* a partir de eventos como concertos, reuniões, oitavas e conferências.

Ao discutir a relação entre esfera pública e os meios de comunicação de massa, Gomes propõe a distinção entre duas funções concernentes à esfera pública, que a cindiriam em “esfera da visibilidade pública”, marcada por uma razão expositiva, e “esfera da discussão pública”, destinada à argumentação. A primeira diz respeito à “cena ou proscênio social, aquela dimensão da vida social que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos” cuja função é responder “a demandas de sociabilidade e de comunicação” (GOMES, 2008d, p.134). A outra, a da discussão pública, mantém como fundamental a ideia de exposição e visibilidade, mas com o intuito de expor as posições em disputa para além do mero reconhecimento comum:

o propósito (...) é que os concernidos pela matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes; para que os que fazem parte do âmbito de alcance de uma matéria possam fazer-se valer enquanto a discussão ainda procede (GOMES, 2008d, p.135).

Na primeira, representada pela *cena pública midiática*, seja com o intuito *expositivo* ou *argumentativo*, circulariam conteúdos de diferentes tipos, por meio de *materiais informativos* sob os formatos jornalístico, de propaganda, opinativo, científicos ou de educação; *culturais e artísticos*; para o *entretenimento e diversão*; *publicitários* e *sintéticos*. Na segunda, por sua vez representadas por assembleias e outros tipos de instâncias não

contíguas e presenciais, ocorreriam tanto *debates deliberativos ritualizados e controlados por regras de interesse de toda a comunidade política* quanto *discussões circunstanciais e conversações políticas destinadas ao esclarecimento recíproco, à tomada de conhecimento da agenda ou à formação da opinião sobre questões de interesse de partes* (GOMES, 2008d, 143-144).

Sendo assim, a associação entre as duas formas seria tão intensa que qualquer perda numa das dimensões constitui uma perda de qualidade democrática (GOMES, 2008d, p. 135). No início dessa pesquisa, foi considerada como hipótese principal a ocorrência de um descompasso entre as duas, na medida em que

decisões e posições produzidas nos recônditos do poder ganham a exposição pública apenas para legitimar-se, no caso, para obter adesão ou, pelo menos, tolerância do conjunto dos cidadãos. Como na democracia, a legitimidade deveria provir apenas do debate público, o que aqui se dá é puramente simulacro de esfera da discussão pública: esfera pública sem debate (GOMES, 2008d, p.138).

Porém, no decorrer das análises e interpretação dos indicadores, ficou evidente a forte possibilidade de que, apesar dos avanços tecnológicos e da manifesta intencionalidade de expor e promover o debate público sobre o tema em questão, nenhuma das funções são contempladas de forma satisfatória, consideradas as exigências para a edificação de uma esfera pública democrática e a baixa propensão das instituições ao diálogo, à crítica e mesmo ao confronto discursivo.

Nesse sentido, a visibilidade democrática envolveria dois tipos de publicidade fundamentais à noção de esfera pública. A primeira estaria relacionada ao próprio *efeito de publicização*: o ato de tornar público assuntos de interesse coletivo, em “contraposição à reserva, ao recato, à clausura, ao segredo” e fortemente associada às noções de acessibilidade, disponibilidade, abertura e exposição. Aplicada “às expressões, aos lances argumentativos, à fala pública, à comunicação, às razões que se trocam em público”, a outra seria a própria *publicidade das razões*, a capacidade das mesmas em “serem admitidas ou consideradas por um auditório universal”, o que pressupõe que sejam “admissíveis por qualquer um que raciocine lealmente” e, ao mesmo tempo, “aceitáveis, decentes, merecedoras de exame e consideração em um processo ao final do qual se poderá concluir ou não pela sua verdade ou justiça” (GOMES, 2008d, p.156).

De acordo com Gomes (2008), Habermas e estudiosos de democracia deliberativa priorizam a dimensão da discussão no tratamento noção de esfera pública. Esse seria um efeito da própria mudança estrutural provocada pelos meios de comunicação de massa ao

reduzir a esfera pública burguesa, fundamentada na materialização de públicos de indivíduos privados reunidos para discutir assuntos de interesse comum, a outro tipo de esfera pública meramente expositiva. O autor argumenta que apesar dessa tendência de separação das dimensões, com ênfase para a discussão ou argumentação pública, “a visibilidade não se deixa simplesmente descartar”, considerado, por exemplo, o seu papel de constrangimento democrático e pró-cívico em relação ao sistema político, entre outros aspectos.

Trazer as questões relacionadas aos negócios de Estado para as expor ao olhar público é algo dotado de enorme potencial democrático. Mesmo que não se consiga, depois, passar do controle cognitivo generalizado (a publicidade) à discussão pública sobre tais questões. Afinal, nem todos discutem, porque não podem ou porque não querem. Discutir é importante, mas pode ser separado de uma extensa visibilidade e ainda assim permanecer democraticamente importante? A resposta tem de ser negativa. Afinal, na reserva, na clausura, também se pode discutir, e discutir em profundidade, mas o segredo não faz boa democracia (GOMES, 2008d, p.158).

A relevância da discutibilidade estaria assim atrelada a qualificadores da visibilidade da discussão, tais como a *extensão da visibilidade da deliberação* (ou a extensão do público para o qual tais deliberações são visíveis) e a *intensidade da visibilidade pública das deliberações e das matérias de interesse público* (extensão ou alcance das coisas que são visíveis aos públicos), ambos fundamentais à constituição de uma possível *escala de visibilidade pública*, a partir da qual seria possível estabelecer o grau mínimo de visibilidade para a fundamentação de uma democracia qualificada. Por sua vez, também alicerçariam a qualidade democrática das discussões públicas fatores relativos à *extensão ou volume das discussões públicas, em andamento ou recentemente concluídas numa dada sociedade, ao alcance das deliberações que se pretendem públicas* e à própria *extensão da indiscutibilidade e, conseqüentemente, sobre o nível de efetividade das discussões levadas a termo*; todos essenciais ao levantamento da “intensidade da discussão pública sobre as matérias de interesse público, ou ainda, à extensão ou ao alcance das coisas que são publicamente discutíveis” (GOMES, 2008d, p. 160).

Uma sociedade altamente democrática dependeria assim de ambas as funções, na medida em que, tendo os meios de comunicação de massa como um dos mediadores fundamentais, atrela a produção da decisão política a um grau de visibilidade das discussões públicas que levam adiante questões de interesse comum.

Cabe ressaltar que a escolha conceitual pela proposição habermasiana e a posterior discussão de Gomes sobre as funções de visibilidade e debate público como qualidades

democráticas se deve ao horizonte aberto por essa corrente de pesquisa em comunicação política.

A despeito das críticas feitas à noção de esfera pública composta e recomposta por Habermas no decorrer de quase cinco décadas, segundo as quais sua proposta de funcionamento na obra contemporânea “Direito e democracia” teria um enfoque eminentemente valoroso ou edificante quando também há chances de que ela opere com distorções de interesse, de maneira anticívica e antidemocrática (GOMES, 2008c, p. 107), esse arcabouço teórico permite o estabelecimento de cenários desejáveis, o que não é invalidado pelo apontamento do quão distante ainda está a realidade do modelo ideal.

No decorrer da apresentação das análises de cada caso estudado no capítulo seguinte a este, posteriormente complementado por outro com interpretações que articulam todas as informações produzidas nessa pesquisa, fica bastante evidente que, na prática, o potencial democrático inerente à constituição ideal de esferas públicas no interior de uma sociedade não elimina os conflitos, as disputas pelo poder e o confronto de interesses econômicos e políticos particulares de diferentes grupos.

A esfera pública não existe essencialmente para satisfazer os nossos ideais de justiça, nem em virtude da soberania popular nem para o bem da comunidade política. Esferas públicas que satisfazem tais requisitos devem ser construídas, devem ser acompanhadas por uma cultura política favorável, em que valores democráticos sejam compartilhados extensa e intensamente, devem ser guardadas e reforçadas. Sistemas de recompensas e de constrangimentos precisam ser construídos para a sua salvaguarda, instituições precisam ser desenhadas para a sua reprodução, leis precisam ser produzidas para que o Estado funcione como garantidor da sua existência, cidadãos precisarão ser convencidos da sua imprescindibilidade. Uma esfera pública pró-democrática é uma tarefa, não uma consequência que se possa extrair normativamente do seu conceito (GOMES, 2008c, p.112).

Apontados os desvios e aberrações, intencionais ou não, o mais importante é que sejam mantidos o interesse e a disposição em reorientar rumos e promover as mudanças necessárias e favoráveis ao fortalecimento democrático, incluindo aí a melhoria do desempenho da sociedade civil organizada.

### 3.2 INTERNET COMO ESPAÇO PÚBLICO: POTENCIAL PARA O EXERCÍCIO DE ESFERA PÚBLICA?

São variadas as perspectivas democráticas que se abrem diante de uma realidade cada vez mais mediada e mediatizada pela internet, que se diferencia dos outros meios tradicionais pela

combinação de atributos como a amplitude de acesso, o baixo custo para circular informações, a capacidade de dar visibilidade a atores usualmente marginalizados ou silenciados em uma sociedade e a possibilidade de promover novas, diferentes e significativas relações entre o usuário e a informação, a partir de um processo de coprodução, o que representaria uma forma de resistência aos monopólios de comunicação globais.

Delarbre (2009) propõe considerar a rede como uma expressão e extensão do espaço público, com grande potencial (não necessariamente aproveitado) de exercer a função de esfera pública<sup>30</sup>:

Embora o acesso a ela seja limitado por exigências materiais e culturais evidentes (para navegar na Rede é preciso dispor de computador, de conexão e de certo conhecimento técnico), pode-se considerar que a Internet é uma coleção de espaços, por definição, “abertos” à averiguação e, em muitos casos, à participação de quem a eles se assomam. A contemplação dos conteúdos colocados ali por outros usuários continua sendo muito superior ao exercício de uma autêntica comunicação que, como afirmaram os fundadores do estudo desta disciplina, implicaria intercâmbio de mensagens de ida e de volta, de tal maneira que os receptores fossem também receptores de seus próprios conteúdos (DELARBRE, 2009, p.74).

Meio que possibilita a globalização de preocupações e acessos, a internet teria a abertura como principal atributo, facilitando a inclusão de novos participantes nos processos de comunicação e assim a “propagação de uma gama de ‘cidadanias’ do universo das redes” (DELARBRE, 2009, p.74). Outra de suas vantagens estaria na capacidade de socializar mensagens sobre os mais diversos assuntos, bem como propagar e armazenar conteúdos transmitidos por outros meios.

No entanto, a disposição do mundo virtual como um novo espaço público não denota necessariamente o exercício do mesmo como esfera pública, considerando a alta probabilidade de se subtrair dele algumas condições básicas apontadas por Habermas, como o debate racional. Outro impedimento à qualificação do espaço em prol da decisão política estaria na reprodução de vícios e problemas referentes aos meios de comunicação tradicionais, como a parcialidade impregnada de interesses, inclinações e avaliações fragmentárias, o

---

<sup>30</sup> Sobre a diferença entre esfera pública e espaço público, o autor explica: “na leitura desse pensador alemão (Habermas), é preciso fazer a distinção entre esfera pública’ como o território de interrelações de qualidade na qual se pode articular a deliberação capaz de criar opinião pública – ou seja, intercâmbio, discussão, argumentação – e o ‘espaço público’ como um âmbito mais amplo e que não necessariamente é dominado pelo debate racional”. Com base no que é proposto pela pesquisadora Zizi Papacharissi, da Universidade Temple na Filadélfia, Delarbre aponta também que a internet como um espaço público proporciona novos foros para a reflexão política, o que incrementaria a discussão, e como (ou se) esfera pública facilita a discussão que promova um intercâmbio democrático de ideias e opiniões, sendo por sua vez um reforço à democracia (DELARBRE, 2009, 75-76).

monopólio da produção de informações e bens culturais por megaempresas, assim como as diversas formas de relações e influência pelos ambientes corporativos e estatais.

A participação política dos cidadãos, também necessária à configuração de uma esfera pública em prol da democracia, estaria condicionada por fatores como a pré-existência de um modelo maduro de democracia e a garantia de condições para a deliberação:

Porras (o professor chileno José Ignacio Porras) faz alusão a um ‘tipo ideal’ de esfera pública que seria útil para a análise do que não são espaços de discussão e intercâmbio em nossas sociedades. Porém, a descrição que faz delas inclui características sem as quais não só é impossível falar de uma esfera pública prototípica como de qualquer deliberação digna desse nome: em que seus participantes tenham confiança na utilidade desse intercâmbio e se reconheçam como parte de uma comunidade, em que o que é dito ali influencie nas decisões do poder, em que se respeitem, se reconheçam e se tolerem (DELARBRE, 2009, p.82).

Ainda assim (e apesar da dificuldade de identificar quais conteúdos contribuem efetivamente para a reflexão dos assuntos públicos, diante da profusão deles), a internet ofereceria possibilidades de resistência e novas perspectivas políticas, como as trazidas pela mudança nas relações entre instituições e cidadãos, cujos principais efeitos seriam a geração de novas demandas por informações públicas e de novas rotinas por parte dos prestadores dessas informações, antes menos expostos ao monitoramento civil. Nesse sentido, o aumento da capacidade de controle social das instituições extrapola facilmente as organizações estatais, incluindo também as de caráter social que comumente apresentam “presença pública escassa e/ou uma vida interna excessivamente fechadas em si mesmas<sup>31</sup>” (DELARBRE, 2009, p. 85).

Além dos mecanismos que permitem a essas organizações interagir com públicos antes não atingidos, mobilizar parceiros e voluntários e captar recursos de diversas ordens, ficam disponíveis a essas entidades novos recursos e formas de ativismo em rede e ação coletiva orientados por “valores universais”, que incluem a promoção de abaixo-assinados virtuais, campanhas colaborativas, organização de protestos presenciais ou virtuais e mesmo ações de *hackeamento* para a exposição de dados confidenciais de governos e grandes empresas, entre outros (MACHADO, 2007).

Autores como Silveira (2008) também defendem que esse processo de intensiva digitalização seria responsável por uma reorganização da produção, desenvolvimento e distribuição de bens informacionais e, ao mesmo tempo, pela ampliação de espaços democráticos da crítica, da criação cultural e da diversidade, favorecendo inclusive “a

---

<sup>31</sup> “A rede pode ser uma vitrine adequada para que as organizações e instituições não-governamentais divulguem suas palavras e ações, mas também um indispensável recurso para que a sociedade as examine”, aponta Delarbre (2009, p.85).



emergência e uma esfera pública interconectada<sup>32</sup>, com um potencial mais democrático que a esfera pública dominada pelos *mass media*” (SILVEIRA, 2008, p.31)

Maia (2008), por sua vez, faz ressalvas à defesa incondicional de que as novas TIC, por sua capacidade inédita de interatividade e multifuncionalidade quando comparadas aos *media* tradicionais, fortalecem *per se* o processo democrático apenas por reduzirem os custos da participação política e envolverem diferentes parceiros nos processos de interlocução. A autora baseia suas considerações em dois pontos: 1) da mesma forma que as novas tecnologias oferecem perspectivas a uma comunicação democrática a partir de uma participação descentralizada, elas podem “sustentar formas extremas de centralização de poder” e “beneficiar a expansão de grupos de orientação antidemocrática”; 2) a existência de estruturas comunicacionais eficientes ou de instituições propícias à participação não basta para o fortalecimento da democracia por não garantir “a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para engajar-se em debates”, o que exige que as reflexões sobre as novas aplicações tecnológicas se associem “com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos e seus respectivos contextos sociais e históricos” (MAIA, 2008a, p. 278).

Antes disso, Gomes (2005) em artigo sobre a relação entre internet, cidadania e democracia, define diferentes graus do que poderia se configurar como “democracia digital”. No mesmo sentido que Maia, o autor conclui que, apesar do potencial de aumento da participação política, as novas TIC não determinam o engajamento cívico necessário por parte dos cidadãos. Ou seja: há expectativa de que as novas tecnologias e ferramentas de comunicação favoreçam o estabelecimento de processos mais equitativos do ponto de vista da participação e mesmo da deliberação de assuntos de interesse coletivo, mas nada acontece sem o interesse e o devido engajamento da sociedade.

Mesmo que a internet não seja em si uma esfera pública e tão pouco determine o aumento da participação política nas democracias contemporâneas, como apontam os diferentes autores aqui apresentados, o que se buscou avaliar nesse trabalho foi como o espaço virtual tem sido aproveitado por organizações da sociedade civil na constituição de fóruns sobre temas bastante especializados como REDD.

Nesse sentido, a escolha dos quatro *websites* buscou verificar o papel que essas estratégias exercem no contexto político de discussão sobre o tema, considerando que:

---

<sup>32</sup> A interconexão da esfera pública estaria relacionada aos fluxos multidirecionais da rede, caracterizada por ambientes de elevada interatividade e de múltiplos informantes interconectados (SILVEIRA, 2008).

A sociedade civil não expressa um projeto político único e homogêneo, mas, pelo contrário, organiza-se de modo relativamente autônomo em uma multiplicidade de espaços de disputa e de negociação (...). Em outras palavras, uma democracia robusta requer uma pluralidade de formas de participação política por parte dos cidadãos, de associações com diversos nichos de especialização e de formas distintas de articulação com os agentes do Estado. As oportunidades oferecidas pela internet – como um complexo de conteúdos e um ambiente de conexão e interações – devem ser vistas de modo associado com as motivações dos próprios atores sociais e com os procedimentos da comunicação efetivamente adotados (MAIA, 2008b, p.347).

### 3.3 COMO FOI POSSÍVEL OPERACIONALIZAR A ANÁLISE

Com o objetivo de avaliar se os espaços atendem de forma eficiente às funções de 1) dar visibilidade ao tema, a partir da disponibilização das informações de diferentes formas, e 2) de favorecer o debate público, por meio de ferramentas que estimulem a interação entre os participantes, foi necessário elencar indicadores que apontassem as condições tecnológicas, informacionais e as possibilidades de interação apresentadas em cada plataforma virtual analisada.

Foram usadas como base para a definição de critérios de análise duas pesquisas realizadas para a avaliação de *websites* de instituições de ensino superior portuguesas (BARROS; ANDRADE, 2010) e de portais estaduais de governo eletrônico na web (VILELLA, 2003). Foi decidido assim que a função de publicização do tema REDD seria avaliada a partir de fatores relacionados à acessibilidade, navegação e usabilidade do conteúdo disponibilizado aos usuários; enquanto critérios relacionados à interatividade de cada *website* analisado<sup>33</sup> seriam elencados para verificar o quanto a interação entre os participantes é facilitada, ou a produção do debate público é viabilizada por meio de novas TIC.

O conteúdo textual e imagético de cada um dos casos analisados também foi explorado, de forma a se identificar os principais enunciados, as possíveis contradições e a recorrência de argumentos que de alguma forma apontassem para a maneira como o tema tem sido abordado pelos atores envolvidos com as iniciativas estudadas.

Além disso, foi realizado o levantamento de informações complementares a essa análise do *corpus* central – os cinco *websites* em si, já que o Observatório do REDD apresenta dois espaços diferenciados, como exposto em sua seção específica.

Vitor Mamede, coordenador do Observatório do REDD, foi entrevistado em Brasília no dia 07 de outubro de 2011. No dia anterior, foi possível assistir ao lançamento do Fórum do

---

<sup>33</sup> Os critérios de análise relacionados a cada um desses aspectos estão detalhados no quadro situado no final dessa seção.

Observatório do REDD, momento em que representantes das organizações parceiras avaliaram as ferramentas, esclareceram dúvidas e discutiram algumas possibilidades de uso do espaço recém-criado, como a possibilidade de promover fóruns de discussões sem moderar os comentários, que seriam restringidos apenas em casos extremos como ofensas ou uso de termos pejorativos na exposição de argumentos, por exemplo.

Em função da dispersão das demais coordenações, como o Fórum UN-REDD América Latina e Caribe, que é gerenciado dos Estados Unidos, foram enviadas entrevistas eletrônicas (por *e-mail*) às organizações coordenadoras dos *websites* – sendo que dos três questionários enviados apenas um foi devolvido, por Ieda Fernandes e Jaime Gesisky, coordenadora e assessor do Fórum Amazônia Sustentável, respectivamente. Todas as entrevistas tiveram o objetivo de 1) levantar se os fóruns e seus respectivos websites cumprem os objetivos no que se refere ao planejamento (intencionalidade) das iniciativas; 2) verificar junto aos mantenedores das páginas virtuais os registros (quanti e qualitativos) de visitas, discussões realizadas, downloads de arquivos, demandas atendidas por canais como Fale Conosco; e 3) elencar ações fora de internet destinadas ao envolvimento ou aumento da participação dos públicos de interesse às discussões.

O levantamento secundário foi realizado no sentido de identificar os interlocutores prioritários (público-alvo) dessas iniciativas (membros participantes dos fóruns ou público externo a ele); mapear as organizações envolvidas com a produção de conteúdo e gestão desses espaços virtuais assim como as condições de manutenção dos mesmos (fontes de financiamento, suporte tecnológico e técnico); identificar canais de articulação entre os *websites* e outras iniciativas da sociedade civil, assim como as ferramentas de comunicação a eles associados como blogs, microblogs, redes sociais e serviços colaborativos de elaboração e compartilhamento de conteúdo; levantar ações complementares a esses espaços tais como agenda de eventos, encontros, reuniões de trabalho, assembleias, entre outras; e identificar propostas, documentos e planos que tenham resultado de ações realizadas em conjunto pelas organizações participantes desses fóruns.

É importante destacar que, entre os critérios apresentados no quadro a seguir, apenas dois foram processados automaticamente por ferramentas disponíveis na internet. Todos os demais foram considerados de forma individual, analítica e minuciosa no interior de todos os *websites* selecionados como objeto de pesquisa.

Para a análise da *velocidade das páginas*, foi utilizado o serviço *online* e gratuito de análise do desempenho de *websites* conhecido como GT Metrix. Por meio de métricas consideradas ideais por duas das maiores empresas da área - o Google, responsável pelo

indicador *Page speed grade*, e o Yahoo!, criador do *Yslow grade*, ambos presentes nos quadros de resultados apresentados no decorrer do próximo capítulo -, ele usa como parâmetros a velocidade e o tempo de carregamento da página, o seu tamanho total e o número total de pedidos ao servidor para o acesso da mesma, considerando a *performance* de todos esses quesitos em uma escala de 0 a 100%. Baseado em estudos na área, considera o limite de quatro segundos como tempo ideal para a manutenção do interesse dos usuários em acessar qualquer *website* e, processadas as análises, apresenta um relatório de pontos críticos a serem melhorados pelo seu desenvolvedor. A fim de garantir maior confiabilidade a essa etapa de pesquisa, as análises com o GT Metrix foram processadas em pelo menos três momentos: em 28 de junho e 04 de julho de 2011; e novamente em 07 de fevereiro de 2012.

A avaliação do *ranking de motores de busca* com termos passíveis de serem utilizados pelos internautas interessados em REDD, o serviço escolhido foi o *Google Search*, oferecido pela empresa Google Inc. para a realização de pesquisas na internet sobre qualquer tipo de assunto ou conteúdo. Foi o primeiro serviço lançado pela empresa, sendo atualmente o buscador mais usado e também o *site* mais acessado em todo o mundo (WIKIPEDIA, 2012).

Os termos ou combinações processados para esta análise em julho de 2011 foram: 1) Amazônia + mercado de carbono; 2) Amazônia + mitigação das mudanças climáticas; 3) Combate ao desmatamento + Amazônia; 4) Conservação das florestas + REDD; 5) Desmatamento + Amazônia; 6) Desmatamento evitado; 7) Discussões REDD; 8) Fórum Amazônia Sustentável; 9) Fórum Latinoamericano de REDD; 10) Fórum UN-REDD América Latina e Caribe; 11) Observatório do REDD; 12) O que é REDD; 13) O que é REDD + desmatamento e degradação florestal; 14) REDD (caixa alta) e Redd (caixa baixa); 15) Redução desmatamento e degradação florestal; 16) Venda de terras + REDD + Amazônia; 17) Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação Florestal; 18) Política de combate ao desmatamento.

Considerando que a pretensão era avaliar de que forma os *websites* facilitam o acesso do usuário ao tema e a assuntos a ele relacionados, foram considerados relevantes apenas os 100 primeiros resultados ranqueados em cada uma das 18 buscas, estando todos eles devidamente registrados no banco de dados construído para (e por) essa pesquisa.

Quadro 2 – Critérios de análise do *corpus* principal de pesquisa

	ANÁLISE	PERGUNTA	ASPECTO	DETALHAMENTO
<b>CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DOS WEBSITES</b>	<b>VISIBILIDADE (disponibilidade de informações)</b>	Do ponto de vista técnico, os <i>websites</i> apresentam o tema REDD de forma eficiente?	Acessibilidade/ Navegabilidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Velocidade</li> <li>2. Ranking motores de busca</li> <li>3. Idiomas português</li> <li>4. Acesso por pessoas com deficiência visual</li> <li>5. Interface para suporte ao usuário</li> <li>6. Ferramentas de busca interna</li> <li>7. Mecanismo de refinamento e busca por informações</li> <li>8. Indicação de novas informações/ atualizações/ mudanças</li> <li>9. Mapa do site</li> <li>10. URL clara</li> </ol>
			Informação	<ol style="list-style-type: none"> <li>11. Disposição das informações/ formato textos</li> <li>12. Apresentação dos textos/ ferramentas para ajuste da legibilidade da fonte por tipo e tamanho e organizadores</li> <li>13. Segmentação de espaços/seções por públicos</li> <li>14. Multimídia</li> <li>15. Número e tipos de documentos/ publicações disponíveis</li> <li>16. Contatos (representantes/ participantes)</li> <li>17. Registro e calendário de eventos/ encontros</li> <li>18. Ferramentas colaborativas de compartilhamento de arquivos e documentos</li> </ol>
	<b>DEBATE PÚBLICO (facilitação de interação entre os participantes)</b>	Do ponto de vista técnico, os <i>websites</i> facilitam a interação entre produtores da informação e usuários?	Interatividade	<ol style="list-style-type: none"> <li>19. Existência de fóruns de discussões virtuais e/ou estrutura para discussão</li> <li>20. Existência de salas de discussões, chats Sem recursos</li> <li>21. Tecnologia para webconferências, transmissão de vídeos em tempo real</li> <li>22. Espaço para a elaboração de documentos e propostas conjuntas</li> <li>23. Integração com hotspots, blogs e outras mídias sociais</li> </ol>

Fonte: pesquisa/elaboração própria, 2012.

## 4 ANÁLISES

### 4.1 FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: MEDIAÇÃO DE UM DIÁLOGO PELA AMAZÔNIA?

Autodefinido como “espaço permanente de debate”, o Fórum Amazônia Sustentável foi criado em oito de novembro de 2007 com a missão de “mobilizar representantes de diversos segmentos sociais e promover diálogo para articular ações em prol de uma Amazônia justa e sustentável”<sup>34</sup>. Conta atualmente com mais de 260 signatários, entre organizações do setor empresarial, sociedade civil organizada e, em menor escala, de governos<sup>35</sup>. Tais organizações são reunidas por meio de uma carta de compromissos, na qual declaram a intenção de viabilizar a missão do Fórum, “promovendo as mudanças necessárias em seu modo de se relacionar com a Amazônia e o monitoramento das suas atividades com base em indicadores de sustentabilidade construídos coletivamente e compatíveis com as especificidades amazônicas”.

Nos sete links pertencentes ao tópico “Por dentro do Fórum Amazônia Sustentável”, nos quais constam os textos de apresentação com as diretrizes e as regras que organizam a iniciativa, são recorrentes termos como “diálogo”, “debate”, “mobilização”, “articulação” e “cooperação”, que destacam a partir dessa forma de se autorreferenciar o papel de protagonista na congregação de diferentes atores “em torno de um debate amplo e participativo sobre o desenvolvimento sustentável da região amazônica”. Apesar desse apelo e de acordo com o que será argumentado no decorrer dessa seção, a página da iniciativa é meramente informativa, apresentando de forma quase nula ou mínima recursos de interatividade entre coordenadores e usuários ou entre os usuários do espaço virtual. No entanto, de todos os casos analisados é o que enuncia mais fortemente sobre a própria importância para o desenvolvimento da região, tendo REDD como uma das alternativas voltadas a esse fim.

---

<sup>34</sup> Trecho retirado do encarte “Fórum Amazônia Sustentável e as Mudanças Climáticas”, publicado em versões impressa e eletrônica em 2010 (p. 04).

<sup>35</sup> São 261 entidades, distribuídas segundo o próprio *website* da seguinte forma: 146 socioambientais ou não-governamentais, 95 do setor privado, 19 públicas e 01 de outro tipo (não-governamental mas atuante na área cultural). De acordo com as regras enunciadas no *website*, além de representantes dos setores mencionados, podem ser signatários também organismos de cooperação internacional.

**Figura 1 – Imagem *home page* Fórum Amazônia Sustentável**



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

Entre outras informações relevantes para se entender o funcionamento do Fórum, vale ressaltar que o mesmo não dispõe de personalidade jurídica, sendo representado formalmente pela organização que exerce a função de secretaria executiva, anualmente eleita ou reeleita pela comissão executiva, composta por outras 15 organizações, por sua vez escolhidas pela plenária geral a cada dois anos. Admite, no entanto, o aporte de recursos financeiros captados junto a empresas e entidades signatárias ou não da Carta de Compromisso, a partir de doações, patrocínios e promoção de eventos, venda de produtos e rendas, sendo prevista anualmente a aprovação pela Plenária Geral das contas referente ao uso dos montantes captados e administrados pela secretaria executiva.

Quatro dos sete links de apresentação da iniciativa apontam as diretrizes e regras que condicionam a atuação das organizações signatárias. Além de detalhar as dinâmicas e as formas de participação, um Código de Conduta determina os valores e compromissos que justificam a existência e norteiam as atividades do fórum, assim como regras de Governança que regimentam o funcionamento das instâncias que a compõem, sendo as ações reguladas, coordenadas, monitoradas e executadas por: 1) Plenária Geral; 2) Comissão de Transparência; 3) Comissão Executiva; 4) Secretaria Executiva; 5) Grupos de Trabalho e 6) Conselho de Ética.

Todos os signatários da carta de compromisso formam a plenária com caráter deliberativo que se reúne uma vez por ano. A comunicação de seus integrantes no decorrer do ano se dá por meio de uma lista geral de e-mails.

Além de grupos de trabalho que podem ser criados de acordo com os interesses e temas definidos pelos participantes, a estrutura do fórum prevê a existência de uma Comissão de Transparência que aprova as contas e fiscaliza os recursos financeiros movimentados. Ao mesmo tempo em que busca comprometer os signatários com valores e diretrizes considerados primordiais em seu “código de conduta”, como não infringir leis ambientais ou trabalhistas, entre outras, a iniciativa não responsabiliza (“solidária ou subsidiariamente”, como diz o próprio texto) as organizações filiadas pelos compromissos assumidos pela secretaria executiva no exercício de suas funções.

De acordo com as regras de “Governança”, a essa secretaria é atribuída a função de realizar ações e atividades determinadas pela Comissão executiva, composta por representantes de 15 instituições; promover a interação entre as instâncias; coordenar encontros e eventos; guardar a documentação; registrar reuniões; gerir recursos humanos e financeiros; representar juridicamente o fórum; e, ao final do mandato, ceder eventuais direitos sobre marcas e produtos, bem como prestar contas e transferir recursos à organização que vier a exercer a mesma função.

Com recorrente destaque à função de viabilizar o “diálogo entre diferentes, com a perspectiva de que a construção da sustentabilidade requer a cooperação e o equacionamento dos conflitos, no âmbito de uma agenda propositiva” (grifos nossos), são propostos pelo fórum objetivos gerais – ou “linhas de ação” –, segundo os quais uma agenda de trabalho seria inicialmente definida para a posterior consulta junto às organizações signatárias. Tais diretrizes correspondem a ideias genéricas, como no primeiro trecho referente à “mobilização da sociedade para o desenvolvimento da cultura da sustentabilidade e o controle social do mercado e das políticas públicas”, na medida em que não são definidos com clareza os parâmetros e as implicações de cada uma dessas noções sublinhadas anteriormente nem o tipo de medidas que se pretende estabelecer a partir delas, sem desdobrar de forma explícita essas ações em um nível mais prático ou operacional pelas instâncias executivas.

No menu principal do Fórum, o primeiro link, intitulado “Por dentro do Fórum Amazônia”, é composto por sete sublinks: “Um diálogo pela Amazônia”, “Carta de compromisso”, “A dinâmica do fórum”, “Formas de participação”, “Documentos básicos”, “Publicações” e “Signatários”. Desses, ao menos os cinco primeiros apresentam de forma recorrente a as ideias centrais e os objetivos do fórum.



Além disso, a variedade de temas presente nos textos de apresentação da iniciativa, ao mesmo tempo em que amplia o escopo de atuação do conjunto de organizações, também pode provocar um efeito generalizante a partir do qual as iniciativas se pulverizam de forma a inviabilizar a implantação de um plano efetivamente coeso e funcional.

Ao compreender numerosos objetivos, que vão do plano econômico ao político como apontado anteriormente, essa plataforma equipara-se a uma agenda de Estado na medida em que se propõe a promover ações como

fortalecimento do mercado de produtos e serviços sustentáveis; construção de compromissos de boas práticas produtivas; valorização do conhecimento tradicional, garantia e reconhecimento de direitos de populações locais; estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico para a sustentabilidade; demanda de ações do Estado para ordenamento, regulação, fiscalização, monitoramento e proteção de direitos; proposição e demanda de políticas públicas de fomento e apoio ao desenvolvimento sustentável (FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, 2011<sup>36</sup>).

Ainda que no plano discursivo sejam usados termos como “apoiar” ou “demandar do Estado”, fica claro que a amplitude da agenda e o papel de protagonismo pleiteado pelo Fórum na coordenação dos diversos atores pressupõem a ideia da governança necessária ao planejamento estatal, a partir do qual interesses devem ser equilibrados e a capacidade de todos os setores da sociedade articulada a partir do entrelaçamento de planos e compartilhamento de responsabilidades, de forma a garantir que os objetivos principais das políticas públicas sejam alcançados (MATUS, 1989). No entanto, como será feito posteriormente, torna-se essencial considerar as assimetrias de poder (econômico, político, entre outros) e de capacidade de tomada ou influência sobre as decisões existentes entre as organizações vinculadas a essa mesma iniciativa.

São distintos a natureza, o porte, o local e a escala de atuação dessas organizações reunidas pelo Fórum. Essa diversidade se evidencia pela longa lista de empresas envolvidas em diferentes atividades econômicas como mineração, manejo florestal, produção de energia, agropecuária e serviços variados, incluindo algumas amplamente criticadas por vários setores da sociedade pelo envolvimento em questões polêmicas relacionadas à implantação de projetos de forma arbitrária, ao desenvolvimento de ações consideradas predatórias ao meio ambiente e à violação de direitos de populações locais, a exemplo da Vale, Alcoa, Rio Tinto Alcan Brasil, Eletronorte, Agropalma e Grupo Maggi, entre outras.

Congrega também atores cujas relações são reconhecidamente conflituosas ou consideravelmente discrepantes, entre associações de classe e de representação de produtores

---

<sup>36</sup>Ver “Carta de Compromisso”, disponível no *website* do Fórum Amazônia Sustentável.

rurais e populações locais, cooperativas, conselhos, fundações e organizações ambientalistas, assim como de universidades, secretarias de governo e outras entidades como o Ministério Público.

A prestação de contas dos quatro anos de atuação (2007 a 2010) também está disponível no *website* analisado, sendo que apenas em 2008 as ações foram detalhadas com os respectivos balanços financeiros e informações administrativas. Nos anos restantes constam apenas boletins noticiosos sobre eventos e/ou relatório de *clipping*, sobre matérias jornalísticas veiculadas pela imprensa em todo o território nacional.

No documento de prestação de contas disponibilizado para o ano de 2008, chamam a atenção duas informações: 1) entre os locais de origem das organizações vinculadas ao fórum até então, entre os quais se destacavam predominantemente São Paulo, Pará, Amazonas, Distrito Federal e Rio de Janeiro, apenas dois estados são amazônicos; e 2) nesse ano, a iniciativa mobilizou R\$ 352,5 mil, por meio de patrocínio e projetos financiados por fundações, dos quais R\$ 310 mil foram geridos pela secretaria executiva, na época exercida pelo Imazon, que executou R\$ 211,3 mil com despesas administrativas para a sua implantação.

#### **4.1.1 Sobre os principais enunciados**

Três enunciados se destacam na análise dos textos de apresentação do Fórum Amazônia Sustentável. Para isso, foi observada a recorrência de termos e expressões a eles relacionados nos links relacionados à seção “Por dentro do Fórum Amazônia”.

Os três conjuntos de termos pesquisados foram elencados a partir da leitura dos materiais e, a partir de sua recorrência, demonstraram o reforço de algumas das funções básicas que a iniciativa evoca para si:

1. Exercer a função de mediador do diálogo/debate/discussão sobre a Amazônia;
2. Mobilizar e/ou facilitar a cooperação e articulação entre diferentes setores da sociedade em prol de um “desenvolvimento sustentável” na região, ainda que as diretrizes para esse modelo não estejam definidas claramente ou estejam pautadas pelos mesmos mecanismos que impulsionam o atual;
3. Advogar pela sustentabilidade creditando aos associados uma imagem de lisura socioambiental quanto às suas práticas econômicas e institucionais.

Esses três eixos discursivos ficam bastante evidentes na medida em que o Fórum Amazônia Sustentável é apresentado no site. Em “Um diálogo pela Amazônia”, *link* destacado na página inicial do *website*, por exemplo, três dos quatro parágrafos registram oito vezes os termos “diálogo”, “debate” e “discussão”. Na “Carta de compromisso”, subsequente ao inicial, as palavras “sustentabilidade” ou “sustentáveis” foram computadas sete vezes, sempre no sentido de qualificar as ações, incluindo as econômicas, como benéficas ou engajadas com as questões em prol da sociedade e do meio ambiente.

Já nos links que definem os mecanismos e os modos de funcionamento da iniciativa, intitulados “Código de Conduta” e “Governança”, os conjuntos de termos “diálogo-debate-discussão”, “cooperar/cooperação-mobilizar/mobilização-articular-articulação” e “sustentabilidade/sustentável (is)” foram computados nove, doze e onze vezes, respectivamente. No encarte disponibilizado ao público nos formatos virtual e impresso, sob o título “Fórum Amazônia Sustentável e as Mudanças Climáticas”, os mesmos conjuntos de termos são identificados ao menos 22, 08 e 25 vezes nas 25 páginas de conteúdo da publicação.

Esses mesmos enunciados, que reforçam o papel do Fórum como mediador do debate, protagonista na busca de solução e articulador de iniciativas estão presentes em alguns dos títulos dos boletins informativos disponibilizados na página, conforme ilustrado a seguir.

**Figura 2 - Boletim Nº 36; Dezembro 2011, p. 01, grifos meus**



**Boletim Especial**  
Dezembro 2011 - Nº 36

**V Encontro do Fórum Amazônia Sustentável**

**Sociedade civil da bacia amazônica inicia diálogo histórico**

O Fórum Amazônia Sustentável e a Articulação Regional da Amazônia (ARA) realizaram no mês de novembro em Belém um evento que inaugurou uma nova etapa na história da ação conjunta da sociedade civil dos países amazônicos na direção do desenvolvimento sustentável. Antecipando-se à ação dos governos e dando as principais diretrizes do que a sociedade pan-amazônica espera para as próximas décadas, o encontro Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia abriu um diálogo inédito entre os países. A partir das discussões de alto nível em que tomaram parte pesquisadores, comunitários, empresários e organizações socioambientais, o evento foi uma demonstração democrática, participativa e intersetorial de como a sociedade civil quer realizar o debate amazônico daqui para frente.

Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

Figura 3 - Boletim Nº 36; Dezembro 2011, p. 04, grifos meus

<b>Debates apontam direções para a Amazônia transfronteira</b>	
<p>O debate entre os participantes do encontro Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia se deu por meio de quatro painéis sobre temas cruciais para os países da</p>	<p>região: pressão e monitoramento, mudanças climáticas, políticas públicas, cadeias produtivas, alternativas de desenvolvimento e o Código Florestal brasileiro.</p>
<b>Oficinas temáticas</b>	
<p>Durante o evento, foram realizadas cinco oficinas temáticas</p>	
<p><b>Economia verde e REDD+</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>As empresas e a transição para uma economia incluyente, verde e responsável, Instituto Ethos - Brasil</i></li> <li>• <i>Estudo TEEB - Economia de Ecossistemas e Biodiversidade</i></li> <li>• <i>Observatório de REDD do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) - Brasil</i></li> <li>• <i>Grupo de Trabalho REDD da ARA Regional</i></li> </ul>	<p><b>Financiamento na Pan-Amazônia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ecofundos: Rede de Fundos Ambientais Latinoamericanos (REDLAC)</i></li> <li>• <i>Fundo Amazônia</i></li> <li>• <i>Alianza Clima e Desenvolvimento (CDKN)</i></li> <li>• <i>Fundo Vale</i></li> <li>• <i>Fundação Avina</i></li> </ul>
<p><b>Sala 4: Experiências e iniciativas em manejo e desenvolvimento sustentável</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Mesa de Coordenação inter-administrativa - Colômbia</i></li> <li>• <i>Mesa Florestal do município de Napo - Equador</i></li> <li>• <i>Cultura Amazônica pré-colombiana para uma produção sustentável, Bolívia</i></li> <li>• <i>Municípios Verdes: Paragominas - Brasil</i></li> <li>• <i>Participação indígena no desenvolvimento regional: consulta, educação e conservação - Peru</i></li> </ul>	<p><b>Articulações transfronteiriças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Madre Dios - Acre-Pando - Peru, Brasil e Bolívia</i></li> <li>• <i>Noroeste Amazônico - Colômbia, Venezuela, Brasil</i></li> <li>• <i>Corredor Iténez-Mamoré, Brasil e Bolívia</i></li> <li>• <i>Iniciativas de monitoramento de fogo - Peru e Bolívia</i></li> </ul>
	<p><b>Cenários de monitoramento de pressões na Amazônia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>ICAA e cenários em Equador e Peru</i></li> <li>• <i>Sistema de Alerta de Desmatamento do Amazon - Brasil</i></li> </ul>

Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

Figura 4 - Boletim Nº 35; Novembro 2011, p. 03, grifos meus

<b>Fórum articula documento para produção sustentável da palma</b>	
<p>A produção do óleo de dendê é uma das cadeias produtivas que o Fórum Amazônia Sustentável acompanha na região. Com a perspectiva de ampliação da produção de palma na Amazônia na próxima década e a entrada no setor de grandes empresas como a Petrobras Biocombustível e a Vale, o Fórum convocou uma reunião com representantes dessas empresas em Belém no mês de setembro. O objetivo foi discutir com a maior empresa do setor, a Agropalma, os parâmetros para orde-</p>	<p>nar o plantio da palma e a produção do óleo. Designado pela Comissão Executiva do Fórum, o Instituto Observatório Social acompanha as discussões. Essa foi uma das etapas da interlocução que o Fórum promove no setor com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cadeia produtiva e abrir perspectivas junto ao mercado internacional. Uma das metas é gerar um documento orientador para que a produção da palma na região siga critérios socioambientais.</p>
<p><b>Fórum favorece diálogo sobre Rio + 20</b></p> <p>O Fórum Amazônia Sustentável, o Instituto Peabiru e o GTA foram parceiros regionais no seminário Economia Verde na Amazônia: Rumo à Rio + 20 realizado no final de setembro em Belém. O evento integra o projeto de mobilização da sociedade civil coordenado pelo Instituto Vitae Civilis com apoio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). O objetivo foi recolher sugestões de empresários, povos da floresta, ONGs, pesquisadores e governos locais para os debates que serão realizados no ano que vem durante a Rio + 20. Ao todo, participaram do evento 153 instituições com representação regional.</p>	<p><b>Encontro de Parintins faz o governo agir</b></p> <p>O Grande Encontro em Defesa da Floresta, dos Povos e da Produção Sustentável realizado pelo Fórum e o GTA em abril em Parintins reuniu 700 representantes de comunidades extrativistas do Acre, Amapá, Amazonas e Pará vindos de comunidades que vivem no interior da floresta e que enfrentam dificuldades no manejo comunitário. Presente ao encontro, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, determinou aos órgãos subordinados a sua pasta que abrissem o diálogo com as comunidades extrativistas para resolver os impasses. "Meu compromisso público é levar essas demandas, inclusive para outras áreas do governo", afirmou.</p>

Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.



Figura 5 - Boletim N° 35; Novembro 2011, p. 02, grifos meus



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

Entre os exemplos, chama a atenção o tipo de ação conjunta proposta pelo Fórum: a “articulação de um documento para a produção sustentável de palma”, de acordo com notícia veiculada no boletim número 35, de novembro de 2011. Críticas à produção de palma ou dendê em larga escala, necessária à demanda de fabricação do biodiesel requerido por algumas empresas associadas ao Fórum, como a Vale<sup>37</sup>, sugerem que “sustentabilidade” social ou ambiental desse tipo de empreendimento pode não estar assegurada se consideradas as exigências inerentes a tal demanda, entre as quais se destacam a aquisição de extensas áreas para o cultivo homogêneo, a alteração das relações de trabalho e dos processos anteriormente estabelecidos do homem com a terra. De acordo com Melo Júnior (2012), em trabalho realizado junto à comunidade de São Luís do Caripi, no município de Igarapé-Açu, localizado ao Nordeste do estado do Pará, a introdução e crescente avanço dessa cultura tem provocado impactos sobre o meio ambiente e as relações socioeconômicas locais, provocando efeitos como a degradação do solo, a concentração da terra por poucos proprietários, a migração de agricultores familiares atraídos por antigos projetos de colonização e a atração de empresários rurais, cuja lógica de atuação difere da que operavam os pequenos produtores rurais que ali se encontravam desde o início do século passado.

<sup>37</sup> Em fevereiro de 2011, a Vale passou a controlar a Biopalma, com a meta de alcançar a média anual de produção de 500 mil toneladas de óleo de palma antes de 2020. A maior parte desse produto será destinada à produção de biodiesel, cuja associação com diesel comum resulta no chamado B20, combustível a ser usado em frotas de locomotivas, máquinas e equipamentos de grande porte das operações da Vale no Brasil. Fonte: Vale Biopalma, disponível no *website* da Vale.

Aliada a essa paradoxal abordagem de “sustentabilidade”, a insistência em se autoafirmar como promotor ou mediador de um diálogo em prol do “desenvolvimento sustentável” continuará a ser analisada nas próximas seções.

#### 4.1.2 “Invisível Amazônia”: destaque à natureza e o homem no anonimato

Na lateral direita da página inicial do Fórum Amazônia Sustentável, um *slide show* – ou uma apresentação de imagens com legendas – sobre a Amazônia convida o usuário a conhecer a “Invisível Amazônia” com “outros olhos”. Ao acompanhar o roteiro, o internauta acessa informações básicas sobre a região, como a sua extensão, número total de habitantes e dados sobre a biodiversidade.

**Figura 6 – Imagem da estrutura da página inicial**

**Um diálogo pela Amazônia**

O Fórum Amazônia Sustentável é uma organização criada em 2007 com o objetivo de agregar os mais diversos setores da sociedade brasileira em torno de um debate amplo e participativo sobre o desenvolvimento sustentável da região amazônica. O Fórum reúne empresários, governos, academia, populações tradicionais, sindicatos e ONGs que formam a mais ampla rede nacional que se dedica a discutir e propor ações voltadas para o estabelecimento de uma cultura em favor da sustentabilidade, da construção de compromissos de boas práticas produtivas e o apoio ao desenvolvimento regional. O Fórum propõe um diálogo amplo e nacional pela Amazônia.

[Leia mais...](#)

**Notícias** [Ver todas as notícias](#)

**“Precisamos trabalhar com a natureza, não contra ela”, diz CEO da Puma**  
19.12.2011

 O alemão Jochen Zeitz, CEO e presidente do Conselho da gigante de artigos esportivos Puma, acredita que é hora de enterrar de vez o paradigma da Revolução Industrial. Idealizador do primeiro relatório que traduz, em valores monetários, o impacto ambiental de sua companhia, Zeitz conta, nessa entrevista exclusiva à Página 22, sua motivação para fazer essa conta. [Leia Mais...](#)

**MEC prepara projeto para reestruturar educação no campo**  
26.01.2012

Cerca de mil municípios com índices de pobreza aguda receberão ações para reverter abandono escolar. Amazônia deverá ser beneficiada.

**A era da comida barata acabou’, afirma Paul Polman**  
26.01.2012

Presidente da Unilever responsabiliza o aumento da demanda e a escassez de terras para a produção de alimentos, causada por falta de sustentabilidade na agricultura e pelas mudanças climáticas, pela alta dos preços em todo o mundo.

**Canal de vídeos**



Assista a vídeos selecionados em nosso canal.

Apoio editorial: ((o)eco PÁGINA 22

**Crise econômica mundial pode colocar...**

Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

Compõem a campanha 23 fotografias, das quais 12 abordam paisagens (rios, florestas/vegetação) ou recursos naturais (plantas, animais, frutos), 09 a dimensão humana e 02 retratam as áreas urbanas, por meio de imagens aéreas.

Considerando a ordem de apresentação, apesar da primeira imagem – o olhar de uma criança indígena por uma fresta – representar a dimensão humana, o tema social só é abordado a partir do nono slide e continua com o transcorrer de sete imagens.

Diz o roteiro ao abordar a existência de pessoas e seus modos de viver na região, no 11º slide: “quase a metade desse contingente humano vive abaixo da linha da pobreza”. A mensagem é conectada à imagem de um menino com traços indígenas (ou caboclos) recostado à porta de um casebre de madeira, em uma posição que pode ser interpretada como apreensiva ou distraída, e com um olhar disperso em relação à lente do fotógrafo. Ao ser representado textualmente pela extrema pobreza e por meio da imagem de uma criança, o homem amazônico passa à condição de fragilidade, um ser que precisa de cuidado e proteção na medida em que não têm condições de dar sustento a si.

**Figura 7 - Slide 11: “Invisível Amazônia”**



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

O slide seguinte corrobora a ideia de pobreza a partir da fotografia de uma choupana com paredes de barro, cobertura de palha e um homem sentado à porta, mas de costas para o fotógrafo e, conseqüentemente, para o espectador. Sem a sua fisionomia, identificação física principal de qualquer pessoa, o retrato do ser anônimo que habita a Amazônia é apresentado ao mundo. A legenda corrobora essa ideia: “será que o mundo não os enxerga?”.

**Figura 8 - Slide 12: “Invisível Amazônia”**



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.



A imagem subsequente apresenta pinturas ou tatuagens em tinta de jenipapo, escura, na região torácica de um indígena retratado sem cabeça, com a qual se diz que “a Amazônia também foi o berço de grandes civilizações, já extintas”. Das fotografias subsequentes, a única que apresenta os rostos ou feições das pessoas retratadas é a de um grupo indígena, enfileirado em um ritual não descrito, cujo enquadramento torna as faces majoritariamente desfocadas, o que introduz o roteiro sobre esses povos e suas peculiaridades pouco reconhecidos pela sociedade brasileira “mas pouco se fala deles nas escolas do Brasil”.

**Figura 9 - Slide 13: “Invisível Amazônia”**



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

Sobre a questão urbana, duas imagens de satélite (slides 08 e 09) – e que, portanto, também não permitem caracterizar nenhuma cidade – generalizam: “Aqui também vivem quase 25 milhões de brasileiros/A maior parte concentrada nas grandes cidades, inchando as periferias”, sem nenhuma menção às peculiaridades do processo urbanístico ou sobre a importância e significado das cidades médias no contexto regional.

Os slides sobre as paisagens e a biodiversidade regional apresentam o viés econômico ao aludirem indiretamente às discussões sobre a economia florestal não-madeireira por meio de três slides (05, 06 e 07, respectivamente): “É uma biodiversidade invisível e pouco explorada/ Menos de um por cento do PIB amazônico advém da biodiversidade regional/Nos mercados da Amazônia, frutas, fibras, óleos, aromas, ervas e peixes inundam os sentidos”.

Tema relevante na agenda do fórum se considerado o perfil empresarial de boa parte de seus associados, os serviços ambientais prestados pela região também são abordados de modo indireto em três slides (18, 19 e 20), quando o papel do rio é ressaltado por sua importância na manutenção dos ciclos hidrológicos de parte do continente: “Por falar em rio, diariamente evaporam 20 bilhões de toneladas de água doce das folhas das árvores e rios na



Amazônia/ Tornada vapor, toda essa água segue pelo ar/ São os rios voadores que fertilizam as terras do sul do país e até de outras nações”.

Sobre a defesa desse interesse em especial, reforçada em diferentes momentos nos textos de apresentação da iniciativa e a partir da divulgação de variados documentos favoráveis à REDD, um dos arquivos disponíveis na seção “Palestras” indica a funcionalidade de um “estandarte” discursivo como esse para alguns dos associados. Ao apresentar as ações do Vale Florestar S.A.<sup>38</sup>, um dos maiores fundos de reflorestamento do Brasil, que “atua em áreas da região amazônica com grandes níveis de desmatamento e tem o objetivo de incentivar empreendimentos florestais de longo prazo”, parece conveniente o interesse da empresa na instituição formal de um mecanismo como REDD para a ampliação de seus rendimentos para além dos créditos passíveis de serem gerados via Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Nesse mesmo sentido, fica ainda mais evidente a relevância de um “valor” como a “sustentabilidade” para a empresa, que atribui simbolicamente a ideia de compromisso com as questões ambientais a um programa assim, quando, na prática, está ampliando o seu *portfólio* a novos serviços e atividades potencialmente geradoras de dividendos nessa área, inclusive por meio do mercado financeiro.

Considerando as tensões políticas internacionais inerentes à iminência das mudanças climáticas globais, cujos desdobramentos indicam que cada vez mais países e organizações tenderão a empreender esforços e assumir compromissos para a compensação de emissões de GEE, o que pode incluir o aumento da compra de créditos, intensificando as transações financeiras nos mercados especializados, o arrendamento de 989 quilômetros quadrados (Km<sup>2</sup>) na Amazônia pelo fundo não representa exatamente um esforço para “cuidar do nosso planeta”, sendo que 625 Km<sup>2</sup> dessa área são destinados à proteção e recuperação de florestas nativas, 364 Km<sup>2</sup> à implantação de florestas industriais e o restante à implantação da infraestrutura necessária ao plantio e outros usos. Outro indício de que as estratégias de sustentabilidade da empresa atendem muito mais aos seus interesses econômicos, incluindo os de especulação financeira, do que a uma agenda ambientalmente edificante, está na decisão concomitante pelo financiamento de 9.885 Km<sup>2</sup> de áreas protegidas em cinco estados brasileiros, em nome da conservação da biodiversidade, e pelo anúncio em abril de 2011 do aporte estimado de R\$ 2,3 bilhões para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte,

---

<sup>38</sup> De acordo com a própria *home page* institucional, o Vale Florestar nasceu como projeto da Vale em 2005 e entrou em operação dois anos depois. Até 2010, a Vale já teria investido no projeto cerca de R\$ 230 milhões – mais de um terço do valor total previsto. Contava na época com o total de 1,5 mil empregados. Todas essas informações estão disponíveis em no *website* da Vale, listado como referência ao final dessa publicação.

quando se tornou acionária com nove por cento do consórcio Norte Energia<sup>39</sup>, vencedor da licitação para a execução da obra cujos impactos socioambientais, que incluem a perda de centenas de exemplares e até a extinção de espécies de animais, mobilizaram esforços de entidades de todo o planeta para a sua contenção.

Outro ponto relevante na análise do *slide show*, diz respeito ao destaque de rostos de crianças indígenas presentes na primeira e na última imagem. A diferença da inicial para a que o finaliza, além da mudança de personagens, está no rosto parcialmente coberto que olha para cima por uma fenda. Ambas assemelham-se quanto ao enquadramento *plongée*, que consiste no posicionamento suspenso da câmera com a captura da imagem de cima para baixo, cujo efeito costuma atribuir ao retratado uma ideia de diminuição e subordinação em relação a quem o fotografa ou observa, além da ideia de inocente e amigável fragilidade, reforçada pelo olhar de ambas as crianças.

**Figura 10 - Slides 01: “Invisível Amazônia”**



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

**Figura 11 - Slides 23: “Invisível Amazônia”**



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável, 2012.

<sup>39</sup> Sobre entrada do Grupo Vale no Consórcio Norte Energia, ver reportagem Vale aprova aquisição de participação em Belo Monte, cujas informações para o acesso estão disponíveis entre as referências desse trabalho.

Textualmente, são indicados termos que referem o espaço de quem fala como “aqui” (slides 03, 09, 14), o que é contrastado ou confrontado pelo uso da terceira pessoa: “não os enxerga”, “eles preservam”, “pouco se fala deles” (slides 12, 15, 16). Sendo assim, quem fala advoga pela importância da região – o “aqui” – e apela ao interlocutor, desconhecedor desse lugar “invisível”, que o “veja com outros olhos”, mas em terceira pessoa. Discursivamente, o efeito seria: “falo deles e por eles, mas não somos nós”.

Além disso, nenhuma menção é feita à Amazônia rural, na qual são desenvolvidas atividades agropecuárias de diversos modelos e culturas, ou dos grandes projetos mineradores e hidrelétricos que envolvem parte das organizações atreladas ao fórum. Essa caracterização genérica, a partir de fotografias similares de florestas, rios e imagens aéreas ou de satélite, que excluem também ambientes como campos de terra firme, de várzea, campinas de areia branca e manguezais, por exemplo, dá a ideia de uma região homogênea em termos de paisagens e realidades.

O canal de vídeos corrobora os pressupostos conceituais do Fórum identificados na seção anterior. Dois deles são iguais, apesar da diferença de idiomas (o primeiro em português e o segundo em espanhol), e foram criados para a divulgação do evento “Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia”, realizado em Belém em novembro de 2011. A mensagem principal “seis países - uma só ideia: preservar a Amazônia” é mais uma vez confrontada pela relação de patrocinadores exibida ao final do material. Com exceção da Fundação Avina e da rede de supermercados Walmart, as empresas financiadoras do evento (Agropalma, Alcoa, Banco da Amazônia, Fundo Vale, Natura, Vale) ainda têm ou já tiveram muito fortemente as suas imagens relacionadas a eventos, atividades e projetos polêmicos ou com a “sustentabilidade” comprometida pelo ponto de vista social e ambiental.

O conteúdo do terceiro vídeo diz respeito aos bastidores de uma reportagem feita em Belterra, município situado no Oeste paraense, sobre o que seria o maior exemplar de samaumeira da Floresta Nacional do Tapajós. Intitulado “em busca da Sumaúma, um vídeo-diário de reportagem”, o vídeo foi produzido pelo O Eco, *website* jornalístico com sede em São Paulo, especializado na área ambiental e parceiro do Fórum Amazônia Sustentável na atualização de notícias destacadas em sua página inicial.

O roteiro do material ressalta um aspecto lúdico da floresta. No decorrer dele, por exemplo, a repórter pergunta ao mateiro, que lhe serve de guia no interior da floresta: “o senhor tem muito amor por essa árvore?”. Minutos depois, ela indaga sobre estórias populares supostamente relacionadas a essa espécie da árvore. Diz a legenda do vídeo em seguida: “são muitas as histórias e lendas com a Sumaúma/os índios contam que ela é a ligação entre o

humano e o divino”. Para reforçar o caráter recreativo, é projetada no material uma espécie de animação do “curupira”, lenda amazônica mencionada pelo entrevistado ao responder a insistente pergunta sobre a relação da árvore com elementos fantásticos da região.

Mais uma vez, o homem amazônico é representado de forma infantilizada e mesmo caricata, na medida em que lhe fazem perguntas sobre a existência de um sentimento como o “amor” em relação à árvore. E crianças não são habilitadas a falar nem a decidir por si próprias. O espaço jornalístico, cujo tratamento da notícia se apresenta de forma “alegórica” ou “folclórica” e que desloca um profissional de outro estado para a realização de uma reportagem como essa, reproduz à sua maneira, sob uma linguagem própria, uma realidade econômica, social e cultural desigual e excludente ao transformar o entrevistado em entretenimento, não lhe dando oportunidade semelhante de opinar sobre outras questões abordadas pelo *website* que também lhe afetam a vida, como a criação, a gestão ou (re) definição dos limites de áreas protegidas na região.

Outros três vídeos apresentam os relatos dos trabalhos em campo de um pesquisador de fungos, que ressalta não apenas a importância desse tipo de organismo para a floresta como os potenciais econômicos do seu manejo para a indústria alimentícia e farmacêutica, o que reforça também a ideia de Amazônia como fonte de recursos e riqueza, o Eldorado<sup>40</sup> a ser explorado por conquistadores de todo o mundo.

Retornando novamente à página inicial do *website*, também chama a atenção em suas laterais a imagem para fins ilustrativos do que seria a palha entretecida, trabalho artesanal necessário para a confecção de artefatos típicos da região, alusão à ideia de “articulação” autorreferenciada pela iniciativa.

### 4.1.3 Visibilidade como contraponto à defesa do diálogo

Em função da substituição do antigo *website* do Fórum Amazônia Sustentável no período de realização dessa pesquisa<sup>41</sup>, o que incluiu mudança de *layout* e arquitetura de informações da página na internet, surgiu a necessidade de se refazer a análise dos principais critérios técnicos elencados para medir as suas funções de visibilidade e debate público.

<sup>40</sup> Sobre estereótipos sobre a Amazônia recorrentemente reforçados pela mídia, ver DUTRA, 2009.

<sup>41</sup> De acordo com o relatório de atividades de 2008, a primeira página do site foi criada em julho de 2008. O layout diferenciado dessa primeira página eletrônica sugere que a versão atual do *website* é a terceira desde o seu lançamento.

A análise de ambas as versões permitiu apontar que a mudança fundamental consistiu em uma tentativa de aumento do grau de dinamismo no que se refere aos critérios relacionados à função de visibilidade do Fórum na internet.

Enquanto o *website* anterior podia ser considerado eminentemente estático, o segundo teve suas funções modificadas de modo a parecer com um blog, tendo as suas notícias, informações em formato jornalístico de caráter factual, atualizadas mais frequentemente com o apoio de dois veículos de comunicação especializados, O Eco e Página 22. Os tipos de mídia também foram diversificados, extrapolando a disponibilização estrita de publicações em formato pdf. Tais alterações correspondem ao que foi apontado pelo assessor de comunicação do Fórum Amazônia Sustentável como o objetivo de criação do novo *website*. Outro diferencial também estaria na nova forma de abordagem do tema, na medida em que o anterior não compreendia conceitualmente as nuances apresentadas na seção anterior, mas sempre com priorizando o formato visual ou imagético em detrimento do conteúdo relacionado aos projetos e atividades praticadas efetivamente pelo Fórum:

Trata-se de um site institucional criado para divulgar o Fórum Amazônia Sustentável, seus pressupostos e ações. Também tem o objetivo de disseminar ideias, pensamentos, notícias, publicações, expressões estéticas e conteúdos diversos sobre a Amazônia e a Sustentabilidade em todos os seus aspectos. As mudanças priorizaram a melhoria do *layout*, na medida em que passaram a incluir imagens (Jaime Gesisky, comunicação por *e-mail*).

De acordo com ele, as expectativas ou metas inicialmente estabelecidas para o novo espaço virtual foram superadas, na medida em que ele recebe cerca de 10 mil visitas individuais e quase 26 mil acessos às páginas por mês. Ao navegar pelo *website*, os usuários priorizam a leitura de notícias, a busca por entrevistas, a observação do *slide show* e a consulta ao “quem somos”.

No entanto, como será demonstrado a seguir, apesar de conceitualmente a iniciativa fundamentar-se na promoção do diálogo e na articulação ou mobilizações de atores, em termos tecnológicos e de serviços ofertados não há esforços destinados ao efetivo atendimento de tais objetivos. Se considerados os critérios previamente estabelecidos para a análise das duas funções, fica claro que a função de debate público representa um mecanismo discursivo usado para garantir efetivamente a visibilidade da iniciativa, em uma espécie de monólogo fortemente subordinado a objetivos e noções estabelecidos pelos coordenadores do Fórum, o enunciador do processo discursivo. Nesse sentido, fica evidente que, no que se refere à concepção de comunicação institucional, essas organizações ainda estabelecem processos

concebidos com um caráter positivista e instrumental, por meio dos quais priorizam a enunciação unilateral de seus pontos de vista e temas de interesse, ao invés de organizar e criar novos fluxos de informações e interação com os diferentes públicos.

No que se refere aos aspectos relacionados à acessibilidade, de acordo com o que é apresentado no quadro abaixo, do primeiro ao quarto item, o *website* apresenta um desempenho regular, já que atende à velocidade inferior a quatro segundos, considerado tempo máximo ideal para a abertura e carregamento ao abrir uma página, mas com potencial de melhoria desse desempenho, de acordo com as métricas estabelecidas pelo “Yahoo!”.

Por outro lado, não estão disponíveis outros recursos destinados a facilitar ou garantir o acesso por públicos diferenciados como o de pessoas com deficiência visual ou que não compreendam a língua portuguesa, no caso de estrangeiros.

**Quadro 3 – Resultados; Fórum Amazônia Sustentável: Acessibilidade e navegabilidade**

	CRITÉRIO		RESULTADO
ACESSIBILIDADE/ NAVEGABILIDADE	1.	Velocidade	Page load time - 3.27s Page speed grade - 80% YSlow - 71%
	2.	Ranking motores de busca	Total: 10 ocorrências Relevantes (até 50º lugar): 05 ocorrências
	3.	Idiomas	Português
	4.	Acesso por pessoas com deficiência visual	Sem recursos
	5.	Interface para suporte ao usuário	Sem recursos
	6.	Ferramentas de busca interna	Sim
	7.	Mecanismo de refinamento e busca por informações	Sem recursos
	8.	Indicação de novas informações/ atualizações/ mudanças	Sim, novas notícias em destaque na página inicial e Feed RSS
	9.	Mapa do site	Não
	10.	URL clara	Sim, mas por um período foi usada para dois espaços diferentes

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

Aos usuários que buscam informações sobre a área ambiental pelo Google, poucas associações de palavras ou termos relacionados à REDD destacam o Fórum Amazônia Sustentável como fonte de referência imediata. Entre as dez ocorrências mais relevantes (abaixo da 50ª posição), todas referentes à antiga versão do *website*, de acordo com o apresentado abaixo, nenhuma se deu antes do vigésimo lugar no ranking de 100 registros, conforme abaixo:

a) Conservação de florestas + REDD:

27º lugar - Carta de Princípios para REDD, *link* Fórum Amazônia Sustentável,

b) Desmatamento evitado:

34º lugar - "Carta de fórum pede que desmatamento evitado seja lucrativo", *link* para notícia sobre ação do Fórum em outro website - JusBrasil,

50º lugar - "Carta de fórum pede que desmatamento evitado seja lucrativo", *link* para notícia sobre ação do Fórum em outro website - site Ambiente Brasil,

c) Discussões REDD:

40º lugar - Lançamento em Rio Branco - programação de evento, *link* Fórum Amazônia Sustentável;

d) O que é REDD + desmatamento e degradação florestal:

49º lugar - Carta de princípios para REDD, *link* Fórum Amazônia Sustentável.

De acordo com os itens cinco a dez, a navegação do usuário pelo *website* é facilitada por ferramentas básicas, como busca interna e indicação de novas notícias na página inicial e até Feed RSS, mas sem possibilidade de refinamento da procura por informações específicas nem o mapa do site para a visualização e entendimento de toda a sua arquitetura. Durante as fases de criação e teste do novo *website*, a mesma URL foi usada para a navegação em dois espaços, o que deixou de acontecer assim que a página anterior foi desativada e substituída oficialmente pela nova.

**Quadro 4 – Resultados; Fórum Amazônia Sustentável: Informação e conteúdo**

	CRITÉRIO	RESULTADO
INFORMAÇÃO/ CONTEÚDO	11. Disposição das informações/ formato textos	Formato blog web 2.0
	12. Apresentação dos textos/ ferramentas para ajuste da legibilidade da fonte por tipo e tamanho e organizadores	Sem recursos
	13. Espaços segmentados por públicos	Imprensa
	14. Multimídia	Sim, banco de imagens e vídeos
INFORMAÇÃO/ CONTEÚDO	15. Número e tipos de documentos/ publicações disponíveis	Publicações sobre o Fórum – 07 arquivos Apresentações – 12 arquivos Publicações de outras fontes – 01 arquivo Boletins de notícias – 30 arquivos
	16. Contatos (representantes/ participantes)	Somente assessoria de imprensa
	17. Registro e calendário de eventos/ encontros	Não
	18. Ferramentas colaborativas de compartilhamento de arquivos e documentos	Não

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

Abaixo, os critérios destinados à avaliação do conteúdo disponibilizado pelo *website* e as formas de apresentação dos mesmos apontam o que já foi mencionado anteriormente e outras considerações:

- a) o *layout* a partir dos quais os textos são disponibilizados remete ao formato de blog, apesar de não apresentar as notícias corridas na mesma página (é necessário clicar em links para acessá-las). Além disso, as notícias destacadas na página inicial apresentam formulário para o envio de comentários, ferramenta não utilizada pelos usuários, e também não apresentam banco de dados específico no *menu* principal;
- b) a indisponibilidade de ferramentas de ajuste do tamanho e fonte de textos também não facilita a leitura do conteúdo pelos usuários;
- c) a priorização da sala de imprensa como único espaço segmentado por público no *website* reforça mais uma vez a importância dada à “divulgação”;
- d) há vídeos e imagens relacionados aos enunciados orientadores da iniciativa, mas quase sem produção de conteúdo próprio nesses tipos de mídia (com exceção dos vídeos de divulgação do evento “Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia”) e não são encontrados produtos de comunicação como *podcasts* (arquivos de áudio com comentários de especialistas ou membros/representantes das organizações associadas ao Fórum, por exemplo);
- e) a disponibilidade de documentos quase toda voltada às iniciativas do próprio Fórum, o que aponta mais uma vez a função de autorreferenciação do *website* em diferentes aspectos;
- f) os contatos da coordenação do Fórum, assim como de seus membros, não ficam evidentes na seção Fale Conosco, o que não facilita a comunicação de usuários com os participantes da iniciativa,
- g) a exclusão de espaço para a divulgação calendários de eventos e encontros, existente no menu de *links* da versão anterior da página,
- h) mecanismos de compartilhamento de arquivos e documentos pelos e entre usuários não estão disponíveis, o que demonstra certo grau de rigidez quanto à estrutura e à própria concepção de comunicação dos gerenciadores da iniciativa.



**Quadro 5 – Resultados; Fórum Amazônia Sustentável: interatividade**

		CRITÉRIO	RESULTADO
INTERATIVIDADE	19.	Existência de fóruns de discussões virtuais e/ou estrutura para discussão	Link “Rede Amazônia Sustentável” apresenta-se desativado - “em construção”
	20.	Existência de salas de discussões, chats	Sem recursos
	21.	Tecnologia para webconferências, transmissão de vídeos em tempo real	Sem recursos
	19.	Existência de fóruns de discussões virtuais e/ou estrutura para discussão	Link “Rede Amazônia Sustentável” apresenta-se desativado - “em construção”
	20.	Existência de salas de discussões, chats	Sem recursos
	21.	Tecnologia para webconferências, transmissão de vídeos em tempo real	Sem recursos
	22.	Espaço para a elaboração de documentos e propostas conjuntas	Sem recursos

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

Quanto aos critérios básicos definidos para medir a função de debate público, o *website* só atende à integração com as mídias sociais, como Twitter, Facebook e Youtube. Desses, enquanto o primeiro e o último corroboram a função de disseminar notícias e informações institucionais ou publicadas na página inicial do *website*, o segundo ainda permite a postagem de comentários pelos membros, sob as formas de sugestões de leituras e perguntas para o esclarecimento de dúvidas.

#### 4.2. FÓRUM LATINOAMERICANO DE REDD: QUESTÕES POLÍTICAS ENCOBERTAS POR LINGUAGEM TECNICISTA

Também sob a premissa de “facilitar a comunicação e, através do site, promover a troca de experiências e de informação entre os países latinoamericanos, reduzindo as barreiras de informações sobre o REDD<sup>42</sup>”, esse fórum foi criado durante um *workshop* realizado em Manaus em fevereiro de 2009. Intitulado de “1º Workshop Sul-Sul de Cooperação para Atividades de REDD”, o evento reuniu 14 representantes de dez países latinoamericanos e dos Estados Unidos, vinculados a ONGs, governos e organizações indígenas.

Com uma linguagem mais tecnicista, diferencia-se por se projetar como um espaço reservado à participação de especialistas.

<sup>42</sup> Trecho retirado do tópico “Apresentação”, disponível no *website* do Fórum Latinoamericano de REDD.

Figura 12 – Imagem *home page* Fórum Latinoamericano de REDD



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

A iniciativa, que é coordenada pela Fundação Amazonas Sustentável, congrega as seguintes entidades:

- 1) Bolívia: Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB);
- 2) Brasil: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam);
- 3) Costa Rica: Fundo Nacional de Financiamento Florestal (Fonafifo);
- 4) Equador: Ministério do Meio Ambiente e Libelula – empresa de consultoria em Comunicação, Meio Ambiente e Sociedade;
- 5) México: Comissão Nacional Florestal (Conafor);
- 6) Peru: Ministério do Meio Ambiente e Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica);
- 7) Suriname: Conservação Internacional.

Entre os *websites* analisados é o que contém estrutura mais simples, estática e com menos recursos destinados à facilitação do acesso, navegação e interatividade entre os

usuários. Todo o seu conteúdo é disponibilizado por meio de apenas quatro *links* disponibilizados em uma barra superior central, além de um box fixo para destacar as “Notícias” no canto direito dessas páginas.

Também não apresenta um nexos conceitual como o apresentado pelo Fórum Amazônia Sustentável, cujos enunciados principais puderam ser verificados em todo o conteúdo disponibilizado em seu *website*, conforme apontado anteriormente.

No topo do *layout*, logo abaixo do *menu* principal, um banner randomiza 14 imagens distintas a cada novo clique do usuário às páginas. A maneira como a região é representada por essas imagens é amplamente baseada em suas paisagens naturais, por meio de fotografias de ambientes com rios e cobertura vegetal, elementos que podem ser encontrados em pelo menos nove das fotografias.

Dessas, somente uma (abaixo), caracterizada pela vista aérea de casas situadas em uma área florestal, apresenta pessoas em seu interior.

**Figura 13 – Banner, vista aérea comunidade interior do Amazonas**



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

Duas outras podem ser interpretadas como referentes ao tema REDD e à cultura regional, na medida em que focam nuvens e, por consequência a ideia de uma atmosfera “limpa”; e redes coloridas penduradas em um barco, um meio de transporte bastante característico, portanto reconhecido como peculiaridade cultural da região.

**Figura 14 – Banner, imagem atmosfera limpa**



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

**Figura 15 – Banner, imagem redes coloridas**



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

Semelhante ao que foi constatado na análise do *slide show* do Fórum Amazônia Sustentável, das outras três imagens que aludem à questão humana, duas envolvem a figura de crianças: a primeira, com foco distanciado, mas de uma menina em pé, segurando um prato, à porta de uma casa de madeira; e a outra de um grupo, entre o qual alguns meninos se abraçam, apesar do semblante sério, mas sempre remetendo à ideia de pobreza, fragilidade e necessidade de proteção. A última retrata uma mulher que, por trás de uma planta, sorri, mas sem encarar a lente da câmera, caracterizando o que seria a falta de agressividade ou disposição ao enfrentamento, portanto mais uma vez traços da docilidade de todas essas pessoas que vivem na região.

**Figura 16 – Banner, criança à porta de casa**



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

**Figura 17 – Banner, grupo de crianças**



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.



**Figura 18 – Banner, mulher em interação com o ambiente natural**



Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

O *website* do Fórum Latinoamericano de REDD também não é um espaço atualizado com frequência, na medida em que os textos de apresentação sobre o tema e a agenda de eventos referem-se ao ano de 2010, assim como o espaço de tempo entre a publicação das últimas notícias é superior a um ano, como apontado na imagem a seguir.

**Figura 19 – Agenda de eventos desatualizada**

**AGENDA DE EVENTOS - 2010**

AGENDA DE EVENTOS - SETEMBRO DE 2010

Data	Evento	Local	Informações
08 a 10	COM-EB 56: 56th meeting of the COM Executive Board	Bonn, Germany	UNFCCC
17 a 19	2nd Global Conference on Environmental Governance and Democracy: Strengthening Institutions to Address Climate Change and Advance a Green Economy	New Haven, Yale University	<a href="http://www.unfccc.org/2010-conference">http://www.unfccc.org/2010-conference</a>

**BUSCA**

Google Pesquisa Personalizada Go!

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

- 08.11.11 – Invitation - Amazon Evening: a South-South Exchange with Africa
- 13.09.10 – CBD Releases September Issue of REDD+ and Biodiversity Newsletter
- 09.09.10 – Guia traz o estado da arte de projetos de REDD+ na América Latina

Fonte: Fórum Latinoamericano de REDD, 2012.

Como diferencial, aborda questões críticas relacionadas ao mecanismo, como a “adicionalidade”, a possibilidade de “fugas”, as formas de financiamento e a repartição dos benefícios entre os atores.

De acordo com o trecho abaixo, também relaciona a redução de emissões por desmatamento à necessidade de maior governança florestal, mas atribui a devastação da floresta a essa suposta falta de governança, quando o avanço sobre as áreas naturais pode representar muito mais o resultado de uma agenda de governo assumida e orientada - por meio de políticas, incentivos, restrições e até pela “omissão” - ao desenvolvimento de atividades reconhecidamente predatórias aos ecossistemas e às populações que neles habitam, como a expansão agropecuária, a exploração madeireira ilegal e a implantação de grandes projetos de infraestrutura, entre outros.

O desmatamento é tanto um problema de governança florestal pobre – os processos, políticas e leis através dos quais as decisões que impactam as florestas são tomadas – quanto um problema de incentivos econômicos desalinhados. Quando se olha para os principais agentes do desmatamento, como a expansão da agricultura, a exploração madeireira e o desenvolvimento de infra-estruturas, geralmente estes são sintomas de um fracasso maior na governança. Muitos países ricos em florestas não possuem suficientes instituições e processos necessários para valorizar e proteger as florestas e as pessoas que dela dependem. Eles não estarão aptos a manejar suas florestas até que estes fatores melhorem (FÓRUM REDD, 2010<sup>43</sup>).

Sendo assim, há uma tendência de inverter a lógica causal do problema ao considerá-lo “um fracasso maior na governança”, já que ele também pode representar o “sucesso” ou um efeito dos arranjos institucionais ali estabelecidos, e despolitiza a questão ao considerar a inexistência de “instituições e processos necessários para valorizar e proteger as florestas e as pessoas que dela dependem” quando essas instituições e processos existem em países como o Brasil, mas tendem a ser reconfigurados de acordo com o interesse dos grupos e setores representados nas diversas instâncias de governo, como no caso das alterações no Código Florestal do país, aprovadas com o forte apoio da base governista e da bancada conhecida como ruralista que ocupam o legislativo, apesar das ressalvas e manifestações contrárias por entidades ambientalistas e técnico-científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Além disso, esse enfoque generalizante tende a desconsiderar a especificidades estruturais (produtivas, institucionais, sociais, entre outras) de cada país detentor de floresta tropical, “desresponsabilizando” ou desvirtuando assim o foco da atenção dos atores envolvidos e, conseqüentemente, as formas de coibir junto a eles, incluindo por meio de críticas ao próprio Estado, as práticas consideradas nocivas ao meio ambiente.

Ao mesmo tempo, é possível perceber nessa abordagem uma linguagem fortemente economicista, que busca vincular REDD à representação de um incentivo ou alternativa rentável para a manutenção da “floresta em pé” a partir de transações financeiras, como a comercialização de créditos de carbono, sem considerar de forma explícita as dinâmicas produtivas geradoras de renda que, na prática, atendem a esse objetivo, como o extrativismo e as culturas agroflorestais associadas. Nesse sentido, Costa (2009) atesta a importância econômica da pequena produção agroflorestal, fortemente baseada no extrativismo florestal não-madeireiro e associada com agricultura diversa de culturas temporárias e permanentes. Segundo esse autor, quando se considera critérios como a eficiência do uso da terra e do

---

<sup>43</sup> Trecho retirado do texto “Florestas, Mudanças climáticas e o desafio do REDD”, de autoria de Manish Bapna, do World Resources Institute e disponível na seção “Sobre REDD” do *website* do Fórum Latinoamericano de REDD.

trabalho, geração de renda e ocupação, além de balanço de carbono, essa atividade supera em vários momentos as demais práticas - incluindo as historicamente reforçadas como mais "lucrativas" e "rentáveis", como a pecuária de corte e outras culturas agrícolas.

O mecanismo de REDD procura fornecer incentivos aos países em desenvolvimento para que realizem tais reduções. Até o momento, áreas florestais valem mais desmatadas do que em pé. Em sua essência, o REDD pretende mudar as estruturas de incentivo em favor da proteção das florestas.

O mecanismo de REDD pode fornecer compensação para governos, comunidades, empresas ou individuais se estes estiverem tomando ações para reduzir emissões de perdas florestais abaixo de um nível de referência estabelecido. O manejo sustentável de florestas passa a ser uma decisão econômica inteligente, além de ambiental (FÓRUM REDD, 2010<sup>44</sup>, grifos nossos).

Como será apresentado a seguir, o *website* também se destaca pela maior disponibilização de publicações técnicas entre os fóruns estudados. O *link* "Sobre REDD" apresenta um banco com 62 referências, entre "publicações sobre REDD" (22), "documentos sobre negociações internacionais" (19), "consultas públicas" (01), "documentos sobre REDD na América Latina" (06), "projetos e iniciativas de REDD na América Latina" (03), "links relacionados" (09), "vídeos" (01) e "temas relacionados" (01).

Dessas, de caráter eminentemente especializado, o que efetivamente restringe o público-alvo, 44 são na língua inglesa, 11 em português e 07 em espanhol, aumentando ainda mais o crivo quanto à possibilidade de acesso por pessoas leigas ou menos envolvidas com as discussões em âmbito acadêmico.

#### **4.2.1 Visibilidade e debate público confrontados pela tecnologia**

De modo geral, os processos de comunicação evidenciados pelo *website* do Fórum demonstram inaptidão para o exercício das funções de dar visibilidade ou promover o debate sobre REDD, analisadas nesse trabalho.

Entre as possíveis causas para tal deficiência, está a falta de recursos tecnológicos apropriados, de coerência na gestão dos fluxos de informações e da própria lógica de comunicação institucional necessária para a abordagem adequada do tema e a interação com os públicos envolvidos, a partir de objetivos previamente instituídos pelos coordenadores da iniciativa.

---

<sup>44</sup> Também retirado do texto "Florestas, Mudanças climáticas e o desafio do REDD", disponível no *website* analisado.

Conforme apresentado anteriormente, no que se refere à tecnologia utilizada, o *website* do Fórum REDD pode ser considerado tradicional ou estático por dispor de uma estrutura bastante simples e de poucos recursos destinados a facilitar a navegação pelos usuários.

**Quadro 6 – Resultados; Fórum Latinoamericano de REDD: Acessibilidade e navegabilidade**

	CRITÉRIO		RESULTADO
ACESSIBILIDADE/ NAVEGABILIDADE	1.	Velocidade	Page load time - 3s Page speed grade - 60% YSlow - 80%
	2.	Ranking motores de busca	Total: 05 ocorrências Relevantes (até 50º lugar): 05 ocorrências
	3.	Idiomas	Português/Espanhol/Inglês
	4.	Acesso por pessoas com deficiência visual	Sem recursos
	5.	Interface para suporte ao usuário	Sem recursos
	6.	Ferramentas de busca interna	Sim
	7.	Mecanismo de refinamento e busca por informações	Não
	8.	Indicação de novas informações/ atualizações/ mudanças	Sim, apenas de “novas notícias”, destacadas na lateral da página
	9.	Mapa do site	Não
	10.	URL clara	Sim

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

Em relação ao acesso, favorece a consulta por usuários de outros países ao apresentar versões em espanhol e inglês, além do português, e também pelo registro entre as principais referências quando se buscam na internet conteúdos sobre os seguintes termos:

- a) REDD: 1º lugar;
- b) O que é REDD: 8º lugar;
- c) O que é REDD + desmatamento e degradação florestal: 18º lugar;
- d) Discussões REDD: 37º lugar;
- e) Conservação de florestas + REDD: 43º lugar.

Todo o conteúdo do *website* está concentrado nos quatro links do *menu* principal junto com um box na lateral direita das páginas, que permite a inserção de apenas três notícias. De modo geral, as informações disponíveis nos *links* encontram-se desatualizadas por apresentarem como referência o ano de 2010.

Considerados os padrões recomendáveis para a internet, os textos também podem ser considerados extensos, o que dificulta a navegação e a leitura na medida em que leva o usuário a utilizar a barra de rolagem com mais frequência. Nesse sentido, o banco de referências, com arquivos em pdf e *links* para outros *websites*, está concentrado na mesma



página de apresentação sobre REDD e suas questões conceituais e metodológicas, o que também provoca o efeito de desorganização visual ao espaço.

**Quadro 7 – Resultados; Fórum Latinoamericano de REDD: Informação e conteúdo**

	CRITÉRIO		RESULTADO
INFORMAÇÃO/ CONTEÚDO	11.	Disposição das informações/ formato textos	Formato site tradicional/estático - 1.0 (barra de <i>links</i> superior e destaque para "Notícias" na lateral)
	12.	Apresentação dos textos/ ferramentas para ajuste da legibilidade da fonte por tipo e tamanho e organizadores	Sem recursos
	13.	Espaços segmentados por públicos	Sem recursos
	14.	Multimedialidade	Sem recursos
	15.	Número e tipos de documentos/ publicações disponíveis	Publicações sobre REDD: 22 arquivos Documentos sobre negociações internacionais: 10 arquivos Consultas públicas: 01 arquivo Documentos sobre REDD na América Latina: 06 arquivos Projetos e iniciativas de REDD na América Latina: 03 arquivos
	16.	Contatos (representantes/ participantes)	Somente e-mail geral da FAS
	17.	Registro e calendário de eventos/ encontros	Sim, última atualização em 2010
	18.	Ferramentas colaborativas de compartilhamento de arquivos e documentos	Não

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

No que se refere aos mecanismos de interatividade, entre os critérios avaliados, o Fórum Latinoamericano de REDD não apresenta nenhuma possibilidade de favorecimento ao diálogo entre usuários, coordenares e/ou participantes da iniciativa, conforme apontado no quadro a seguir e que será discutido de forma mais apropriada no capítulo 5, na medida em que as análises são melhor refinadas e articuladas com o referencial teórico.

**Quadro 8 – Resultados; Fórum Latinoamericano de REDD: Interatividade**

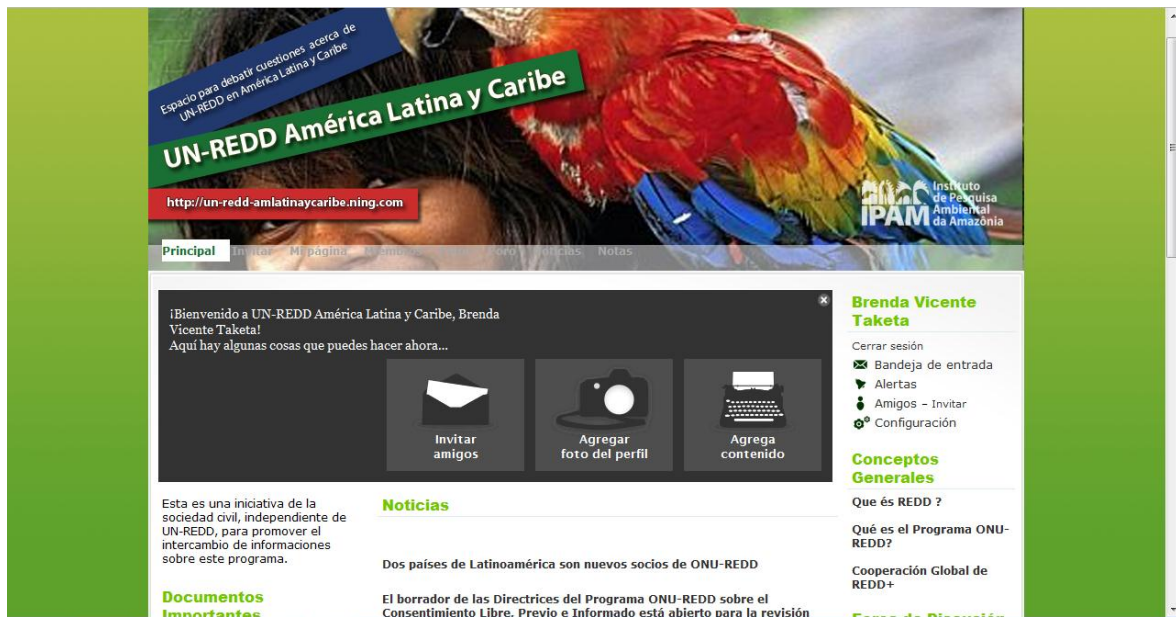
	CRITÉRIO		RESULTADO
INTERATIVIDADE	11.	Existência de fóruns de discussões virtuais e/ou estrutura para discussão	Sem recursos
	12.	Existência de salas de discussões, chats	Sem recursos
	13.	Tecnologia para webconferências, transmissão de vídeos em tempo real	Sem recursos
	14.	Espaço para a elaboração de documentos e propostas conjuntas	Sem recursos
	15.	Integração com <i>hotsites</i> , blogs e mídias sociais	Sem recursos

Fonte: Pesquisa/elaboração, 2012.

#### 4.3 FÓRUM UN-REDD AMÉRICA LATINA E CARIBE: NAÇÕES UNIDAS EXCLUEM O BRASIL

Criado sob o formato de rede social, o *website* UN-REDD América Latina e Caribe é o único dos espaços analisados que atende a todos os critérios que, do ponto de vista tecnológico, o habilitariam à promoção do debate público.

**Figura 20 – Imagem *home page* Fórum UN-REDD América Latina e Caribe**



Fonte: Fórum UN-REDD América Latina e Caribe, 2012.

No entanto, restringe os fóruns de discussões aos países participantes do programa das Nações Unidas de mesmo nome, que exclui o Brasil de seu escopo, ainda que o representante das organizações civis da América Latina e Caribe no seu conselho normativo seja o brasileiro Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), coordenador da página virtual<sup>45</sup>.

De modo geral, o programa UN-REDD reúne três organismos da ONU - Agência para Agricultura e Alimentação (FAO), Programa para o Meio Ambiente (PNUMA) e Programa para o Desenvolvimento (PNUD) - e tem como objetivo apoiar a preparação e a implantação de planos nacionais conjuntos de REDD+ em países em desenvolvimento, o que inclui construir sistemas de monitoramento e mobilizar públicos de interesse, gerando experiências

<sup>45</sup> O Conselho Normativo de Políticas do programa UN-REDD é formado por representantes dos países parceiros, dos doadores do fundo fiduciário, da sociedade civil, de populações indígenas e da própria ONU. Dirige e orienta estrategicamente as ações do programa assim como as dotações financeiras para garantir o seu sucesso.

normativas que possam auxiliar na definição do próximo acordo climático, com real capacidade de influenciar as decisões da UNFCCC. Também interage com outras iniciativas, especialmente as financiadas pelo Banco Mundial, e aumentou progressivamente os recursos financeiros disponíveis em seu fundo desde a sua criação.

Notícia publicada no *website* do Ipam sobre evento paralelo realizado na COP de Cancún, em 2010, explicita que um dos objetivos dessa parceria é estimular o agendamento político do mecanismo em âmbito subnacional:

Warren Evans, Diretor de Meio Ambiente, do Banco Mundial, apresentou os desafios que o Banco vêm enfrentando para coordenar diferentes instituições que nunca trabalharam juntas no passado e as diferenças dos programas financiados pela UN-REDD e pelos fundos do Banco Mundial. Warren conclui sua apresentação afirmando que o processo de harmonização dos princípios e orientações para auxiliar a construção de uma estratégia subnacional de REDD+ é uma das metas para o próximo ano e que isto vêm sendo tratado em caráter de urgência por essas instituições (Ipam, 2010<sup>46</sup>)

O fundo fiduciário de múltiplos doadores do programa, administrado por um escritório vinculado ao Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas, começou a operar com o total de US\$ 12,1 milhões. Nos dois anos subsequentes, os recursos multiplicaram para US\$ 54,9 mi e US\$ 95,2 mi, chegando a US\$ 119,8 mi em 2012, advindos de países doadores como a Dinamarca, a Noruega e a Espanha.

No que se refere aos valores movimentados pelo programa UN-REDD, chama a atenção que, em seus quatro anos de existência, o maior volume de recursos – US\$ 48,7 mi dos US\$ 90,8 mi transferidos do fundo - foi destinado a custear as ações do próprio programa, divididas em quatro linhas orçamentárias no *website* de prestação de contas das Nações Unidas: as duas primeiras de mesmo nome UN-REDD *International Support* mas com valores diferenciados (US\$ 15,8 mi e US\$ 8,6 mi) e as outras intituladas UN-REDD *Support to Country Act* (US\$ 24,1 mi) e *REDD + JP Partnership Secretariat* (US\$ 1,1 mi), respectivamente.

Na página que descreve a dotação orçamentária dos projetos por programas e fundos ligados à ONU, fica evidente que esses valores são bastante altos se comparados a outros voltados a ações relacionadas ao vírus da gripe *Influenza* ou contra a violência sexual, o que evidencia a importância do programa UN-REDD para as Nações Unidas <sup>47</sup>.

<sup>46</sup> Matéria intitulada “Em *side event*, IPAM participa discutindo sobre os sucessos e desafios no tema de REDD+ e mudança do clima”, disponível nas referências de consulta dessa pesquisa.

<sup>47</sup> Informações do Multi-partner Trust Fund Office.

De acordo com o *website* do Ipam, o Fórum UN-REDD América Latina e Caribe é voltado a organizações socioambientais, representando “um canal exclusivo para *debater* suas propostas<sup>48</sup>” (itálico nosso). Em texto publicado na Revista Ciência Hoje *on line* em dezembro de 2010, Paula Moreira, advogada e representante do Ipam no conselho normativo UN-REDD, explica que a criação do espaço foi motivada pela divergência de opiniões detectadas à época do lançamento do programa pela ONU.

Países como Bolívia, Paraguai e Panamá teriam maior participação no espaço virtual, considerando que foram os primeiros escolhidos para receber apoio técnico e financeiro do programa<sup>49</sup>. Hoje, além deles, Chile e Suriname também foram incluídos como sócios da iniciativa e Argentina, Equador e Peru detém fóruns de discussões exclusivos no *website*, por serem considerados parceiros na região, junto com a Colômbia, a Costa Rica, a Guatemala e o México<sup>50</sup>.

Ainda segundo a reportagem da Ciência Hoje, o fraco engajamento do Brasil na rede naquela época, que se estende até hoje, se explicaria pela exclusão do país na primeira fase de implantação do programa, em virtude de seu posicionamento contrário à inserção de REDD no mercado de carbono:

O Brasil, segundo Paula Moreira, é a favor da adoção de ações de REDD, mas contra o seu financiamento pelo mercado de carbono, uma das alternativas de compensação pela manutenção das florestas. Esse tipo de mercado estabelece que os países em desenvolvimento podem vender créditos de carbono para nações desenvolvidas que estejam emitindo acima do permitido. Como anunciou o governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2006 (COP-12), o Brasil defende doações voluntárias dos países desenvolvidos como estratégia nacional de lidar com esse sistema de redução das emissões (CIÊNCIA HOJE, 2010<sup>51</sup>).

A falta de disposição à divergência e à pluralidade de posições por parte das Nações Unidas fica evidente com a exclusão do Brasil do escopo de um programa como UN-REDD, na medida em que o país detém 4.196.943 Km<sup>2</sup> de bioma amazônico, sem contar os outros (Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga e Pampa), cuja área total corresponde a mais

<sup>48</sup> Informações disponibilizadas no *website* do próprio Ipam, em matéria intitulada “Ipam coordena rede social na internet para discutir sistemas de REDD nos países da América Latina.

<sup>49</sup> Esses três países aprovaram projetos com os respectivos valores: US\$ 4,7 mi, US\$ 4,7 mi e US\$ 5,3 mi. Equador também recebeu financiamento de US\$ 4 mi do programa. Desses países, somente Paraguai e Equador tiveram os recursos transferidos na íntegra até hoje. Entre os projetos financiados pelo programa em todo mundo, o que mais dispõe de recursos é o da República Democrática do Congo, para o qual foram liberados US\$ 7,3 mi. Fonte: *Multi-partner Trust Fund Office*.

<sup>50</sup> Ao todo, o programa congrega 35 países, distribuídos entre os continentes africano, asiático e latinoamericano, incluindo o Caribe.

<sup>51</sup> Fonte: “Rede social para debater emissões”, disponível em Ciência Hoje *on line*.

4.317,934 Km<sup>2</sup> no interior do território nacional. Além disso, no que se refere à proteção das florestas, ainda que haja resistência quanto às formas de financiamento por meio do mercado, o Brasil teria grandes contribuições a ofertar já que tem se apresentado como protagonista nas negociações internacionais, além de apresentar considerável produção técnico-científica nessa área, incluindo o seu sistema de monitoramento de florestas de vanguarda.

Sendo o Ipam, uma organização sediada no Brasil e representante da sociedade civil no conselho das Nações Unidas, ainda que integrada por pesquisadores estrangeiros, é de causar estranhamento que o *website* seja coordenado nos Estados Unidos, apenas na língua espanhola e sem esforço destinado a incluir atores locais ou a região amazônica por suas questões geográficas ou territoriais, econômicas e sociais no processamento das discussões.

Em função de seu formato, construído sobre a plataforma *Ning*<sup>52</sup>, esse Fórum apresenta uma estrutura diferenciada quanto à disposição de informações. Com 311 usuários inscritos, disponibiliza o conteúdo de forma mais dispersa, restringindo as informações institucionais à explicação de conceitos gerais (“Que é REDD?”, “Qué es el Programa ONU-REDD?” e “Cooperación Global de REDD+”) e à apresentação de “documentos importantes”<sup>53</sup>, localizados nos cantos laterais direito e esquerdo da página inicial, respectivamente. A parte central destaca as “Notícias”, “Fotos” e “Notas” de interesse para os envolvidos pelo programa.

Diferente dos outros espaços, nos quais as “notícias” dizem respeito a textos com formato jornalístico relacionados a atividades ou eventos relacionados aos fóruns ou ao tema REDD, no Fórum UN-REDD são disponibilizadas nessa seção informações técnicas sobre o programa na América Latina, como o aceite de novos sócios, a disponibilização de documento para a revisão e resultados de reuniões, entre outras. Ao todo, a página inicial congrega seis *links* para esses informes, que não estão armazenados no tópico de mesmo nome situado no *menu* central superior da página, o que pode dificultar a navegação e acessos às informações pelo usuário.

---

<sup>52</sup> Ning é uma palavra de origem chinesa que significa paz. Na internet, é uma plataforma *on line* que permite a criação de redes sociais individualizadas. Foi fundada em outubro de 2005 por Marc Andreessen e Gina Bianchini. Por meio dela, cada usuário pode criar a sua própria rede social e aderir a outras redes voltadas aos mesmos interesses. Não condiciona o usuário à interação pessoal, como acontece com o *Facebook* ou *Orkut*, permitindo o compartilhamento de interesses específicos. No primeiro turno das eleições em 2010, a candidata à presidência Marina Silva usou a plataforma em sua campanha digital para congregar apoio na rede. A fonte das informações sobre a tecnologia foi o *Wikipedia*, cujos dados de acesso se encontram na lista de referências.

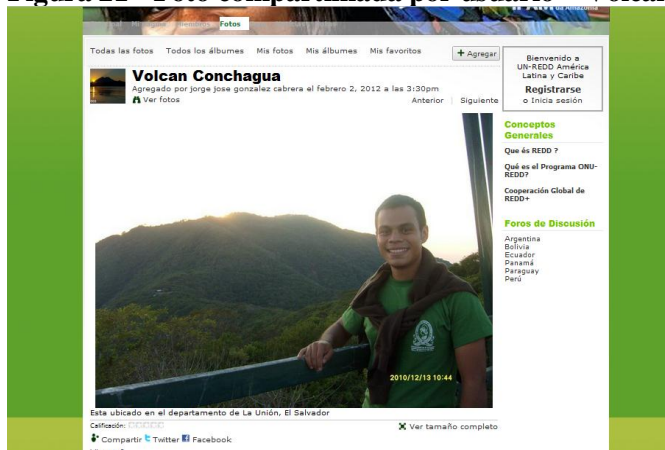
<sup>53</sup> Os quatro “documentos importantes” disponíveis no *website*: 1. Principios y Criterios Socioambientales de REDD+ en Brasil, também disponível em outros fóruns como o Latinoamericano de REDD; 2. Programa ONU-REDD Regulamento Operacional; 3. Fondos del Programa ONU-REDD; e 4. Mandato de la Junta Normativa.

O mesmo acontece com as “notas”, destinadas a relatar reuniões por *skype* (virtual) ou telefone entre os coordenadores da iniciativa, realizadas com o objetivo de tomar decisões quanto a ações consideradas prioritárias para o programa, como o estabelecimento de uma rede de cooperação global sobre florestas em países em desenvolvimento para o estímulo à colaboração mundial no setor florestal, tendo em vista a implantação de REDD+.

As 23 imagens disponibilizadas pela própria mediadora do fórum e responsável pela inserção das informações relacionadas à iniciativa, Juliana Splendore, ou por outros participantes do fórum se diferenciam por uma espécie de autorreferência em relação aos grupos de trabalho e representantes do programa UN-REDD, assim como membros dos projetos vinculados às iniciativas.

Esse é um dos efeitos das ferramentas colaborativas disponíveis, a partir das quais os próprios usuários podem compartilhar conteúdo que os identifiquem com seus locais de origem ou de trabalho, o que acontece em três imagens, nas quais esses indivíduos estão integrados às paisagens apresentadas. Isso demonstra o potencial dessa tecnologia para a maior identificação dos membros com a iniciativa, seja por meio do compartilhamento de textos ou imagens ou da atuação conjunta para a criação ou revisão de documentos. Mas o que se vê, na prática, é que essa capacidade não é aproveitada ao máximo, na medida em que se contabilizam no espaço 15 fotos institucionais de registro das reuniões da Junta Normativa de REDD das Nações Unidas, em diferentes momentos – o que significa que a maior parte do conteúdo ainda é disponibilizada pela coordenação do *website* e remete à questão de que a disponibilidade de tecnologia não necessariamente determina a vontade política e a participação dos usuários, como aponta Maia (2008, p.277) – ainda mais quando se trata de um tema repleto de terminologias e critérios técnicos, como REDD.

**Figura 21 - Foto compartilhada por usuário – Volcan Conchagua**



Fonte: Fórum UN-REDD AL y Caribe, 2012.

**Figura 22 - Foto compartilhada por usuário – Cascada El Salto**



Fonte: Fórum UN-REDD AL y Caribe, 2012.

**Figura 23 - Foto compartilhada por usuário – Pico de Orizaba**



Fonte: Fórum UN-REDD AL y Caribe, 2012.

A natureza pouco dialógica do espaço fica clara quando analisados os 17 fóruns de discussões, entre os quais apenas sete apresentam respostas, sendo que destes quatro foram comentados pelas próprias criadoras dos tópicos, como forma de complementar as informações inicialmente inseridas, com documentos ou adição de dados. Dois dos três espaços comentados por outros membros da rede correspondem à divulgação do financiamento de projetos aprovado pelo programa UN-REDD na Bolívia e Panamá, respectivamente, enquanto o terceiro trata do plano peruano junto ao programa UN-REDD. A discussão sobre o projeto boliviano é a que conta com o maior número de respostas, 23 no total, sendo a que demonstra também maior disposição dos participantes a se tratarem diretamente pelos nomes e a fazerem referências ao que é dito pelos pares (os outros fóruns,

ligados às ações do programa UN-REDD no Panamá e no Peru, registraram 07 e 03 comentários, respectivamente, sendo a maior parte oriunda dos próprios moderadores, mais uma vez).

Todos esses tópicos de discussões foram cadastrados no *website* por apenas duas pessoas, vinculadas ao próprio Ipam, o que pode representar a falta de disposição dos outros membros a compartilharem dúvidas, críticas, problemas ou provocações que instiguem os outros a discutirem sobre REDD ou a experiências relacionadas ao mecanismo. Seis fóruns abertos correspondem às ações nos países envolvidos (Bolívia, Panamá, Equador, Paraguai, Peru e Argentina) enquanto o restante trata de assuntos referentes ao próprio programa UN-REDD, como regulamentos e anúncios sobre documentos considerados relevantes ou informações sobre eventos e fundos aprovados, por exemplo – o que mais uma vez reforça o caráter eminentemente institucional do conteúdo publicado.

#### **4.3.1 Disponibilidade de tecnologia não assegura funções de visibilidade e debate**

Reforçando o que foi anteriormente apresentado, os quadros abaixo demonstram que, ainda que o Fórum UN-REDD América Latina e Caribe tenha sido criado sobre uma plataforma destinada à formação de uma rede e à colaboração entre os membros, as funções analisadas neste trabalho não têm sido desempenhadas de forma eficiente.

Apesar da qualidade tecnológica constatada na alta velocidade de consulta à página, de modo geral, o acesso ao *website* não é facilitado, seja porque nenhuma ocorrência foi registrada nas 18 buscas sobre os termos-chave relacionados à REDD no *Google*; pela dificuldade da URL da página, que apresenta vários hífens e abreviatura; ou mesmo pela ausência de mecanismos destinados a públicos diferenciados, como o de pessoas com deficiência visual ou que não dominem a língua espanhola, outro fator que limita a participação de brasileiros no debate, somado à exclusão do país da lista de participantes do programa. A navegação também não é favorecida por recursos como mapa do *site* ou interface de suporte ao usuário.

Quanto à oferta de informações, as ferramentas disponíveis ao compartilhamento de textos ou conteúdo audiovisual também não determinam uma qualidade diferenciada dessa em relação às outras iniciativas analisadas. Entre os *websites* pesquisados, o Fórum UN-REDD América Latina e Caribe é o que apresenta menor número de documentos e, conforme mencionado anteriormente, as informações privilegiam a agenda e os temas de interesse do próprio programa, o que reforça a sua essência predominantemente institucional.



**Quadro 9 – Resultados; UN-REDD América Latina e Caribe: Acessibilidade e navegabilidade; Informação e conteúdo**

	CRITÉRIO		RESULTADO
ACESSIBILIDADE/ NAVEGABILIDADE	1.	Velocidade	Page load time - 2.04s Page speed grade - 96% (A) YSlow - 81% (B)
	2.	Ranking motores de busca	Sem ocorrências
	3.	Idiomas	Espanhol
	4.	Acesso por pessoas com deficiência visual	Sem recursos
	5.	Interface para suporte ao usuário	Sem recursos
	6.	Ferramentas de busca interna	Sim
	7.	Mecanismo de refinamento e busca por informações	Sem recursos
	8.	Indicação de novas informações/ atualizações/ mudanças	Sim, <i>links</i> do menu destacados na página inicial, mas frequência de atualizações depende da agenda de eventos do programa UN-REDD, podendo alcançar o intervalo de dois meses
	9.	Mapa do site	Não
	10.	URL clara	Não, uso de hífens e abreviaturas no endereço.
INFORMAÇÃO/ CONTEÚDO	11.	Disposição das informações/ formato textos	Plataforma <i>Ning</i> , formato rede social
	12.	Apresentação dos textos/ ferramentas para ajuste da legibilidade da fonte por tipo e tamanho e organizadores	Sem recursos
	13.	Espaços segmentados por públicos	Fóruns de discussões divididos por países
	14.	Multimedialidade	Sim, banco de imagens, com possibilidade de agregar fotos, vídeos, html, textos e <i>widjets</i> ou aplicativos de terceiros
	15.	Número e tipos de documentos/ publicações disponíveis	Documentos importantes (barra lateral esquerda/página inicial) - 04 arquivos Notícias – 01 arquivo Notas – 03 arquivos
INFORMAÇÃO/ CONTEÚDO	16.	Contatos (representantes/ participantes)	Possibilidade de adicionar coordenadores do programa e participantes de projetos na rede de contatos
	17.	Registro e calendário de eventos/ encontros	Não
	18.	Ferramentas colaborativas de compartilhamento de arquivos e documentos	Sim, com possibilidade de compartilhar textos, fotos, vídeos, HTML e <i>widjets</i> ou aplicativos de terceiros

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

No que se refere à interatividade, dois dos cinco critérios aqui estabelecidos para avaliar a interatividade não são contemplados e, mais grave, considerando o que foi anteriormente exposto sobre os fóruns e tópicos de discussões, a participação pelos membros não corresponde à quantidade de recursos disponibilizados.

**Quadro 10 – Resultados; UN-REDD América Latina e Caribe: Interatividade**

		CRITÉRIO	RESULTADO
INTERATIVIDADE	19.	Existência de fóruns de discussões virtuais e/ou estrutura para discussão	Sim, fóruns e troca de mensagens diretas
	20.	Existência de salas de discussões, chats	Sem recursos
	21.	Tecnologia para webconferências, transmissão de vídeos em tempo real	Sem recursos
	22.	Espaço para a elaboração de documentos e propostas conjuntas	Sim, documentos submetidos à avaliação dos usuários
	23.	Integração com <i>hotsites</i> , blogs e mídias sociais	Wordpress, Twitter, Facebook , Youtube, MySpace, Stumble Upon, Del.icio.us, Digg

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

#### 4.4 OBSERVATÓRIO DO REDD: EM NOME DA VISIBILIDADE, DO DIÁLOGO E DA SOCIEDADE CIVIL

O Observatório do REDD foi criado sob o princípio de promover a transparência e o controle social de políticas públicas em nome da sociedade civil e, de forma específica, das populações locais que podem ser diretamente afetadas pelo mecanismo. É coordenado por um comitê formado por 30 entidades, entre organizações não-governamentais ambientalistas, associações e conselhos de trabalhadores rurais, populações indígenas e extrativistas, entre outras.

Dos casos analisados, é o que se apresenta maior complexidade, não apenas por envolver em sua coordenação organismos com natureza diferenciada dos anteriores, até então restritos a organizações de caráter mais especializado ou técnico, mas também porque congrega dois *websites* criados em distintos momentos para contemplar as funções de dar visibilidade ao tema e estimular a interação entre os seus agentes, respectivamente.

Considerando os critérios de análise usados neste trabalho, também demonstra maior disponibilidade e dinamismo quanto aos recursos técnicos e tecnológicos relacionados à comunicação, tanto no que se refere ao tratamento das informações disponibilizadas quanto às formas de apresentá-las.

**Figura 24 – Imagem *home page* Observatório do REDD**



Fonte: Observatório do REDD, 2012.

Em entrevista presencial, Vitor Mamede, coordenador do Observatório do REDD, explicou que a iniciativa resultou de uma demanda das próprias organizações da sociedade civil, apontada durante o seminário Katoomba, realizado em abril de 2009 no Mato Grosso. Segundo ele, durante o evento ficou clara a necessidade de elaboração de “princípios e critérios socioambientais de REDD+”, como forma de compensar os projetos que já se encontram desde então em andamento mesmo sem um marco regulatório:

O seminário de Katoomba foi um marco pra todo esse processo, onde todas as organizações da sociedade civil presentes nesse seminário sentiram o risco do mecanismo de REDD já estar acontecendo sem um marco regulatório, tanto internacional quanto nacional. Ou seja: sentiram que as comunidades locais e os povos da florestal tinham um risco muito grande pela frente, principalmente porque algumas iniciativas já vinham acontecendo e as experiências não eram tão positivas para essas comunidades, os próprios beneficiários desses projetos. Então eles decidiram formar um comitê multissetorial, que tinha a função de criar princípios e critérios socioambientais e submeter à consulta, principalmente por comunidades locais e povos indígenas, em um primeiro momento, mas também com a participação do setor privado e a academia (Vitor Mamede, comunicação pessoal em 07.10.2011).

Elaborada a primeira versão, o documento ficou disponível na internet para a consulta pública por 150 dias, sendo discutido depois de forma presencial em eventos realizados nos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Colhidas as contribuições, foi lançado oficialmente e deu origem à ideia de criação do Observatório, com a missão de “acompanhar

se realmente essas salvaguardas seriam adotadas por todos esses projetos, programas, políticas, qualquer iniciativa com relação ao mecanismo de REDD”.

São três os eixos que norteiam o projeto: 1. o acompanhamento de políticas públicas, projetos e programas relacionados à REDD no Brasil; 2. a comunicação e a disseminação de informações; e 3. a preparação das comunidades locais e povos indígenas necessária para estimular a transparência e promover o controle social sobre a agenda governamental e as iniciativas relacionadas ao tema.

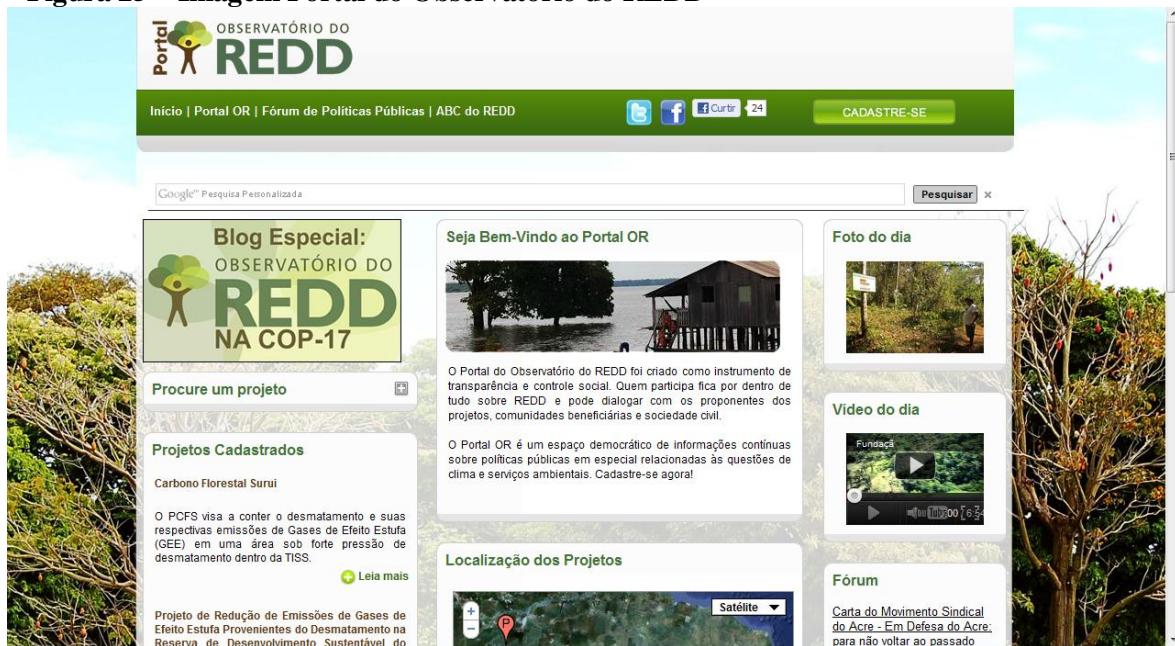
No que se refere à atuação política, o Observatório também participa de consultas públicas e reuniões promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente, governos estaduais e nas instâncias legislativas, em discussões sobre projetos de lei relacionados ao mecanismo de REDD, como o que prevê a criação de um sistema nacional de REDD ou a instituição de programas estaduais de combate às mudanças climáticas, assim como a regulação de serviços ambientais.

O primeiro *website*, intitulado “Observatório do REDD”, apresenta um perfil institucional, por meio do qual são disponibilizadas informações sob o formato de notícias jornalísticas, publicações, textos informativos sobre REDD, vídeos com entrevistas, entre outras, mas sem a possibilidade de interação com os usuários.

Já o Portal do Observatório do REDD foi criado com um perfil mais colaborativo, por meio do qual os usuários podem cadastrar, acompanhar informações sobre os projetos ou comentá-los, assim como participar de fóruns de discussões sobre políticas públicas relacionados ao tema. Na reunião em que foi apresentado às organizações parceiras, realizado no dia 06 de outubro de 2011 em Brasília, no escritório do Ipam, que também é parceiro da iniciativa, Vitor Mamede justificou aos presentes as razões para o lançamento desse segundo *website*, criado após consultas a representantes das organizações envolvidas, que também apoiaram a criação do formulário destinado à coleta de informações sobre os projetos de REDD no Brasil:

A gente quer possibilitar uma interação: trabalhar nesse formato de rede social onde as pessoas, membros, observadores ou proponentes de projetos poderão interagir com essas informações. O que se pretende é fortalecer a governança florestal, tornar esses projetos mais transparentes também, possibilitar a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nesse acompanhamento. Com isso a gente pretende fazer o controle social respeitando e garantindo o direito dessas comunidades locais e povos indígenas (Vitor Mamede, apresentação em evento restrito a convidados em 06.10.2011).

**Figura 25 – Imagem Portal do Observatório do REDD**



Fonte: Observatório do REDD, 2012.

Como destacado nos trechos a seguir, as atividades de capacitação do Observatório advêm de um esforço voltado a decodificar as informações sobre REDD – ou torná-las minimamente acessíveis - aos públicos envolvidos pelo projeto. De acordo com Mamede, a ideia não é habilitar essas pessoas a dominarem conceitos e aspectos técnicos envolvidos, mas fazê-las entender a oportunidade de se obter benefícios e garantir direitos a partir de uma situação posta, o que dá aos projetos e programas um caráter fortemente assistencialista, na medida em que retira dos envolvidos o domínio sobre o processo, impedindo também dessa forma a plena negociação, adaptação ou alteração de cursos previamente estabelecidos, de acordo com os reais interesses e necessidades locais.

A assimetria entre os agentes envolvidos quanto ao domínio de informações técnicas e conceituais, fundamentais à operacionalidade do mecanismo, fica explícita e pode ter o efeito de retirar desses grupos a possibilidade de liderar os processos de desenvolvimento local, ainda que no plano discursivo seja defendida a inserção de demandas desses grupos na formulação da política pública e concepção dos projetos,

Esse é um dos grandes desafios do observatório, tentar trabalhar com uma linguagem simples, clara, para que essas comunidades possam ter conhecimento com relação ao mecanismo. Mas, o principal com relação a esse acompanhamento socioambiental não é que essas comunidades tenham capacidade de criar ou escrever um projeto, é que simplesmente elas tenham um conhecimento do que o REDD se propõe a fazer e qual o papel delas com relação a isso. Que elas tenham direito a receber esses benefícios, porque são eles quem estarão conservando a floresta, têm que garantir os direitos, ou seja, esses projetos não podem deixar essas comunidades de mãos amarradas, de alguma maneira eles têm que obter alguns recursos. Eles

precisam sobreviver, então os projeto de REDD, além de gerar créditos ou qualquer forma, antes disso têm que garantir o direito dessas comunidades, têm que gerar benefícios pra essas comunidades (Vitor Mamede, comunicação pessoal em 07.10.2011, grifos nossos).

O papel do Observatório, que também é revestido discursivamente de imparcialidade e relacionado à defesa das populações e controle social, na prática pode estar muito mais voltado a um esforço de convencimento e conformação desses grupos e locais aos moldes pré-estabelecidos pelas organizações coordenadoras, financiadores ou pelas próprias exigências do mercado financeiro, agente fundamentais se esses projetos forem analisados como processos econômicos estabelecidos.

A nossa posição não é uma posição técnica sobre o REDD ser bom ou não, a nossa posição é a seguinte: o REDD está sendo implantado, as iniciativas estão acontecendo, o REDD foi reconhecido pela ONU dentro da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, então o mecanismo está aí. A função do Observatório é acompanhar essa construção desse mecanismo e trazer as contribuições desses atores, dessas comunidades para dentro da construção das políticas e da própria atuação desses projetos. Para ver se realmente esses projetos estão atendendo e estão trazendo benefícios a essas comunidades. Porque a gente entende que esse mecanismo de REDD é uma grande oportunidade pra esses povos da floresta. Ou seja: ao que a gente tem que garantir que esse mecanismo traga benefícios a essas comunidades, que elas realmente consigam conservar a floresta, mas garantam a sua qualidade de vida. E o próprio mecanismo pode trazer esses benefícios, sem substituir o papel dos governos, mas sim potencializando isso, trazendo melhorias diversas a essas comunidades (Vitor Mamede, comunicação pessoal em 07.10.2011, grifos nossos).

Estão vinculadas aos esforços de capacitação e comunicação do Observatório iniciativas como a realização de oficinas regionais, a veiculação de programas informativos semanais por meio de rádios comunitárias e o aproveitamento de telecentros implantados por outro projeto do GTA para a facilitação do acesso aos *websites* por esses grupos.

#### **4.4.1 Critérios de visibilidade e debate contemplados por *websites* distintos: e a participação?**

Conforme apontado anteriormente, a *home page* do Observatório do REDD apresenta uma natureza mais institucional, priorizando a disponibilização de conteúdo por meio de notícias ou textos em formato jornalístico, publicações, vídeos e imagens. Um diferencial do espaço está na produção de boa parte do conteúdo nele disponível, o que inclui publicações impressas, informativos e vídeos com entrevistas.

O portal do Observatório de REDD, por sua vez, apresenta mecanismos de interatividade, por meio dos quais os usuários podem inserir dados, acompanhar o andamento dos projetos assim como participar de discussões sobre políticas públicas relacionadas ao mecanismo.

Entretanto, ainda que, em termos técnicos e tecnológicos, ambos contemplem as funções de dar ao tema visibilidade e facilitar o debate público, fica mais uma vez evidente que a participação dos usuários não é garantida apenas pela disponibilidade de recursos. Dos 10 tópicos existentes na seção “Fórum de Políticas Públicas” do portal, nenhum foi comentado nem apresenta o intercâmbio de informações, ainda que haja 134 usuários inscritos como participantes.

No que tange à oferta de informações, mais uma vez, como ficou claro no próprio depoimento do coordenador apresentado anteriormente, o mecanismo de REDD é tratado de forma pouco crítica, como uma “grande oportunidade” para as populações locais, enquanto entidades como o Conselho Indigenista Missionário, por exemplo, têm manifestado preocupações no que se refere à implantação desse tipo de projeto sem um marco regulatório e/ou mediação do Estado.

Essa resistência fica clara em reportagem, produzida em março de 2012 pela Agência Pública e veiculada pelo portal Opera Mundi, que denuncia a aquisição de direitos aos créditos de carbono de 20 milhões de hectares na Amazônia brasileira por uma empresa irlandesa, a Celestial Green. A empresa seria responsável pela gestão de 17 projetos na região que, juntos, gerariam seis bilhões de toneladas de créditos de carbono.

De acordo com o texto, um contrato teria sido estabelecido com os índios Munduruku no município de Jacareacanga, Oeste paraense, à revelia da maior parte dos integrantes do grupo. Entre os pontos contestados pelos opositores indígenas, está a lógica não produtiva relacionada ao mecanismo, conforme apontado na manifestação de uma das lideranças entrevistadas para a produção da matéria:

“Primeiro, ele [representante da *Celestial Green*] falou que o projeto é para defender os povos indígenas. Disse que não podia mais mexer na terra, nem branco nem indígena. Quando ouvi essa conversa, era bom”, conta Osmarino Manhoari Munduruku, cacique de uma das 111 aldeias onde vivem mais de 6 mil Munduruku. “Depois, ele mandou o papel para associação. Nós vimos que, onde esse projeto tá, não pode fazer roça, nem caçar, nem pescar. Hoje estamos acostumados de plantar mandioca, batata, cana, batata doce, banana. A gente pesca, caça, tira madeira quando precisa. Mas eles dizem que não podia mais, eles mesmos iam dar o dinheiro

para comprar os alimentos. E os indígenas não pode mais fazer nada, nada, nada. Aí a maioria achou que não é certo” (OPERA MUNDI, 2012<sup>54</sup>).

Outros contratos estariam sendo estabelecidos de forma pouco transparente junto a prefeituras de municípios no interior do Amazonas, incluindo cláusulas de análise minuciosa dessas áreas, sem controle de qualquer ente governamental, como apontado no trecho:

Na esteira da corrida pelo invisível – créditos de carbono que deixariam de ser emitido por desmatamento – a irlandesa Celestial Green se adiantou: realizou diversas negociações rápidas e à margem de qualquer órgão federal. A empresa promete avaliar o potencial de créditos de carbono depois; mas já garante sua posse sobre eles, por contrato, e o acesso às terras para avaliação (OPERA MUNDI, 2012<sup>55</sup>).

A ausência de controle e a inclusão de cláusulas destinadas à análise irrestrita dessas áreas incorrem na questão da soberania nacional, na medida em que atores internacionais teriam livre acesso a elas, abrindo também margem à facilitação de atividades ilegais como a biopirataria. Além dos impactos sobre a produção, a proibição de atividades agrícolas pelos participantes do projeto, por sua vez, pode ter efeitos extremamente deletérios nas dinâmicas sociais e culturais dessas localidades, colocando em risco tradicionais relações do homem com a terra, reconhecidamente sustentáveis quanto ao uso dos recursos, ao manejo da biodiversidade e às exigências inerentes aos próprios ciclos naturais (biogeoquímicos) desses ambientes.

Até o último dia de consulta na *home page* do Observatório para levantar informações sobre tais casos e a própria conduta da *Celestial Green* na Amazônia, foi encontrada apenas uma notícia sobre o protagonismo da Irlanda ao incorporar os créditos de REDD em seu regime fiscal, com ênfase para os benefícios da medida para o próprio país:

Desenvolvedores de projetos de REDD na Irlanda já comemoram a medida, como a empresa Celestial Green Ventures (CGV), que possui direitos a créditos de carbono gerados por dezessete projetos na Amazônia brasileira. "Esta abordagem inovadora certamente beneficiará a economia irlandesa, especialmente em termos de criação de empregos", comentou a CEO da CGV Ciaran Kely ao jornal Wallstreet Online (OBSERVATÓRIO DO REDD, 2012)<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Reportagem intitulada “Empresa irlandesa compra direitos sobre terra indígena à revelia da FUNAI” e publicada em 10.03.2012 no portal de notícias Opera Mundi.

<sup>55</sup> Dados de acesso são os mesmos da nota anterior.

<sup>56</sup> Reportagem intitulada “Irlanda é primeiro país a aceitar créditos REDD no seu regime fiscal” e publicada em 28.02.2012 na seção Notícias do Observatório do REDD.



#### 4.4.2 Dinamismo na frequência e formas de disponibilizar informações: e o conteúdo?

Como nos demais casos analisados, o *menu* principal da *home page* do Observatório do REDD consiste em uma barra superior central, formato amplamente utilizado nas páginas brasileiras, e reúne os seguintes grupos de *links*:

1. *Home*: Notícias recentes, Últimas publicações, Agendas e eventos, Boletim e revista;
2. O Observatório;
3. Destaques: Notícias, Boletim e revista, Publicações, Blog Especial COP-17;
4. Saiba mais: ABC do REDD, Quem é quem, Dicas;
5. Galeria: Vídeos, Fotos;
6. Agenda;
7. Comitê;
8. Contatos.

Se considerada a hierarquia das informações no *layout* da página inicial, fica claro o destaque à oferta de conteúdo sobre REDD, na medida em que os primeiros planos priorizam os links pertencentes à seções *Home*, Galeria e ao folder institucional do Observatório. Em seguida, no plano inferior, também são destacadas outras iniciativas vinculadas ao tema ou a entidades parceiras, como o banner da campanha “Floresta faz a diferença”, criada para contrapor as mudanças ao Código Florestal brasileiro, e *links* para o Observatório do Clima, o Programa UN-REDD América Latina e Caribe, o programa de REDD do Amazonas e a rede “De Olho no Fundo Amazônia”.

Na lateral, o usuário encontra: 1) ferramenta para realizar buscas no próprio *website*, 2) pequeno banner para redirecionamento ao portal do Observatório, 3) enquete com os usuários, 4) logotipos das agências financiadoras, as fundações Ford e Avina, com *links* para os respectivos *websites*, assim como os 5) dispositivos para os perfis do *website* nas mídias sociais (Facebook, Flickr, Orkut, Twitter e Youtube).

A seção Notícias é atualizada quase diariamente, com exceção dos finais de semana. Em sua maioria, são textos reproduzidos de outros veículos de comunicação, com exceções das notícias referentes às próprias atividades do Observatório.

A análise do material publicado no período de 1º de fevereiro a 12 de março de 2012, correspondente a 132 matérias, demonstra que são priorizadas pautas de cunho científico e ligadas às questões das mudanças climáticas. As que possuem viés mais político tendem a

abordar questões internacionais ou nacionais, tanto em relação à instituição de regras relacionadas ao mercado de carbono em países desenvolvidos quanto às negociações globais sobre clima, quase sem referências diretas ao mecanismo. É uma abordagem eminentemente informativa, destinada ao relato de “novidades” ou “oportunidades”, mas pouco crítica e com baixa disposição à divergência e à pluralidade de enfoques, incluindo os contrários ao mecanismo – aparentando em alguns momentos exercer a função de “porta-voz” das organizações financiadoras ou defensoras de REDD.

**Quadro 11 – Hierarquia das notícias publicadas no Observatório do REDD, por assunto**

TEMA	QUANTIDADE (Un)
Resultados de pesquisa científica e mudanças climáticas	32
Negociações climáticas e iniciativas internacionais	25
Política ambiental brasileira e questões nacionais	19
Questões de mercado, empresas e energia	18
Rio +20	18
Desmatamento e REDD	08
Institucional: ações Observatório e organizações parceiras	06
Populações locais	02
Outros	04

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

Essa posição fica ainda mais clara quando tratada a denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em relação às transações da *Celestial Green* junto ao grupo de etnia *Munduruku* na Amazônia, não noticiado no *website* nos meses de fevereiro ou março, período em que o tema ganhou visibilidade no meio jornalístico, como no portal Opera Mundi. Também não foram registradas nesse período referências à decisão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de financiar esses grupos com a chamada Bolsa Verde, destinada à transferência de renda para evitar o assédio e o estabelecimento de contratos nos moldes denunciados pela entidade indigenista, conforme também veiculado pelo jornal Estado de São Paulo<sup>57</sup> na mesma época.

As únicas menções ao Cimi neste período se deram por meio da veiculação de duas cartas assinadas por diferentes grupos, em resposta à denúncia feita pelo Conselho ao Ministério Público Federal no Acre (MPF-Acre) sobre a suposta tentativa de manipulação de lideranças indígenas e suas organizações para a adoção de projetos destinados à venda de créditos de carbono ou REDD.

<sup>57</sup> Para saber mais, ler reportagem “Funai dá bolsa para tentar conter assédio”, disponível no *website* do Estadão.

Segundo a denúncia, a cooptação estaria relacionada com a promoção da “Oficina de Formação e Informação para Lideranças Indígenas – SISA” pelo Governo do Estado do Acre em parceria com a Funai e organizações não-governamentais, acreanas e internacionais.

Ainda que o parecer da entidade não tenha sido veiculado pelo Observatório, o que seria de interesse público considerando a gravidade da denúncia e da própria necessidade de discussão quanto ao papel assumidos pelas populações locais nesse tipo de contrato, foram publicadas duas notas de esclarecimento sobre o caso.

A primeira, intitulada “NOTA DE ESCLARECIMENTO CONJUNTA PARA REPOR A VERDADE PARA A SOCIEDADE ACREANA” (em caixa alta de acordo com o original, mas grifo meu), foi assinada pelo Instituto de Mudanças Climáticas, pela Assessoria Especial de Assuntos Indígenas e a Comissão Pro Índio, todos acreanos, junto com a ONG *Forest Trends*. Seu conteúdo tem como objetivo esclarecer sobre o objetivo e o conteúdo da oficina, que seria o de:

[...] promover intercâmbio de conhecimentos sobre as mudanças climáticas, colocar em evidência o papel das florestas e das Terras Indígenas na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; ampliar o conhecimento sobre serviços ambientais a partir da política do estado, no marco da Lei 2.308, de 22 de outubro de 2010, que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA); e o atual estágio de regulamentação do SISA (...). Esta foi a primeira oficina de uma série, que deverá acontecer como um processo contínuo de formação sobre mudanças climáticas e serviços ambientais. Investimos na construção de espaços sérios e participativos, com base na produção de conhecimento, na troca de informações qualificada e de boa fé, visando contribuir com a efetivação da política de gestão territorial das Terras Indígenas no Acre (OBSERVATÓRIO DO REDD, 2012<sup>58</sup>).

Além de reafirmar o compromisso de “consultar” e dialogar diretamente com as lideranças indígenas, tal qual é inclusive exigido por legislações nacionais e internacionais antes da tomada de decisões governamental quanto aos seus territórios, o manifesto desqualifica a denúncia por meio de ataque ao Conselho, conforme os grifos a seguir:

Tendo os pontos acima elencados como o alicerce central do trabalho iniciado com os povos indígenas no Acre, sobre o tema dos serviços ambientais, fica restaurada a verdade com relação às infundadas afirmativas colocadas pelo Coordenador Regional do CIMI, que, sem nenhum conhecimento da oficina, mais uma vez tenta desqualificar o trabalho que realizamos em parceria. Na oportunidade, manifestamos, ainda, interesse em debater presencialmente com o CIMI Regional Amazônia, sobre este tema (serviços ambientais e mudanças climáticas) e sobre política indigenista. A maioria das atividades públicas organizadas pela Regional do CIMI, ou das quais participou, resultou em notícias, manifestações, declarações e representações, contendo inverdades e tomando sentido contrário ao diálogo e à busca de entendimento, que ajudam a construir e a avançar no que de fato é necessário para o Acre e seus povos. Posturas críticas devem ser honestas e pró-

<sup>58</sup> Publicado em 02 de março de 2012.

ativas para contribuir e consolidar novos conceitos e modelos de desenvolvimento, baseados nos direitos dos povos e na sustentabilidade das terras indígenas (OBSERVATÓRIO DO REDD, 2012<sup>59</sup>, grifos nossos).

Denominada “carta de esclarecimentos ao CIMI da Regional Amazônia Ocidental”, a outra nota foi redigida na terceira pessoa do plural e assinada por 11 lideranças indígenas, também refutando a denúncia e reiterando a capacidade indígena de interagir com outras organizações, mas com argumentos e linguagem técnica semelhantes aos do manifesto anterior:

Dizer que os povos indígenas do Acre estão sendo manipulados e induzidos a aceitar um projeto imposto por terceiros é, no mínimo, duvidar de nossa capacidade de interagir com órgãos de governo e da sociedade civil e de traçar planos que possam consolidar nossos direitos territoriais, a gestão de nossos territórios e auto-suficiência econômica e bem estar de nossas comunidades. Nós não precisamos de tutela; buscamos parcerias sérias que reconheçam e respeitem nossa autonomia [...]. Achamos que o CIMI – Região Norte precisa se reciclar e abraçar a causa indígena e lutar lado a lado com os povos indígenas novamente. Ultimamente, o seu distanciamento está trazendo uma visão distorcida e fora de nossas realidades. Convidamos o CIMI a interagir e participar de nossas reuniões e encontros para ouvir de perto e contar de certo. Não demos qualquer delegação ao CIMI para representar nossos interesses junto ao Ministério Público Federal (OBSERVATÓRIO DO REDD, 2012<sup>60</sup>, grifos nossos).

Chama a atenção que, em um trecho específico do manifesto, há mudança da flexão verbal usada na carta, que passa da primeira (nós) para a terceira pessoa do plural (eles), reforçando a impressão de não serem as lideranças indígenas as responsáveis pela sua redação:

Dentre os pontos principais da oficina ocorrida em Rio Branco, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, da CPI/AC, estiveram a ênfase nos direitos dos povos indígenas, o usufruto exclusivo sobre seus territórios, o direito à consulta, livre, prévia e informada, a importância das salvaguardas socioambientais para evitar riscos em projetos de serviços ambientais, e fazer uma reflexão sobre o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), criado pelo Governo do Acre. Estavam presentes nessa discussão lideranças de 25 terras e 28 indígenas do Acre, além de representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que têm protagonizado processos de diálogo e de construção de salvaguardas nos planos nacional e internacional (OBSERVATÓRIO DO REDD, 2012<sup>61</sup>, grifos nossos).

A pouca disposição ao confronto e à divergência por parte do Observatório é observada não apenas pelo envolvimento do GTA na atividade, mas pela própria supressão do

<sup>59</sup> Idem nota anterior.

<sup>60</sup> Publicado em 02 de março de 2012.

<sup>61</sup> Idem nota anterior.

parecer do Cimi no *website* – ao qual não é dado espaço para exposição ou argumentação. A estratégia de “formar”, “informar” ou “capacitar” as lideranças indígenas por meio de oficina demonstra muito bem o caráter assimétrico dessas relações, pois aparenta se voltar muito mais à “preparação” do que ao diálogo ou consulta a respeito das reais necessidades e anseios dessas populações.

Em contraponto ao que alega o manifesto das lideranças indígenas, se considerado o nível técnico e conceitual exigido para se entender a forma de funcionamento de REDD, é provável que a capacidade destas de formar opinião própria e tomar decisões autônomas seja bastante limitada, na medida em que não dominam o processo teórico e metodológico por meio do qual as noções e critérios mais básicos para a configuração desses programas e projetos são definidos. Resta então prepará-las para consentir com o que é determinado em outras instâncias, fortemente relacionadas a interesses econômicos e políticos mas revestidas de linguagem técnico-científica, o que fica explícito em uma das manchetes destacadas entre as notícias publicadas no início de março de 2012: “Indígenas são capacitados para definir regras de políticas de Pagamento por Serviços Ambientais” (03.02.2012). Em outras palavras: considerando tal lógica, se essas pessoas precisam ser “capacitadas” para definir as regras do processo, os organizadores do treinamento apresentam privilégios nesse processo de negociação na medida em que detém maior quantidade de informações, habilidades técnicas e variedade de fontes, assim como domínio ou aprofundamento das questões centrais para o funcionamento do mecanismo.

Além disso, discursivamente o espaço teria como objetivo informar e facilitar o acesso de populações locais às informações necessárias a sua tomada de decisões e garantia de direitos, mas figuram entre as manchetes títulos que não facilitam o engajamento político ou instiguem ao debate sobre os reais benefícios e riscos inerentes aos projetos e programas de REDD. São exemplos desse tipo de notícias: “ONU divulga ‘boas maneiras’ a empresas na adaptação ao clima” (08.02.2012); “Um em cada cinco europeus morre de doenças associadas ao ambiente” (15.02.2012); “Clima, energia e medicina serão temas de fórum científico no Canadá” (16.02.2012); “Correios da Suíça vão compensar emissão de CO<sub>2</sub>” (23.02.2012); “Aquecimento global ameaça hóquei sobre gelo no Canadá” (08.03.2012).

A priorização da linguagem e de conteúdo eminentemente tecnicistas, em detrimento de questões políticas ou mais voltadas às necessidade imediatas das populações rurais ou florestais amazônicas, assim como também se evidencia nos outros tipos de conteúdo disponibilizados sob as formas de publicações e vídeos.

Três edições de boletins informativos e duas de revistas do Observatório estão disponíveis no *website* e apresentam como temas recorrentes:

- a) Projetos de REDD financiados pelo Fundo Amazônia;
- b) Relatos de eventos sobre o tema;
- c) Resultados de negociações internacionais nas Convenções de Clima.

São frequentes também nestas publicações enunciados que ressaltam o compromisso da iniciativa em promover a participação, o controle social sobre os processos de tomadas de decisões governamentais e a transparência dos projetos e programas implantados no país.

Mais uma vez fica evidente a relação paradoxal entre a intenção declarada de representar e “empoderar” populações, valorizar as atividades florestais não-madeireiras e pleitear direitos para minimizar as desigualdades nas relações estabelecidas ao mesmo tempo em que, para isso, é preciso ensiná-las, mostrar-lhes qual papel devem assumir na implementação do mecanismo, como destacado na fala de José Ferreira Lima, representante do Fórum Carajás, em um dos grifos entre os recortes apresentados a seguir. O mecanismo de REDD aparenta assim uma “solução” transposta de um ambiente além da realidade na qual intervirá e, não sendo uma iniciativa efetivamente controlada – e quiçá entendida – por essas populações, as chances de gerar frustrações podem ser maiores do que de êxito e das mudanças necessárias ao freio do avanço predatório sobre as florestas.

As próximas imagens destacam fragmentos sobre como o Observatório arroga para si a função de representar as populações e a fragilidade dessa representação no próprio depoimento de quem seria (ou deveria ser) representado.

Em função da baixa resolução das imagens, para facilitar a leitura, os trechos grifados estão assinalados antes da apresentação de algumas das figuras:

[...] “povos indígenas e comunidades tradicionais devem ter uma participação efetiva no processo de planejamento, tomada de decisão e em todas etapas relacionadas a essa ação”. Nesse contexto, o Observatório de REDD tem o papel de contribuir para que os povos da floresta tenham acesso às informações sobre os temas que, de alguma forma, afetam diretamente o modo de vida daqueles que vivem e dependem da floresta. “Defender o ponto de vista dos movimentos sociais e a garantia dos direitos dos povos floresta (sic) é um dever de todos os atores envolvidos. Lamentavelmente, o que norteia as discussões hoje não é a presença humana, porque a economia fala mais alto que a vida” – afirma Rubens.

**Figura 26 – Editorial do Boletim Informativo do OR; edição número 1, outubro de 2010**


**MURAL DO REDD**

**D**e acordo com Rubens Gomes, presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e membro do Comitê Multissetorial de Elaboração e Revisão dos Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+, “o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) está cada vez mais presente nos debates nacionais e internacionais acerca do meio ambiente e os povos indígenas e comunidades tradicionais devem ter uma participação efetiva no processo de planejamento, tomada de decisão e em todas as etapas relacionadas a essa ação”.

Nesse contexto, o Observatório de REDD tem o papel de contribuir para que os povos da floresta tenham acesso às informações sobre os temas que, de alguma forma, afetam diretamente o modo de vida daqueles que vivem e dependem da floresta.

“Defender o ponto de vista dos movimentos sociais e a garantia dos direitos dos povos floresta é um dever de todos os atores envolvidos. Lamentavelmente, o que norteia as discussões hoje não é a presença humana, porque a economia fala mais alto que a vida” – afirma Rubens.

Em resposta a essa demanda o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Rede Povos, GT de Manejo Florestal Comunitário, Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e WWF-Brasil realizará uma Consulta sobre o Regime Nacional de REDD+, cujo intuito é elaborar um documento que retratará o posicionamento as lideranças da Amazônia sobre o REDD+.



Fonte: Observatório do REDD, 2012.

**Figura 27 – Fragmento retirado do texto “Sobre o Observatório do REDD”; Revista OR, edição número 1, abril de 2011**

Os povos da floresta entendem que o mecanismo de REDD, se adequadamente monitorado, pode proporcionar novas oportunidades para a realização de ações de combate ao desmatamento e degradação florestal. Assim as lideranças da floresta e as organizações da sociedade civil, representando diferentes setores, perceberam a importância da construção de um padrão nacional para os programas e projetos de REDD no Brasil.

Fonte: Observatório do REDD, 2012.


**Figura 28 – Fragmento retirado da linha do tempo; Revista OR, edição número 1, abril de 2011**

19 a 21 de outubro de 2010

Consulta do Regime Nacional de REDD+ e Reunião de Trabalho sobre o Fundo Amazônia

“A Consulta me ajudou a entender um pouco mais sobre o que é REDD e o nosso papel na implementação desse mecanismo”.

José Ferreira Lima  
(Zequinha) do Fórum Carajás



Fonte: Observatório do REDD, 2012.



**Figura 29 – Editorial do Boletim Informativo do OR; edição número 2, janeiro de 2011**


**MURAL DO REDD**

“O Observatório do REDD é um instrumento criado para atender a demanda das organizações sociais de acompanhar o debate sobre o REDD, principalmente as ações relacionadas aos projetos financiados pelo Fundo Amazônia de forma a dar visibilidade às informações e democratizar os debates sobre o tema” – disse Joaquim Belo, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

O CNS, que é também uma das organizações membro do Comitê Multissetorial de Elaboração e Revisão dos Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+, luta pela melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta, uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia e pelo direito à terra. Nesse sentido, um dos grandes desafios apontados pelo Joaquim Belo “é garantir que a floresta nativa seja reconhecida dentro do mecanismo de REDD, promovendo valor para floresta, e com isso os serviços ambientais e a promoção da conservação”.

Ele ressaltou ainda que “o REDD surge para evitar as emissões de carbono, que é um dano que os povos da floresta não provocam. Assim, o Observatório do REDD tem um papel preponderante na consolidação do debate sobre o tema no conjunto da sociedade e na garantia efetiva de quem faz a conservação da floresta”.

Para finalizar a entrevista o Observatório do REDD perguntou ao Joaquim Belo sobre sua expectativa para 2011, ele afirmou ser positiva e bastante grande.



Joaquim Belo - Vice-Presidente do CNS

Fonte: Observatório do REDD, 2012.

**Figura 30 – Fragmento retirado do texto “Observatório do REDD”; edição número 2, janeiro de 2011**

Um dos objetivos do Observatório do REDD é monitorar as políticas e iniciativas de REDD, ou seja, tornar-se uma referência de controle social desse mecanismo. De acordo com José Ferreira Lima (Zequinha), do Fórum Carajás, “o REDD deve ser melhor trabalhado com quem vive e depende da floresta, ou seja, nós verdadeiros guardiões da floresta e reais beneficiários. O Observatório do REDD é um exemplo de ação que visa a garantia de nossos direitos”. Ele parabenizou também todas as atividades desenvolvidas em 2010 e disse ter alta expectativa para o próximo ano.

Fonte: Observatório do REDD, 2012.

Outra questão recorrente diz respeito às críticas feitas à distribuição dos recursos do Fundo Amazônia. Na primeira edição da revista do Observatório, três matérias tratam do assunto, por meio dos seguintes títulos: “Movimentos sociais e ONGs discutem entraves do Fundo Amazônia”, “O Fundo Amazônia tem de atender comunidades e pequenas organizações” e “Fundo Amazônia: estado atual e perspectivas da sociedade civil e dos movimentos sociais”. Entre as críticas, os protocolos utilizados pelo BNDES para o financiamento de projetos socioambientais, que seriam os mesmos para a aprovação, monitoramento e avaliação de empreendimentos de outras naturezas, incluindo aí a exigência de contrapartidas financeiras para assegurar a minimização de riscos. Até então apenas nove projetos de REDD teriam sido aprovados pelo Fundo, sendo quatro apresentados por governos estaduais e cinco por grandes ONGs.



A segunda edição da revista, no entanto, destaca em oito de suas 21 páginas os projetos coordenados por estas ONGs ou a opinião de especialistas a elas vinculados, com destaque bem inferior aos temas ligados às populações locais, às quais são destinadas três páginas – uma completamente preenchida por fotos, a outra pela notícia da morte de Marimop Surui Paiter, líder do povo indígena Suruí; e a última destinada à exposição da letra de uma música “O que beira a beira”, *rap* de autoria do grupo Manoa, original de Rondônia.

Considerando que estes são espaços de fala e destaque de posições sobre temas importantes ao futuro dessas pessoas e da região em que vivem, as desigualdades quanto à expressão de opiniões e pensamentos ficam evidentes. No momento em que se opta por tratar a questão pelo viés tecnicista, os discursos especializados, quando não excluem, tendem a rechaçar os dos leigos a uma posição marginal, pela própria questão da legitimidade atribuída à ciência.

Os que são mantidos à margem do processo discursivo, por sua vez, ao invés de exporem e discutirem abertamente com o restante da sociedade sobre as questões fundamentais às suas necessidades e demandas, são transformados no próprio tema ou mote de visibilidade. Não produzem informações nem conteúdo, tornando-se muitas vezes a própria notícia ou assunto de veiculação – o referente, nem emissor nem coemissor -, tratados de forma quase alegórica por quem os elabora, agentes eminentemente urbanos que se dirigem a públicos também urbanos.

Além disso, ao mesmo tempo em que discursivamente são chamados a protagonizar os processos, na prática têm suas posições condicionadas a partir de treinamentos, enunciados e informações previamente selecionados pelos coordenadores da iniciativa, o que dá a essa suposta e destacada participação muito mais um caráter de consentimento do que da proatividade necessária à autonomia na tomada de decisões.

Essa perspectiva é reforçada quando considerados os 11 depoimentos em vídeo disponibilizados na seção “Galeria”, entre os quais apenas um contempla a representação da Coiab ao tratar do ingresso de entidades indígenas em uma COP, sendo os restantes reservados a entrevistas com técnicos e especialistas, majoritariamente de ONGs. Outros vídeos disponibilizam programas jornalísticos que abordam REDD, reproduzidos na linha discursiva das publicações: muito mais voltados ao apontamento do tema como solução para o combate ao desmatamento, com ênfase para as negociações internacionais e seus aspectos técnicos que esvaziam o conteúdo político da questão e a própria complexidade de causas e dinâmicas socioeconômicas “reais” que a envolvem.

As fotos disponíveis na mesma seção também enfatizam ambientes institucionais, a partir de eventos (seminários, encontros, conferências e coletivas de imprensa, por exemplo). Diferenciam-se das demais as campanhas destinadas ao protesto ou aumento da visibilidade de questões como as mudanças climáticas globais ou as propostas de mudança do Código Florestal, respectivamente durante a COP 17 realizada em Durban (África do Sul) e na arena de Parintins (Amazonas) no chamado “1º Grito das Florestas: em defesa do Código Florestal”.

Uma das justificativas para a restrição do conteúdo a ações institucionais pode envolver a distância entre os escritórios das organizações produtoras de conteúdo, no caso do Observatório do REDD, situado em Brasília, e os locais nos quais vivem as populações por quem a iniciativa advoga. E a distância neste caso não se restringe aos altos custos ou à dificuldade de acesso físico, mas à própria diferença entre as realidades e os universos cultural e simbólico dos envolvidos.

Um número considerável de informações sobre o assunto, seja por meio de notícias ou de publicações, não pressupõem necessariamente alta diversidade de ideias, fontes e posições, na medida em que a maioria ou abordam temas referentes às COPs ou aludem às formas de regulamentar o mecanismo e ao potencial dos mesmos para a geração de renda e proteção das florestas, enunciados identificados nas análises anteriormente apresentadas.

Quanto ao portal, criado para viabilizar os princípios de interatividade e transparência, na medida em que favorece o monitoramento de projetos por interessados, vinculados a organizações parceiras ou não, alguns indicadores apontam que os objetivos podem não ser contemplados de acordo com o previsto pelos organizadores da iniciativa.

Durante a entrevista realizada em Brasília em outubro de 2011, Vitor Mamede apontou que uma das metas do novo *website* seria cadastrar 10 projetos até o final do mesmo ano, sendo que, até meados de março de 2012, apenas três iniciativas foram registradas no portal. Aqui, mais uma vez, fica claro que a oferta de recursos tecnológicos não necessariamente determina a participação e que o diálogo ou debate público não depende exclusivamente da motivação dos internautas, mas também da própria disposição das organizações em adotar medidas de transparência, publicizando as informações necessárias ao seu monitoramento e avaliação, o que inclui explicitar intenções e metas, lidar com críticas, incorporá-las quando necessário ou urgente e reorientar ações a partir dessa efetiva atuação em conjunto.

**Quadro 12 – Resultados; Observatório do REDD: Acessibilidade e navegabilidade**

	CRITÉRIO		RESULTADO
ACESSIBILIDADE/ NAVEGABILIDADE	1.	Velocidade	Page load time – 11.80s Page speed grade - 56% YSlow - 71%
	2.	Ranking motores de busca	Total: 29 ocorrências Relevantes (até 50º lugar): 29 ocorrências
	3.	Idiomas	Português
	4.	Acesso por pessoas com deficiência visual	Sem recursos
	5.	Interface para suporte ao usuário	Sem recursos
	6.	Ferramentas de busca interna	Sim
	7.	Mecanismo de refinamento e busca por informações	Sem recursos
	8.	Indicação de novas informações/atualizações/ mudanças	Sim, novas notícias em destaque na página inicial
	9.	Mapa do site	Não
	10.	URL clara	Não, uso de contração entre preposição “de” e artigo “o” no endereço ( <a href="http://www.observatoriodoredd.org.br">www.observatoriodoredd.org.br</a> ) dificulta o entendimento pelo usuário

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

Conforme demonstrado no quadro acima, são atendidos apenas metade dos critérios que facilitariam o acesso e a navegação do usuário, o que limitaria o uso pleno das informações e conteúdos nele contidos (quadro a seguir), considerando em que este é o aspecto que apresenta melhor desempenho em relação a todos utilizados para medir a eficiência tecnológica do *website*.

**Quadro 13 – Resultados; Observatório do REDD: Informação e conteúdo**

	CRITÉRIO		RESULTADO
INFORMAÇÃO/ CONTEÚDO	11.	Disposição das informações/ formato textos	Formato web 2.0
	12.	Apresentação dos textos/ ferramentas para ajuste da legibilidade da fonte por tipo e tamanho e organizadores	Sem recursos
	13.	Espaços segmentados por públicos	Sem recursos
	14.	Multimedialidade	Sim, banco de imagens e vídeos
	15.	Número e tipos de documentos/ publicações disponíveis	Publicações sobre REDD – 19 arquivos Revista Observatório do REDD – 02 arquivos Boletins de notícias – 03 arquivos
	16.	Contatos (representantes/ participantes)	Possibilidade de envio de e-mail aos coordenadores por meio de formulário do <i>on line</i>
	17.	Registro e calendário de eventos/ encontros	Sim
	18.	Ferramentas colaborativas de compartilhamento de arquivos e documentos	Sim, apenas no Portal e por quem pretende cadastrar projetos de REDD

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

De acordo com o que foi anteriormente apresentado, os recursos interativos disponíveis, além de aquém do número total considerado nesse estudo, não tem o seu uso otimizado e tão pouco garantem o interesse e a motivação necessários à participação em instâncias discursivas de tais naturezas.

**Quadro 14 – Resultados; Observatório do REDD: Interatividade**

		CRITÉRIO	RESULTADO
INTERATIVIDADE	19.	Existência de fóruns de discussões virtuais e/ou estrutura para discussão	Sim
	20.	Existência de salas de discussões, chats	Não
	21.	Tecnologia para webconferências, transmissão de vídeos em tempo real	Sem recursos
	22.	Espaço para a elaboração de documentos e propostas conjuntas	Sem recursos
	23.	Integração com <i>hotsites</i> , blogs e mídias sociais	Portal do REDD ( <i>hotsite</i> ), Twitter, Facebook , Youtube

Fonte: Pesquisa/elaboração própria, 2012.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 A “VIRTUALIZAÇÃO” DO DESMATAMENTO E ABORDAGEM ESVAZIADA DA DISCUSSÃO POLÍTICA

Uma característica comum a todos os quatro casos compreendidos por este trabalho diz respeito à ausência de tópicos ou seções para tratar questões relacionadas especificamente ao desmatamento. Nunca central para o debate público ou político ao qual se propõem, abordam a redução do desmatamento por meio de forma e conteúdos dispersos e, de acordo com o que foi apontado antes, por um viés tecnicista a partir do qual o fenômeno é apresentado quase como um processo “virtual” e instantâneo, que se autoproduz, na medida em que é associado muito mais a questões tecnológicas, como o monitoramento por satélite, do que a variáveis econômicas, sociais, culturais, políticas, institucionais e históricas que o tornam um tema complexo e “real”.

Como efeito dessa abordagem, a questão é desassociada de seu contexto, o que dificulta o tratamento e desvirtua o foco da discussão de questões centrais para enfrentamento político do problema, desnaturando-o como processo ao qual estão relacionadas uma multiplicidade de causas, com envolvimento de agentes ou grupos sociais diversos, protagonistas de diferentes históricos de ocupação das áreas e lógicas diferenciadas de uso dos recursos; dinâmicas produtivas que extrapolam as fronteiras regionais para atender demandas mercadológicas nacionais e internacionais de mercado; assim como anuência ou liderança do Estado no processo de expansão da fronteira agropecuária nacional ou implantação de projetos econômicos e de infraestrutura destinados a incorporar a Amazônia, seja do ponto de vista logístico ou exploratório, a estratégias nacionais de desenvolvimento – de acordo com o trecho destacado a seguir:

No nosso entender, constata-se, em primeiro lugar, que as causas do desmatamento na Amazônia são múltiplas e traduzem a complexidade dos atores sociais e dos interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, de oportunidades, de capitalização e, justamente por isso, também de tensão e conflito. Em segundo lugar, é evidente a diferenciação social e econômica decorrente desses processos. Passada a fase das grandes migrações, das políticas desenvolvimentistas que visavam atrair grossos investimentos, da construção dos principais eixos de penetração e de transportes, a economia local conta com outras dinâmicas que igualmente não são favoráveis à redução do desmatamento (CASTRO, 2005, p.06).

Ainda segundo a autora, há não apenas uma “combinação de fatores intimamente ligados e interdependentes que explicam o desmatamento e dão pistas para se entender por

que continua o avanço da fronteira para novas áreas”, mas também dinâmicas e tendências passíveis de serem identificadas e descritas em diferentes frentes, vinculadas a cadeias e atividades econômicas fortemente ligadas ao histórico de ocupação dessas regiões e às potencialidades ou vocações naturais das mesmas, que geram demandas dos mercados nacional e internacional:

Existe assim uma combinação de fatores intimamente ligados e interdependentes que explicam o desmatamento e dão pistas para se entender por que continua o avanço da fronteira para novas áreas em direção ao Oeste e ao Noroeste da Amazônia. A tendência principal permanece, que é a do desflorestamento, da conversão da floresta em pastagens, em áreas degradadas; mais recentemente, as pastagens e áreas de sistemas agroflorestais têm sido substituídas pela monocultura de grãos, com a entrada sobretudo da soja. Nessa perspectiva, cabe examinar os efeitos do movimento da economia de alguns vetores-chave, como as cadeias produtivas da pecuária, da madeira, do agronegócio e dos minérios, embora a racionalidade dos atores empresariais atuantes e responsáveis em grande parte pelo desmatamento extrapole largamente esses setores. Não é possível ignorar outras atividades, como o comércio, o extrativismo vegetal não madeireiro, a pesca, os grandes empreendimentos de infraestrutura, além certamente dos recursos da biodiversidade, que interessam à indústria farmacêutica e de cosméticos, cujo mercado local está sendo estruturado como parte de cadeias nacionais e transnacionais (CASTRO, 2005, p.06).

Do ponto de vista fundiário, o avanço sobre as áreas florestais pressupõe uma diferenciação do uso e das formas de apropriação de terras na Amazônia pelos diversos atores (VIEIRA et al, 2005; CASTRO, 2005;). Também são muito importantes para entender os padrões de desmatamento e mesmo para projetar cenários futuros variáveis como a demanda de diferentes atividades agropecuárias por terras, distinta para as estruturas camponesas e patronais, e os impactos das mesmas sobre os ecossistemas, tanto no que se refere à eficiência do uso dos recursos (terra e trabalho) quanto ao balanço de carbono (COSTA, 2000, 2009, 2010).

Representada por aparatos estatais como diretrizes e programas de governo, políticas de crédito, assistência técnica, financiamento de linhas de pesquisa e mesmo normas e acordos (formais ou não) intersetoriais, a capacidade institucional orientada a diferentes grupos, tipos e formas de produção representam vetores que influenciam as taxas de desmatamento mensuradas periodicamente na região e não deveriam faltar à discussão ou formulação de soluções para o enfrentamento do problema (COSTA, 2009).

Da mesma maneira que a diversidade de causas não chega a ser tratada - ao menos não com a profundidade ao enriquecimento e pluralidade necessários à exposição e debate público sobre o tema -, não ficam explícitas as implicações do fenômeno sobre o meio ambiente. Em artigo publicado em 2005, Vieira, Toledo e Silva alertaram sobre a magnitude de perdas e

desperdício de recursos naturais em anos de intensa devastação florestal, que em termos quantitativos ultrapassariam significativamente os impactos decorrentes de outros problemas ambientais, a exemplo do comércio ilegal de espécies animais.

Com base na área desmatada na região entre 2003 e 2004, equivalente a quase 26.130 km<sup>2</sup>, as estimativas de perdas variam de 1,1 a 1.4 trilhões para os exemplares de árvores, de 43 a 50 milhões para os indivíduos de aves e de 914,5 mil 2,1 de mamíferos.

No caso da perda das árvores, se colocarmos todas as árvores derrubadas lado a lado e assumirmos que cada uma tem o tronco com largura máxima de 10 cm, podemos estimar, de forma bastante conservadora, que estas árvores se estenderiam entre 117.585 e 143.715 km, o que representa cerca de três a três vezes e meia a circunferência da Terra no Equador [...]. A perda de biodiversidade é a principal consequência do desflorestamento na Amazônia e é, também, totalmente irreversível. Sempre é possível evitar a erosão dos solos e recuperar corpos d'água e ciclagem de nutrientes utilizando sistemas ecológicos simplificados, mas é impossível trazer de volta espécies extintas (VIEIRA et al, 2005, p. 156).

O principal efeito da generalização e tratamento simplista do tema é o esvaziamento da discussão pública, que se volta então a um fenômeno quase que descolado da realidade.

A questão do desmatamento na Amazônia passa a ser apresentada – e entendida – quase como uma ação espontânea, autoproduzida, e não provocada por atores e processos passíveis de serem devidamente reconhecidos em tempo e espaço que, na prática, são bem definidos e mediados por uma ampla diversidade de variáveis nada desprezíveis. Perde-se assim a possibilidade tanto de responsabilizar grupos e atividades que necessitam de regulação e orientação institucionais, tanto para a contenção como para o estímulo, quanto de se construir uma agenda política eficaz, com base em um diagnóstico amplo, confiável elaborado a partir da significativa produção existente nas instituições de pesquisa locais e da interação com os setores envolvidos.

Ao dispensar a diversidade de fatores e a sua complexidade ou o aprofundamento da questão e suas implicações sociais, econômicas, ambientais, políticas, históricas e culturais, corrompe-se a precisão dos processos de planejamento e tomada de decisões, como um todo. Entre outros efeitos, deixam de ser considerados fatores essenciais como as escalas territoriais e os níveis de gestão que precisam ser considerados no momento de estabelecer políticas, programas ou ações de governo e mesmo planos diretores empresariais. Em 2010, com base em detalhamento da economia do setor rural feito por Costa (2009), que incluem variáveis relacionadas às formas de usar a terra, o trabalho e os impactos das mesmas sobre os ecossistemas, Araújo e um grupo de estudiosos da região indicaram um conjunto de ações

necessárias ao alcance de metas de redução de desmatamento da Amazônia em níveis macrorregional e territorial, entre as quais figuravam:

**Quadro 15 - Plano de ações nos níveis macrorregional e territorial para que as metas de redução de desmatamento da Amazônia sejam alcançadas**

Nível macrorregional	Nível Territorial
<b>Ações de base:</b> 1. Aprimoramento dos sistemas de monitoramento 2. Reaparelhamento do Ibama e de órgãos ambientais estaduais 3. Fortalecimento do Ministério Público e judiciário 4. Fortalecimento dos órgãos fundiários	<b>Planos de desenvolvimento territorial integrados:</b> 1. Fortalecimento do Colegiado de Desenvolvimento Territorial - Codeter 2. Pactos de uso de território
<b>Discussão de políticas sistêmicas</b>	<b>Definir ações integradas de diferentes órgãos visando:</b>
<b>Formação de redes de C&amp;T com pesquisas voltadas à reconversão de trajetórias e cadeias completas de mercado</b>	1. Organização de cadeias produtivas 2. Fortalecimento de núcleos urbanos 3. Fortalecimento de organizações civis 4. Priorização de ações de regularização fundiária, crédito e fiscalização
<b>Implantar ações de zoneamento e de promoção ao desmatamento zero</b>	<b>Fortalecimento da organização social</b>

Fonte: Araújo et al, 2010.

Outra implicação da abordagem pouco analítica detectada nos casos estudados diz respeito à sobrevalorização dos métodos e tecnologias de monitoramento, o que apresenta desdobramentos em outras áreas, exemplificados também pela abordagem midiática da questão. Esvaziar a questão do desmatamento de seu conteúdo político, socioeconômico, cultural e histórico quase a reduz a números e imagens de satélites a serem processados periodicamente por institutos de pesquisa e veiculados por meios de comunicação de amplo alcance na sociedade. Pesquisa feita em 2011 em três *websites* jornalísticos especializados na temática ambiental aponta uma cobertura predominantemente voltada para questões naturais, como a perda de cobertura vegetal detectada pelos sistemas de monitoramento existentes no país<sup>62</sup>, o número de queimadas e curiosidades acerca da fauna e flora regionais, entre outros temas, em detrimento das políticas ambientais e processos socioeconômicos relacionados aos principais problemas característicos da região (FERREIRA, 2011). Anterior a este trabalho,

<sup>62</sup> A despeito das diferenças metodológicas entre os sistemas coordenados pelo Inpe e Imazon, Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e Serviço de Alerta do Desmatamento (SAD), respectivamente, o fato é que ambos detêm significativo alcance midiático, mas com uma abordagem jornalística simplista e restrita aos números processados mensalmente.



ao se debruçar sobre notícias relacionadas a desmatamento e queimadas entre as décadas de 1970 e 2000, Miranda Costa (2008) já antecipava a prevalência de tal agenda entre os meios de comunicação de massa, apontando como o jornalismo é fortemente influenciado pelas áreas científica, ambientalista e política, o que em larga medida também pode se estender às análises dos *websites* apresentadas neste trabalho:

Essa tendência, provavelmente, será mantida pelos próximos anos, pois trata-se das vozes detentoras do conhecimento específico sobre o tema. Pode-se antever, no entanto, o acirramento dessa disputa discursiva (já existente, mas ainda muito desigual, porque baseada em relações diferenciadas de poder) que envolve também outros segmentos sociais: pequenos agricultores, fazendeiros, madeireiras, ribeirinhos e índios (COSTA, 2008, p.67).

Do ponto de vista da comunicação política, todas as distorções aqui apresentadas fazem da abordagem sobre REDD uma forma reducionista de tratar o problema do desmatamento na Amazônia. Cabe também questionar se, ao invés de remediar a questão pelo viés financeiro e correr os riscos especulativos a ele relacionados, o foco não seria priorizar efetivamente as ações fundamentais à contenção do avanço do desmatamento, há muito elencadas pela considerável produção científica existente.

Tais medidas precisam extrapolar a agenda ambiental, da forma como até então tem sido tratada pelos governos, para contemplar políticas relacionadas ao 1) ordenamento territorial e fundiário; 2) valorização das faixas densas e contíguas de florestas (corredores de biodiversidade, unidades de conservação, terras indígenas), que sabidamente mantêm elevados estoques de carbono; 3) estímulo ou reforço às atividades e tecnologias eficientes nos processos de ciclagem do carbono, além de economicamente rentáveis, por meio de incentivos institucionais maiores.

Incorporar ou retomar a agenda básica até hoje não contemplada plenamente pelo Estado parece um caminho mais seguro para a redução do desmatamento na Amazônia, ainda que ele seja orientado por ações prioritariamente de médio e longo prazos - e não apenas em função de tendências episódicas e flutuações de mercado.

Sob o enfoque político, REDD parece ter um potencial enorme de reforçar desigualdades ou beneficiar especialmente grupos que já dispõem de condições de cumprir normas, como a manutenção e a recomposição das áreas de reserva legal e preservação permanente, ou promover a recuperação de áreas degradadas sem tornar isso um carro-chefe de negócios, como já se pode ver quando empresas do porte da Vale criam subsidiárias e

começam a arrendar fazendas na região com o intuito de "plantar, proteger e recuperar florestas nativas e áreas degradadas".

É bastante provável que não serão os pequenos e médios produtores, os mesmos que precisam dos incentivos para manter culturas sustentáveis do ponto de vista ambiental e econômico, os reais beneficiários do mecanismo. Porque não são eles quem o defendem nas instâncias criadas e financiadas para dar visibilidade ao tema, como os fóruns analisados por esta pesquisa, com o objetivo claro de torná-lo política internacional, destinada muito mais a instituir e legitimar esse novo mercado financeiro, que como tal é bastante sujeito à especulação, entre outros riscos. Também não são eles quem dominam as discussões políticas e têm mais condições de negociar no tete-à-tete, durante a implantação dos projetos, porque, entre outros fatores, o excesso de conceitos e critérios técnicos relacionados ao mecanismo dificulta a participação de uma ampla gama de atores nestes processos e de forma equilibrada (ou menos assimétrica).

Caso o Brasil crie um marco regulatório claro e que preveja a correção de tantas distorções, como um Sistema Nacional de REDD que já vem sendo discutido no âmbito ministerial no decorrer dos últimos anos, é possível que os projetos tenham efeitos positivos sobre a redução do desmatamento, se aliados ao conjunto de políticas mencionado anteriormente. Caso contrário, é mais indicado optar por outros incentivos para a recuperação dessas áreas e manutenção de outras, seja por meio de regras, coerção ou estímulo-premiação-reconhecimento.

Mas, acima de tudo, é preciso que a discussão seja realmente promovida - de forma inclusiva e plural - e se revelem os interesses e reais beneficiários com a legitimação de REDD como mecanismo e alternativa para a mitigação das mudanças climáticas.

## 5.2 ONGS E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA: URGÊNCIA EM REVER AS FORMAS DE ATUAR

Os 20 anos que intercalaram os dois maiores eventos sobre meio ambiente no século passado, a Conferência de Estocolmo e a Rio 92, respectivamente, foram também marcados pelo considerável aumento do número de ONGs conservacionistas em âmbito internacional. De acordo com Diegues (2008), a relevância das questões ambientais no mundo contemporâneo fica evidente quando considerado o salto de 400 para duas mil unidades desse tipo de organizações somente neste intervalo.

Uma das principais características do *modus operandi* das megaorganizações transnacionais como a CI, a TNC e o WWF foi a criação de filiais em vários países do Terceiro Mundo a partir de meados da década de 1980, período em que políticas de caráter neoliberal resultariam também na terceirização de serviços considerados não-essenciais ao Estado, como os da área ambiental.

Foi este o momento em que países latinoamericanos começaram a implantar internamente um conjunto de reformas, destinadas ao ajuste estrutural e recomendadas pelo conhecido Consenso de Washington, entre as quais estavam a abertura das economias nacionais ao capital estrangeiro, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a privatização das empresas públicas, o corte nos gastos sociais e o controle do déficit fiscal. Em âmbito internacional, cada vez mais, ganha intensidade a problemática convivência entre as lógicas de poder relacionadas aos sistemas políticos territorializados e às dinâmicas econômicas de desterritorialização, voltadas à integração global crescente, mas fundamentadas pela manutenção de profundas desigualdades (política, econômica, militar, por exemplo). O fenômeno que se entende por globalização extrapola os limites da economia e, longe de ser um processo único, mistura complexos processos, frequentemente contraditórios, produtores de conflitos e de novas formas de estratificação e poder, que diz respeito não apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também às mudanças nos contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. São transformados assim as condições, consequências e atores da política contemporânea, cujo horizonte de ação é expandido e interpeladas as suas categorias tradicionais (GÓMEZ, 2000).

É neste cenário que órgãos multilaterais, fundações associadas a grandes corporações ou seus proprietários e órgãos estrangeiros de assistência técnico-financeira passaram a financiar diretamente as ONGs, consideradas “representantes da sociedade civil em formação”, “mais confiáveis, não corruptas e eficazes” que as instituições governamentais dos países do Sul (DIEGUES, 2008). Como parte de uma tendência verificada a partir da década de 1980 nesses países, novas ONGs também foram criadas em âmbito local, configurando-se como escritórios de estudos sem amplas bases sociais (COMPAGNON, 2008).

Os sistemas de regulação legal, por meio do direito internacional, voltam-se a três questões fundamentais: direitos humanos, democracia política e meio ambiente. Na prática, ainda que prevaleça a concentração de poder e a restrição na partilha de benefícios, é possível perceber o desenvolvimento de outra política global, pautada “por baixo”, pela cooperação internacional nas áreas ambiental e de direitos humanos (GÓMEZ, 2000).

No entanto, surge como crítica fundamental o questionamento sobre a efetividade e a qualidade democrática da “governança global” subjacente às práticas internacionais das grandes ONGs e às suas vinculações com bancos multilaterais, fundações e corporações multinacionais (DIEGUES, 2008, p.160). Com base em autores como Compagnon (2008), Diegues aponta a própria forma de estruturação e modo de agir dessas organizações ao tratarem temas ligados às populações tradicionais em unidades de conservação, muitas vezes de forma autoritária e com um viés “de cima para baixo”.

Parece-nos que a renovação anunciada das categorias de compreensão democrática através da noção de governança “global” ou “multiníveis” é basicamente uma cortina de fumaça. Num sistema-mundo onde as próprias ideias estão submetidas às leis do mercado, a governança global ou multiníveis aparece como um anteparo para disfarçar os procedimentos de captação de recursos e cooptação onde os atores de decisão, incluindo as ONGs escapam amplamente ao controle democrático (COMPAGNON, 2008, p.84 apud DIEGUES, 2008, p.160)

Neste sentido, Dryzek e Niemeyer (2008) abordam a importância das representações discursivas, como a exercida por personalidades como Bono Vox e as próprias ONGs internacionais nas áreas social e de meio ambiente. Segundo os autores, a despeito das críticas sobre a representatividade desses atores, a quem não foi delegado institucionalmente a partir de mecanismos como o voto a responsabilidade de falar por terceiros, como os povos africanos, expor discursos representativos contempla uma função importante no contexto de uma democracia deliberativa na medida em que resgata uma promessa da participação quando se mostra inviável a inclusão de todos os afetados pela decisão coletiva.

Para eles, em um contexto deliberativo, um dos atributos essenciais a esse tipo de prática estaria em ampliar a visibilidade de uma constelação de discursos existentes, cedendo espaço a posições marginais que de outra maneira ficariam subentendidas da esfera pública, apesar de fundamentais à apreciação coletiva para a resolução racional de problemas.

Seria esse então um critério muito mais qualitativo, na medida em abre a possibilidade de ruptura com a hegemonia de discursos dominantes e de apresentação de uma variedade de elementos sobre uma determinada questão. Sobre essa não-representatividade eleitoral ou de indivíduos, ponderam sobre a importância dos temas e causas advogados :

Who elects the NGOs? Nobody Is there an identifiable constituency or category of people with which each NGO is associated and to which it is accountable? Not usually. International relations scholars have started to think about accountability (Grant and Keohane, 2005), albeit mainly in terms of how sanctions can be levied on advocates, rather than discursive accountability as we have characterized it. However, NGOs pushing for human rights, fair trade, sustainable development, demilitarization, transparency, and so forth, may best be thought of as

representatives of particular discourses in international politics. Is the world any more democratic for their activities? Clearly, yes, the international governmental institutions they target now have to justify their activities in light of a variety of discourses, whereas previously they either felt no need to justify at all, or did so in narrowly economic and administrative terms. Thus, the idea of discursive representation provides democratic validation for the activities of NGOs and other transnational activists (DRYZEK et al., 2008, p.91).

No entanto, com base nos resultados apresentados nas seções analíticas deste trabalho, o baixo aproveitamento da função de visibilidade, pouco inclusiva quando considerada a pluralidade de ideias e tipos de representados, cria condições para a predominância e hegemonia discursiva, à qual o modelo de representações discursivas proposto por Druzek e Niemeyer teria condições de superar. Por meio das iniciativas analisadas, essas organizações demonstram muito mais propensão ao estabelecimento de um discurso autoritário sobre REDD, na medida em que demonstram baixa disposição à divergência, ao confronto e à demonstração clara do conjunto de interesses a ele relacionados.

Reportagem publicada em dezembro de 2010 no *website* do Ipam a respeito de evento paralelo na COP-16 (Cancún), intitulado “Unidos na ação: Conquistas e lições aprendidas nas atividades de preparação para REDD+”, evidencia nas negociações internacionais e na atuação *in loco* a mencionada imbricação de interesses geopolíticos e econômicos de órgãos multilaterais como a ONU, do próprio mercado financeiro cuja participação fica explícita por meio do Banco Mundial e das ONGs, que recebem como diretriz dos financiadores a meta de agendar o mecanismo em âmbito subnacional como modo de transpor a resistência de Estados nacionais, como o brasileiro:

Warren Evans, Diretor de Meio Ambiente, do Banco Mundial, apresentou os desafios que o Banco vêm enfrentando para coordenar diferentes instituições que nunca trabalharam juntas no passado e as diferenças dos programas financiados pela UN-REDD e pelos fundos do Banco Mundial. Warren conclui sua apresentação afirmando que o processo de harmonização dos princípios e orientações para auxiliar a construção de uma estratégia subnacional de REDD+ é uma das metas para o próximo ano e que isto vêm sendo tratado em caráter de urgência por essas instituições (IPAM, 2010<sup>63</sup>).

Conforme apontado em vários momentos de exposição das análises, nenhum dos espaços estudados relaciona diretamente os mecanismos de REDD às discussões políticas mais amplas que os envolvem. Isso provoca uma dissociação entre o tema e abordagens mais gerais - e potencialmente conflituosas - como o real significado para a sociedade e o mundo capitalista

---

<sup>63</sup> Reportagem intitulada “Em side event, IPAM participa discutindo sobre os sucessos e desafios no tema de REDD+ e mudança do clima”.

da remuneração pelos serviços ambientais prestados pelas florestas, assim como os planos e medidas nacionais e estaduais de combate ao desmatamento.

Além disso, a predominância de termos e questões técnicas limita a efetiva participação de atores locais na formulação de propostas e no próprio debate sobre as soluções encontradas para viabilizar o mecanismo nas negociações internacionais sobre o clima, o que faz com que as discussões fiquem restritas a nichos específicos (perdendo o caráter eminentemente público), ainda que parte dos argumentos seja legitimada por um conjunto de organizações que extrapolam o ambiente das ONGs.

Em termos tecnológicos, apesar da apresentação diferenciada de condições por esses espaços, quando disponíveis, os recursos não determinam a participação, que pressupõe vontade política e condições mais ou menos simétricas para tal. No caso do Fórum UN-REDD América Latina e Caribe, instância por meio da qual a sociedade civil é representada junto às Nações Unidas, a exclusão do Brasil de seus fóruns de discussões demonstra claramente a falta de disposição das instâncias formais ao confronto e à diversidade de opiniões, com o agravante de pertencer à Amazônia brasileira a organização coordenadora da iniciativa, o Ipam. Ainda mais grave o fato de se tratar de um instituto de pesquisa, criado sob a premissa de “gerar informações e fomentar iniciativas para subsidiar políticas públicas, iniciativas locais e acordos internacionais” e com ampla capacidade de mobilizar outros atores, como os formadores de opinião e os veículos de comunicação de massa, de modo mais geral.

A replicação de iniciativas com a mesma finalidade - espaços virtuais supostamente destinados à disponibilização de conteúdo e à promoção do debate -, sob diferentes coordenações, demonstra que a comunicação pode estar muito atrelada à necessidade de atender a condicionantes dos financiadores, que exigem contratualmente a participação de populações locais e formas de divulgação ampla sobre as iniciativas contratadas, do que ao interesse em promover publicamente o debate sobre o tema.

Mais uma vez, todos estes pontos remetem fundamentalmente às discussões realizadas em âmbito internacional que apontam, entre as organizações ambientalistas transnacionais, algumas características comuns, como fortes assimetrias de poder em relação aos grupos e poderes locais; a competição entre as mesmas pela obtenção de fundos, por áreas de atuação e a exclusão das menores, especialmente as regionais, nos processos de tomadas de decisão; além da atuação por meio de uma abordagem gerencial semelhante a de empresas que visam muito mais a obtenção de resultados previamente estipulados - e que, muitas vezes, atendem ainda que indiretamente a interesses de corporações econômicas financiadoras de suas

atividades como grandes empresas petrolíferas e mineradoras - do que à própria negociação e articulação com os atores locais para a discussão dos pressupostos de suas agendas e planos de ação (CHAPIN, 2008; COMPAGNON, 2008).

Para demonstrar a capacidade financeira concentrada por três das principais ONGs ambientalistas transnacionais, que se converte posteriormente em poder de articular iniciativas e parcerias com outras organizações e setores na área da conservação, foi estimado que no início da década de 2000 a renda combinada do WWF, TNC e CI ultrapassou a metade dos US\$ 1,5 bilhões disponíveis para o trabalho com países do terceiro mundo, sendo que de 1998 a 2002 o investimento das mesmas aumentou de US\$ 240 para US\$ 490 milhões (CHAPIN, 2004, p.36).

Fortemente amparadas por cauções científicas, algumas dessas ONGs têm criado uma série de conflitos com populações locais na medida em que apoiam ou mesmo impõem políticas de conservação da biodiversidade descoladas das necessidades e características desses lugares, fomentando a criação de áreas protegidas que culminam na expulsão de moradores de seus locais de origem ou de antiga colonização<sup>64</sup> (DOWIE, 2008).

Nesse sentido, Diegues (2008) ressalta a presença de pesquisadores e a centralidade das Ciências Naturais para as práticas das ONGs ambientalistas. Estaria associada a essa dinâmica não apenas o surgimento da biologia da conservação como área do conhecimento, mas também a criação de conceitos como “eco-regiões”, “corredores de biodiversidade” e “hotspots”, entre outros, por meio dos quais são definidas em diversas partes do planeta políticas ambientais voltadas à manutenção de áreas contínuas de florestas, seja por seus altos índices de riqueza biológica ou pelo grau de ameaça decorrente de pressão antrópica.

O poder de influenciar conferências sobre os acordos internacionais promovidas pela ONU e as próprias agendas de Estados nacionais e governos locais é exercido por meio de ações diversas como assessoria técnica, criação de fundos e financiamento de atividades, incluindo a criação de programas de pesquisa e de departamentos científicos; treinamento e formação de pessoal; identificação de áreas prioritárias para a conservação; criação, implementação e gestão de áreas protegidas com base em seus próprios critérios. Reforçam críticas sobre os resultados dessas iniciativas o enfoque fortemente baseado nas ciências biológicas e naturais, em detrimento de outros tipos de conhecimento sobre sociedade, cultura, história e economia, por exemplo.

---

<sup>64</sup> Segundo Dowie, as estimativas variam entre cinco e dez milhões de pessoas “refugiadas da conservação” em todo o mundo na década de 1990 (DOWIE, 2008).

A despeito das críticas e de potenciais semelhanças entre o modo de atuação das ONGs transnacionais e locais, o fato é que essas entidades demonstraram um papel fundamental no que se refere à mobilização de atores e ao pressionar os governos estaduais para a incorporação de REDD como mecanismo de financiamento para o combate às emissões de GEE advindas da destruição das florestas. O problema aqui não é o seu protagonismo nesses processos, mas as práticas que caracterizam suas formas de atuar e a possibilidade que elas têm de exercer domínio sobre outras, reconhecidas por Diegues:

A influência dessas organizações tem sido grande tanto nas grandes conferências sobre acordos internacionais promovidos pela ONU quanto sobre muitos governos nacionais, especialmente do Terceiro Mundo, para os quais frequentemente fornecem ‘especialistas’ no campo da conservação [...]. Muitas vezes, elas financiam atividades para as quais os governos não dispõem de recursos financeiros [...]. Sua influência também é grande sobre as ONGs locais, frequentemente dependente de recursos financeiros delas e que funcionam como correias de transmissão de teorias e práticas conservacionistas (DIEGUES, 2008, p.166).

Cabe questionar também se, na medida em que se colocam como representantes da sociedade civil ou como atuantes em prol de serviços morais ou do interesse público, apesar de juridicamente responderem como organizações privadas sem fins lucrativos, não deveriam as ONGs incorporar parte do referencial destinado ao aperfeiçoamento das práticas de gestão pública, com o objetivo de aumentar a transparência e democratizar tais processos, pautando a sua agenda política a partir das demandas captadas na relação direta com a sociedade.

Como uma organização não-democrática poderia contribuir para democratizar a governança global? Certamente, muitos ambientalistas estão conscientes disso e tentaram dar nos fóruns internacionais “uma voz aos sem-voz”, ao apadrinhar ONGs do Sul, em particular as dos povos nativos. Sendo assim, as características estruturais do sistema internacional são tão questionados quanto a boa vontade dos dirigentes da ONG. Numa política globalizada, os tomadores de decisão individuais não são facilmente identificáveis, pois a decisão aparece no seio das organizações, diluída nos processos do mercado onde as ditas decisões são tomadas em níveis diferentes daqueles onde são aplicadas, em particular nas convenções ambientalistas internacionais, sendo difícil às populações julgar efetivamente o processo (COMPAGNON, 2005, p. 90).

Nesse sentido, autores como Tenório e Saraiva (2006) apontam que as questões sociais urgentes em países como o Brasil só podem ser solucionadas por meio de um processo político a partir do qual soluções sejam discutidas, negociadas e pactuadas entre Estado e sociedade como um todo. Se bem orientadas, medidas semelhantes poderiam reforçar a atuação de organizações voltadas ao enfrentamento de problemas ambientais na Amazônia, foco de interesse público que extrapola os limites nacionais.



Nesse sentido, o exercício de uma soberania popular, que controle o Estado e o capital (e por que não as ONGs?), seria a essência do que os autores entendem por gestão social:

A qualificação gestão social agregaria valores democráticos à gestão pública, na medida em que esta deveria atuar considerando que o seu processo de tomada de decisão deve ser executado levando em conta a soberania popular, ou seja, por meio de ações concertadas com a cidadania de modo dialógico. A gestão social não deve, portanto, ser apenas a prática de uma gestão pública voltada para a solução de problemas sociais, como muitos idealizam, mas uma prática gerencial que incorpore a participação da sociedade no processo de planejamento e implementação das políticas públicas. Gestão pública é o fim e gestão social, o meio (TENÓRIO; SARAIVA, 2006, p.129 – grifos nossos).

Reforçando essa perspectiva, Dawbor (1999) aponta que o interesse direto do cidadão pode ser capitalizado para o desenho de uma forma desburocratizada e flexível de gestão social, o que pode fundamentar a criação de paradigmas que ultrapassem os modelos de pirâmide estatal ou de “vale-tudo” do mercado. Nesse sentido, surgem novos conceitos e noções sobre os quais se voltam documentos oficiais, como os relatórios de agências internacionais, e os próprios textos acadêmicos.

[...] É o caso de *empowerment*, que os hispano-americanos já traduzem de *empoderamiento*, no sentido de resgate do poder político pela sociedade; de *stakeholder*, ou seja, de ator social que tem um interesse numa determinada decisão; de *advocacy*, que representa o original etimológico de ad-vocare, de criar capacidade de voz e defesa a uma causa, a um grupo social; de *accountability*, ou seja, da responsabilização dos representantes da sociedade em termos de prestação de contas; de *devolution*, recuperação da capacidade política de decisão pelas comunidades, como contraposição ao conceito de privatização; trata-se também de *entitlement*, de *self-reliance* e tantos outros. Além do conceito chave de *governance*, que envolve capacidade de governo do conjunto dos atores sociais, públicos e privados (DAWBOR, 1999, p.12).

Uma forma de atenuar a competição e as assimetrias exacerbadas que eventualmente caracterizem a atuação entre ONGs e as demais organizações da sociedade civil seria administrar e atuar em rede, reconhecendo a interdependência entre as organizações e agentes envolvidos, assim como a necessidade de esforço coletivo voltado ao alcance de objetivos comuns:

Em termos práticos, uma rede existe quando cada ator ou um de seus membros se preocupa em contribuir para que os outros atores alcancem seus intentos, porque só assim alcançará os dele. Assim, administrar uma rede significa gerenciar um sistema de organizações sociais ou atores sociais interdependentes; comandar um jogo de interesses, o que envolve construir relações e estabelecer áreas de confiança e respeito mútuo para conseguir que as transações e negociações sejam econômicas e transparentes (TORO, 2005, p.71).

Outro aspecto fundamental no debate corresponde ao papel da comunicação na construção do público, que juntamente com a mobilização social, atua fundamentalmente para “a criação, transformação e a difusão de sentidos e significados” – elementos essenciais ao sucesso de “todo projeto, programa e reforma que envolva a aceitação e o compromisso da vontade dos afetados” (TORO, 2005, p. 83).

No que diz respeito à posição autoritária, que pressupõe à falta de disposição à divergência, à inclusão e à pluralidade de posições, além das recorrentes omissões quanto a posições técnicas e políticas e das barreiras tecnológicas relacionadas aos canais de comunicação escolhidos para o diálogo, também não há referência a outros tipos de alianças organizadas por entidades da sociedade civil com o objetivo de questionar as implicações dos mecanismos de REDD sobre os diversos públicos a eles relacionados.

“Quem ganha e quem perde com o REDD e o pagamento de serviços ambientais”<sup>65</sup>, por exemplo, foi um documento gerado a partir do consenso entre o grupo Carta de Belém, contrário às formas de privatização dos bens comuns e à formação de um “mercado verde”, composto por grupos e movimentos usualmente excluídos dos fóruns e instâncias organizadas pelas grandes ONGs ambientalistas abordadas nessa pesquisa, tais como os Amigos da Terra Brasil, a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Nacional de Agroecologia, o Conselho Indigenista Missionário, a Reserva Extrativista Renascer Tapajós-Arapiuns, a Central Única dos Trabalhadores, a FASE, a Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Pará e a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, o Fórum da Amazônia Oriental, o Movimento de Mulheres Camponesas, o dos Pequenos Agricultores e os dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e a Via Campesina Brasil, entre outras.

Muitos aspectos considerados no manifesto coincidem com o apontado por instituições de pesquisa e vários cientistas no decorrer dos últimos anos, conforme apresentado nos capítulos iniciais, incluindo tanto a possibilidade de especulação quanto de benefício aos grandes desmatadores. O texto denuncia como contrassenso as propostas de modificações do Código Florestal brasileiro, que tendem a incluir os mecanismos de REDD+ e dos serviços ambientais como mais uma oportunidade de lucro ao agronegócio, na medida em que ele se beneficia não só pelo aumento das áreas desmatadas, abertas à produção de grãos e à pecuária, mas também pela conservação e a recuperação de áreas degradadas.

---

<sup>65</sup> Documento elaborado após o seminário "REDD+ e Pagamento por Serviços ambientais versus bens comuns", realizado em Brasília em 21 e 22 de novembro de 2011.

Além de rejeitar o pagamento por serviços ambientais, essas organizações apontam como alternativa real para o debate sobre a crise ambiental o incentivo às políticas públicas estruturantes aos modos de vida e de produção dos setores historicamente responsáveis pela conservação, uso dos recursos naturais e da produção sustentável.

Entre as ações necessárias – e omitidas dos conteúdos apresentados nos fóruns – estariam as políticas públicas agrícolas relacionadas à Reforma Agrária Sustentável, o reconhecimento dos saberes populares, a associação entre a garantia de segurança alimentar e a de produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, a valorização e valorização dos produtos oriundos da agricultura familiar e do extrativismo, o apoio efetivo à produção e comercialização da pequena produção e das economias locais, assim como o reconhecimento da posse (titulação) definitiva das comunidades e povos sobre seus territórios para facilitar o acesso aos serviços essenciais de educação, saúde, moradia, cultura e serviços públicos.

### 5.3 AMAZÔNIA RURAL DESCONSIDERADA PELA POLÍTICA AMBIENTALISTA

No decorrer das análises, o foco das abordagens que associam REDD à manutenção de grandes porções de áreas florestais e o próprio “silenciamento” acerca do REDD++, associado à produção rural, demonstra um ideário de desenvolvimento e de proposição de soluções para os problemas regionais fortemente baseado em uma visão romântica da natureza, a partir da qual os recursos devem ser mantidos acima de qualquer fator, sendo desconsiderados os aspectos relacionados ao homem que vive na região e suas formas de perceber o mundo e a própria natureza.

Do ponto de vista do mercado, que também advoga pelo mecanismo, REDD pode realmente se apresentar como uma medida bastante aceitável se considerado o seu caráter isento de críticas quanto aos processos e práticas econômicas geradoras do desmatamento na região.

O efeito prático de um mecanismo financeiro que gera renda sem produção, sem coibir atividades predatórias e sem propor mudanças estruturais na economia ou na sociedade, de modo mais geral, assim como dessa linguagem eminentemente tecnicista que o corrobora, é o de não colocar em xeque um modelo de desenvolvimento insustentável do ponto de vista socioeconômico e ambiental, que necessita de profundas reorientações estratégicas.

Quando considerado uma política ambiental de combate ao desmatamento em biomas importantes, REDD demonstra como estereótipos relacionados à Amazônia são construídos e

influenciam fortemente a atuação de organizações em seu interior, reforçando as assimetrias de poder e capacidade de atuação entre os atores que convivem na região.

Ao retratar populações locais por situações de extrema pobreza e imageticamente relacionadas a crianças, incapazes de falarem por si ou decidirem sobre o próprio futuro, as ONGs tomam para si a tutela de enunciar sobre as soluções aos problemas aqui encontrados.

Além disso, fica clara a priorização dos aspectos naturais na definição de políticas públicas quando se considera que as ações e programas de conservação tem sido direcionados a locais de alta biodiversidade, a fim de regular o acesso e uso aos recursos, seja por meio da criação de áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas ou outras áreas especiais, como áreas quilombolas), implementação de medidas específicas em regiões consideradas prioritárias e restauração de comunidades biológicas em áreas degradadas (PRIMACK et al, 2002, p.199).

Essas políticas obedecem à definição de áreas prioritárias por critérios biológicos, a partir da listagem de espécies-chave de fauna e flora, como as raras e as endêmicas ou inseridas em locais sob forte pressão humana que as coloque em estado de ameaça ou vulnerabilidade. Também integram o portfólio de estratégias dos conservacionistas a criação de corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade, cujo objetivo é permitir o fluxo gênico. A partir de uma maior heterogeneidade ambiental e do movimento dos organismos, essas áreas contíguas de floresta evitam a perda de espécies pela degradação ou fragmentação dos habitats.

Sendo assim, é importante ressaltar que nenhuma política destinada à conservação destes complexos sistemas ecológicos ou ao desenvolvimento econômico com bases sociais e ambientais sustentáveis pode dispensar um entendimento qualificado da dinâmica rural na região, com uma clara distinção dos agentes que interagem nesse cenário, seus papéis, significados e modos de se relacionar com a natureza - o que não aparece nas tentativas (ou simulacros) de discussões relacionadas à REDD nos casos estudados por este trabalho.

Dificuldades que iniciam no próprio trato teórico da questão rural amazônica tornam invisível a existência de uma economia camponesa, historicamente constituída e com significativa importância para as dinâmicas de desenvolvimento regional, mas continuamente banida do conjunto de políticas e ações de Estado, dada a incapacidade dos agentes e instituições em reconhecer a sua distinção quanto aos processos verificados em outras regiões do país. Considerando que a pressão pelos recursos se dá a partir de dinâmicas produtivas, é preciso romper com o modelo que cinde do processo de decisão das políticas ambientais

(definição de áreas protegidas, planos de combate ao desmatamento, entre outras) os aspectos socioeconômicos que caracterizam os locais sobre os quais suas ações irão se desdobrar.

Reconhecer a diversidade de agentes e racionalidades que motivam os seus processos produtivos e, conseqüentemente, suas relações com a natureza, pode ajudar no desenho de novas formas de articulação entre políticas agrárias e de conservação da biodiversidade, voltadas a estimular as trajetórias mais sustentáveis do ponto de vista ecológico e econômico, orientadas partir de novos pactos de governança e, ao mesmo tempo conter ou reorientar a atuação das mais deletérias. Ademais, ao invés de confrontar, a consideração dessa realidade agrária reforçaria alguns dos pressupostos que baseiam as ações das organizações ambientalistas, tornando suas estratégias mais efetivas, na medida em que permitem que as mesmas incorporem a defesa do projeto de desenvolvimento de base rural mais sustentável, do ponto de vista ambiental.

#### 5.4 ALIANÇAS: VANTAGENS ECONÔMICAS EM DETRIMENTO DE PROPALADA DEFESA AMBIENTAL

No arcabouço da perspectiva conhecida como neoinstitucionalista, adotada por estudiosos de políticas públicas em meados da década de 1980 com a pretensão de se tornar uma referência teórica alternativa aos modelos pluralista e marxista (ROCHA, 2005), Levi (1991) aponta que mudanças institucionais<sup>66</sup> são promovidas na medida em que decisões não-intencionais produzem o solapamento do que ela convencionou chamar de consenso contingente<sup>67</sup>. No contexto deste trabalho, a submissão dos partícipes às regras estabelecidas para a coletividade nesses fóruns dependeria, entre outros fatores, da oferta de benefícios significativos ou de ganhos referentes à “mínima parte de uma má barganha” (LEVI, 1991, p.86), o que na prática pode ser representado por consideráveis vantagens aos que dispuserem de condições de estocar largas áreas florestais como investimento em um novo nicho de negócios, tendo em vista este novo nicho do mercado financeiro, a exemplo do que já

---

<sup>66</sup> Para introduzir o debate sobre as mudanças propriamente, a autora busca definir primeiro o que são instituições. Para isso, ela empresta a visão de Douglas North, segundo quem “uma instituição caracteriza-se pela capacidade de limitar escolhas e por possuir mecanismos de implementação de decisões. Instituições (...) reduzem os custos de transação, isto é os custos de fazer e manter um contrato, mas ao mesmo tempo engendram outros custos; (...) diminuem o grau de incerteza promanada por comportamentos imprevisíveis e, conseqüentemente, facilitam a identificação de parceiros adequados para as transações e a elaboração de contratos, levando em conta o maior número de eventualidades possível” (LEVI, 1991, p. 80).

<sup>67</sup> Consenso contingente, baseado na norma de *fairness*, “regula comportamentos porque oferece uma regra para momentos em que o consentimento de faz necessário”, pautando-se pela aceitação de uma barganha razoável e, ao mesmo tempo, na reciprocidade, pois vincula o cumprimento das normas à crença de que todos os participantes seguem as mesmas regras de conduta – sendo por isso relacional e contextual (LEVI, 1991, p. 85).

acontece quando consideradas as centenas de quilômetros quadrados arrendadas pela Vale Florestar S/A para a proteção e recuperação de florestas nativas, conforme apresentado anteriormente.

Ao reunir sob a mesma iniciativa atores tão díspares em relação às funções e formas de atuar na região, o Fórum Amazônia Sustentável deixa claro que maior do que o interesse em promover a sustentabilidade é o apelo discursivo publicitário de integrar uma iniciativa em prol da região, ainda que não se atue diretamente nela, e a própria pressão para a legitimação do mecanismo pelos governos, sob a forma de interesse público.

Na medida em que são estabelecidas pressões para converter em política pública uma demanda que é privada, pois originada como proposta das próprias ONGs no decorrer das convenções climáticas e posteriormente incorporada de diversas formas pelos demais grupos, as organizações ambientalistas refazem um ambiente semelhante ao apontado por Habermas (1984) no processo de criação do que seria a esfera pública burguesa. A força social privada converte-se assim em força política e os interesses privados coletivos originam tensões e antagonismos econômicos que se traduzem em conflitos políticos. Essa multiplicidade de interesses privados coletivamente organizados, que se entrecruzam e estão subjacentes às ações do Estado, configuraria uma esfera privada publicamente relevante na sociedade burguesa, na qual já não se conseguiria definir claramente as funções estatais e as sociais, assim como as ações em benefício do público ou do privado (HABERMAS, 1984, p.174-176).

Nesse sentido, os interesses envolvidos nessa “ampla” defesa de uma política de combate ao desmatamento da natureza de REDD vão do próprio interesse de algumas dessas organizações ambientalistas em angariar fundos para manter os seus programas destinados à conservação e manutenção de áreas protegidas até a lógica economicista pautada por interesses especulativos relacionados à terra, à biodiversidade e aos créditos de carbono, por exemplo, além do próprio aumento da rentabilidade financeira de empreendimentos agropecuários, por exemplo.

Aludindo à importância social de uma medida mitigadora das mudanças climáticas, os fóruns de REDD forjam um debate público, que na realidade é entrecido por uma multiplicidade de interesses privados e de posições por vezes antagônicas entre os atores que defendem esse mecanismo. Na medida em que não evidenciam claramente tais interesses, também não contemplam plenamente a função de visibilidade necessária ao envolvimento da sociedade no agendamento político do tema, em termos qualitativos.

Ao reunirem organizações que extrapolam os limites da sociedade civil organizada, como grandes empresas e representantes de setores como o agronegócio, tais fóruns dificilmente conseguirão estender a parceria a outras demandas relacionadas à mitigação dos efeitos das atividades humanas sobre clima e à perda da biodiversidade regional, tais como a proibição da devastação de grandes áreas por grandes empreendimentos relacionados à produção de energia hidrelétrica e a ampla adoção de técnicas produtivas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, entre outros exemplos.

### 5.5 LONGE DA ESFERA PÚBLICA *HABERMASIANA*: VISIBILIDADE PARCIAL E DISCURSO DOGMÁTICO

Os resultados das análises de cada um dos casos estudados neste trabalho podem ser reunidos ao menos em duas direções:

1. Com base nos critérios funcionais, os recursos tecnológicos têm sido aproveitados de forma muito aquém do potencial ou dos objetivos a que se propõem. Aqui duas novas questões se fazem essenciais: a participação política é inviabilizada pela não garantia das duas funções essenciais à publicidade social e tais limitações tecnológicas parecem apenas reproduzir virtualmente as distorções e assimetrias sociais, culturais e de poder do mundo real, de acordo com o que aponta Rousiley Maia em interpretação sobre a internet realizada no ano de 2008.

Em síntese, a avaliação dos 23 indicadores, apresentada no decorrer de todo o capítulo quatro, tornou evidente que:

a. O **Fórum Amazônia Sustentável**, que alude de forma recorrente ao papel de indutor de um debate público, é um dos que apresentam menos recursos interativos, além de orientar suas estratégias por noções generalizantes ou pouco precisas, como “sustentabilidade”, o que dificulta a operacionalização de um plano realmente ligado às demandas regionais ou ao enfrentamento de problemas de forma eficaz. Além disso, não contempla metade das categorias estabelecidas como importantes para facilitar o acesso, a navegação e a disponibilização de informação e conteúdo.

b. O **Fórum Latinoamericano de REDD** opera de forma muito parecida ao primeiro, mas que de forma ainda mais grave porque, ainda que oferte o banco de dados mais robusto entre os espaços estudados, não habilita o usuário ao entendimento crítico do tema na medida

em que assume claramente uma posição tecnicista e favorável à implantação do mecanismo. Além de pouco dinâmico do ponto de vista da visibilidade, sua estrutura é a mais conservadora das quatro, suprimindo qualquer possibilidade de interação no ambiente virtual.

c. Por sua vez, comparado aos anteriores, do ponto de vista técnico o **Fórum UN-REDD América Latina e Caribe** tem um desempenho significativamente superior quanto à disponibilização de informações e interatividade, mas apresenta um desempenho limitado quando considerada a questão do acesso e navegação.

Além disso, em função da postura brasileira contrária ao financiamento do mecanismo via mercado, exclui o país dos fóruns de discussões promovidos pelo *website*, o que demonstra a pouca disposição ao confronto das organizações coordenadoras da iniciativa, entre as quais se destacam as Nações Unidas e o Banco Mundial, com fortes interesses no agendamento político do tema, conforme demonstrado.

Ainda mais notável é a restrição das discussões ao idioma espanhol, apesar da organização representante da sociedade civil e coordenadora da iniciativa estar situada na Amazônia brasileira, espaço de disputa, interesses e potenciais inequívocos à discussão de REDD.

d. Apesar de empreender esforços para melhor se adaptar às condições da web e ainda que o **Observatório do REDD** seja o que melhor atende à função de ofertar informações e conteúdo, ele não contempla sequer a metade dos critérios estabelecidos para analisar as possibilidades de acesso e navegação e de interação. É o caso que evidencia mais claramente que, ainda que se proponham melhorias, ferramentas e disposição institucional ao diálogo, a vontade política e o interesse cidadão em participar do processo discursivo estão longe de serem assegurados pela tecnologia.

Do ponto de vista da comunicação política, o que significam então tais resultados? Representam certamente fortes indícios de que a realidade sabota o entusiasmo provocado pela capacidade da *internet* de atender aos requisitos básicos da teoria normativa habermasiana sobre a esfera pública democrática, que seria favorecida pela existência de meios universais, anti-hierárquicos, que oferecem comunicação não coerciva, liberdade de expressão, agenda sem restrições e comunicação fora das tradicionais instituições políticas (FERREIRA, 2011).

Pela perspectiva técnica e tecnológica, as funções de visibilidade e deliberação estão longe de serem contempladas por esses espaços, que não apresentam qualificações suficientes para serem considerados esfera pública. De acordo com o que foi apontado no decorrer de todos os capítulos, o caráter tecnicista de REDD inviabiliza fluxos comunicativos livres e



abertos, tão essenciais à configuração de um lugar realmente informativo ou deliberativo, restringindo-os quase à privacidade de interesses dos atores capazes de tratar ou dominar o tema.

De acordo com a perspectiva normativa, elimina em definitivo a possibilidade dialógica no interior do sistema expressivo dos *media* a existência de um *discurso dogmático*, pouco plural em termos de posições e com baixa disposição à divergência, em detrimento de outro *argumentativo* e capaz de conduzir uma conversação coerente e conduzida com lealdade, um confronto ou mesmo o esclarecimento mútuo:

O discurso dogmático (“tal coisa é assim...”), abundante nos meios é uma fala “competente”. Oferece uma posição como se esta tivesse já o resultado de uma argumentação e fosse fundamentada num consenso sólido. É como se a discussão já tivesse sido concluída e a posição fosse tão óbvia e objetiva que uma nova discussão fosse ociosa. [...] Também não integra um debate, porque a certeza e a evidência presumível da própria tese dispensa os procedimentos demonstrativos e argumentativos (GOMES, 2008d, p. 144).

No que se refere à questão do acesso, muito além da necessidade da inclusão digital, tão urgente e preciosa quando considerados os alarmantes indicadores sociais de renda, educação e cultura da sociedade brasileira e, em especial, da amazônica, está a importância de garantir ou aumentar a capacidade cidadã de influência política, cujos requisitos incluem habilidades e competências para o uso da tecnologia.

Nesse sentido, é preciso reconhecer também as condições culturais, econômicas e políticas que se refletem na apresentação de recursos desiguais, capacidades e posições sociais diferenciadas por parte dos indivíduos em uma situação de deliberação – desigualdades e diferenças essas capazes de aumentar ainda mais ou reforçar a exclusão ao reduzir a eficácia e a influência dos interlocutores menos favorecidos, dadas as exigências para a participação política, agora também incorporadas ao mundo virtual.

No âmbito deste conceito (de *desigualdade digital*), a atenção é dedicada não apenas às diferenças no acesso, mas também aos restantes factores de desigualdade entre pessoas com acesso formal à Internet – o que conduz a que se considere, como factores de desigualdade, para além do acesso ao equipamento, aspectos como a autonomia de uso, as competências, o ambiente social e os propósitos do emprego da tecnologia. Noutros termos, o que a discussão sobre a barreira digital (*digital divide*) hoje implica, com uma ênfase renovada, é a necessidade de distinguir entre os vários níveis de acesso e as variáveis de utilização dos meios no âmbito de uma comunidade, numa perspectiva de tal modo ampla que permita a apreensão das lógicas de exclusão desencadeadas pelas novas tecnologias, situadas em contextos de interacção específicos – enquanto parte de esferas públicas concretas. Uma perspectiva que, em suma, remete para dois conceitos em jogo no ideário deliberativo (e, de forma muito sensível, na deliberação *online*): o conceito de

participação, isto é, quem toma parte na deliberação, e o conceito de representação, ou seja, que vozes conseguem ser ouvidas no discurso (FERREIRA, 2011, p. 55).

Para Maia (2008), as desigualdades tecnológicas viriam a aumentar os já enormes fossos econômico, simbólico e de oportunidades pré-existentes em uma sociedade profundamente desigual, o que caracteriza em parte boa parte das comunidades envolvidas pelos projetos de REDD no interior de toda a Amazônia. Grupos estes, como os indígenas, os extrativistas e de que pequenos produtores, entre outros, que, frente a muito provável dificuldade de lidar com o tema, são relegados à margem do processo político, (intencionalmente ou não) “silenciados” para serem assumidos ou representados por organizações capazes de tratar tecnicamente o assunto e advogar por eles, nesse caso as ambientalistas.

Por enquanto, o que se vê, em geral, é que a distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais é transformada numa nova desigualdade de oportunidades políticas, que, em vez de resolver as desigualdades anteriores, acrescenta-se a elas e as torna ainda mais graves. O raciocínio é simples: quando se aumentam oportunidades sociais (no caso, as oportunidades digitais de participação política) e ao mesmo tempo uma parte considerável dos cidadãos não pode aproveitá-las, uma nova forma de injustiça social se materializa. Por isso mesmo, alguns suspeitam que a estratificação social aumentaria com o incremento de oportunidades digitais, e o fosso que separa os ricos e os pobres em informação e em chances de participação acrescentaria ao patrimônio de uns mais um conjunto de vantagens que a outros não é dado (GOMES, 2008e, p.317).

Ao serem concentradas no ciberespaço as informações e dinâmicas de interação fundamentais à decisão política que as afetarão, essas pessoas têm também as suas peculiaridades sócio-históricas e culturais negligenciadas pelas organizações coordenadoras das iniciativas aqui analisadas, que desconsideram o perfil eminentemente urbano, jovem e letrado de boa parte dos usuários da internet, segundo estudos empíricos na área.

Para Maia, além da desigualdade de acesso (material ou à influência política), também dificultam a participação política e a consequente realização de uma esfera pública virtual questões como a ausência de informações efetivamente qualificadas e de uma cultura prévia de adesão, motivação e engajamento cívicos nas questões de interesse público ou coletivo; a predominância dos meios de comunicação de massa, monopolizados no mundo inteiro por indústrias de informação, cultura e de entretenimento; e o caráter fechado dos sistemas

políticos, que não têm seus ambientes ou convicções automaticamente reconfigurados para acompanhar as mudanças e novas perspectivas do ambiente de comunicação.

Além da questão tecnológica, que não favorece a promoção do debate e dos atos deliberativos, as capacidades comunicativas a eles relacionados também reproduzem situações de exclusão, “uma vez que a ação de tornar explícitos os pontos de acordo e desacordo numa controvérsia está intimamente ligada a fatores diversos, entre eles as relações de poder localizadas no centro das interações sociais” (FERREIRA, 2011, p. 55). Entre outros fatores, as opressões simbólicas, as desigualdades econômicas, a invisibilidade social e a falta de competências discursivas, minuciosamente apresentadas no decorrer das análises tanto pelas formas de representação do homem amazônico quanto pela tematização excessivamente tecnicista que o desautoriza a falar e a decidir por si, constituem efetivamente barreiras ao envolvimento em processos de deliberação, representando assim novos fatores de desigualdade.

Ainda sobre o potencial deliberativo, cabe ressaltar que essa desigualdade comunicativa, estritamente ligada às assimetrias de poder entre os atores envolvidos, se dá mais uma vez em prejuízo dos chamados *públicos fracos*, os desfavorecidos no debate por não apresentarem as capacidades relevantes ou mínimas para a deliberação democrática. De acordo com o que é apontado Knight e Johnson, é possível considerar que as excessivas e rebuscadas especificações técnicas, a parcialidade da abordagem e a baixa propensão ao confronto dos espaços sobre REDD inviabilizariam a existência de três tipos primários de capacidades, legitimadores do próprio processo democrático: 1) a capacidade dessas pessoas ou grupos formularem preferências autênticas; 2) o uso de recursos culturais próprios - e não da cultura dominante - enquanto modo de formulação das questões; e 3) a posse de competências e capacidades básicas por parte de cada indivíduo (KNIGHT; JOHNSON, 2002, 298-299 apud FERREIRA, 2011, p.54).

A baixa pluralidade de posições, mesmo as técnico-científicas, e a supressão de críticas, controvérsias e polêmicas, como a denúncia que envolve a empresa *Celestial Green* e o grupo dos Munduruku de Jacareacanga, não permitem sequer o endosso ao parecer de alguns estudiosos sobre uma maior eficácia dos debates desenvolvidos em listas de discussão e fóruns virtuais como espaços destinados muito mais à formação complementar de opiniões do que à decisão por excelência (MARQUES, 2006).

2. A maneira como o homem amazônico e a própria região são representados, seja por meio de figuras infantis materialmente desfavorecidas ou adultas sem fisionomia e de um

espaço com paisagens florestais homogêneas e abundantes em recursos naturais, remete muito mais a uma estratégia de silenciamento do que de inclusão dessas pessoas em um processo político que vai afetá-las diretamente.

Estudos relacionados à linguagem demonstram claramente o efeito do “silêncio” para a exclusão da figura indígena da identidade cultural brasileira, a partir de um tratamento semelhante ao descrito pela relação entre organizações ambientalistas, fóruns de REDD e populações locais da região amazônica:

Como o índio foi excluído da língua e da identidade nacional brasileira? Com efeito, o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo (ORLANDI, 2007, p.57-58)

Segundo a mesma autora, uma “política do silêncio” é definida “pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”, produzindo um recorte entre o que se diz e o que não se diz. O “silêncio fundador”, por sua vez, “não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”, permitindo assim a existência de um “silêncio constitutivo” por meio do qual opera “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso dizer não dizer para poder dizer” (ORLANDI, 2007, p. 73-74).

Além da subtração das posições das populações locais, em termos políticos também têm impactos bastante significativos a eliminação discursiva das controvérsias técnico-científicas e as variadas críticas que podem tornar REDD um mecanismo pouco recomendável do ponto de vista socioeconômico, territorial e político.

Outro tipo de silêncio impede que sejam representados nesses espaços outros tipos de ambientes e paisagens, como as áreas agropecuárias, de cerrado e as cidades, entre outras, como se a Amazônia fosse restrita a uma floresta densa, contígua e homogênea. Como efeito desse tratamento, mais uma vez, as ações e programas relacionados à região, quando não respaldados por interesses desenvolvimentistas fortemente vinculados a interesses estritamente econômicos, teriam forte influência da ecologia, em detrimento de outras questões fundamentais à qualidade de vida, ao desenvolvimento rural e à melhoria das condições urbanísticas da região.

Outras formas discursivas, além da científica, também são silenciadas pelas iniciativas analisadas. Calam-se assim tantas e possíveis perspectivas diferenciadas para a solução de problemas regionais advindas de posições não técnicas, ainda que fortemente ligadas a interesses coletivos – o que remete à ideia *foucaultiana* sobre a conversão da ciência e do saber científico em “vontade de verdade”, que exerce formas de pressão e coerção sobre outros discursos, com o reforço e a orientação de “todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje” (FOUCAULT, 2006, p.18).

O papel da ciência e da especialização temática das organizações ambientalistas tem nesse caso uma função bastante estratégica e conveniente. Não é ingênuo e tão pouco inócuo o silenciamento de outras formas de expressão provocado pela linguagem eminentemente tecnicista de REDD e pela forma de representar e reduzir simbolicamente o homem e o ambiente característicos da região.

Tanto quanto os discursos e posições em defesa aberta do mecanismo, tais silêncios favorecem uma posição privilegiada das ONGs frente ao agendamento político e à tomada de decisões sobre o tema, porque são elas quem dominam os fundamentos e noções conceituais, sendo assim autorizadas (ou autorizando a si mesmas) a conduzirem alianças e a falarem por outros no protagonismo de processos que são sim políticos. E merecem indubitavelmente um número cada vez maior de apreciações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerada a importância que a sociedade civil pode assumir ao fazer ecoar sobre a esfera pública questões de seu interesse, com a possibilidade de exercer assim pressão sobre o sistema político, é de fundamental importância refletir se isso tem acontecido de fato e de que forma.

Na Amazônia, como foi demonstrado no decorrer de todo este trabalho, a ação das organizações ambientalistas é caracterizada por estratégias bastante peculiares e complexas, que passam não só por uma forte fundamentação científica de suas agendas mas também por um poder de mobilização – e agendamento – que abrange das escalas locais às instâncias internacionais de decisão política. Esse esforço de mobilização requer uma capacidade de convencimento, que é fortemente amparada pela produção de pesquisa, pela mobilização de pares em diversos setores e de recursos dos mais diferentes tipos e pela criação de produtos de comunicação que garantam a reprodução dos seus principais enunciados, como os *websites* aqui analisados.

Na medida em que são dispostos na internet, para a qual se orientam fortes expectativas de novas formas de atuação política cidadã, esses *websites* ganham o potencial de representarem espaços no ambiente virtual o que até então as instâncias do “mundo real” não têm conseguido (ao menos não de forma plena): inserir a representação e o interesse de uma ampla diversidade de atores que terão suas vidas e empreendimentos atingidos pela decisão política.

Vislumbrar um cenário democrático ideal, como o que é estabelecido pela noção de esfera pública habermasiana, não elimina da realidade as diferenças e as enormes desigualdades sociais, econômicas e de poder que se fazem presentes quando se reúnem atores e interesses tão diversos quanto os que atuam no ambiente amazônico.

Como efeito de toda essa diversidade de atores, tão pouco deixam de integrar essas relações as tensões, os antagonismos, a violência que se traveste em formas simbólicas como o silenciamento e por consequência a exclusão, e, especialmente, as intensas e desiguais disputas que estão aí pressupostas para fazer valer interesses por recursos naturais, econômicos e políticos, entre outros.

A despeito das críticas a respeito de uma visão quase romântica de Habermas sobre a capacidade deliberativa de uma sociedade em seu agir político, é importante sim destrinchar o conflito, a desigualdade, a exclusão e o falseamento da realidade contido em situações como a apresentada neste trabalho, mas sem perder de vista o potencial de corrigir as falhas, arrefecer

as desigualdades, garantir formas de inclusão, desconstruir e reinventar novas estruturas e assim transformar o mundo a partir de um horizonte ideal, a ser continuamente aperfeiçoado tanto por quem estuda como por quem na realidade sofre os efeitos das construções no plano das ideias.

Mais do que criticar o papel e o *modus operandi* das organizações ambientalistas ou descartar os benefícios produzidos por esse setor em diferentes áreas e aspectos, por acreditar no papel da sociedade civil na contestação do que está posto em termos de realidade e na proposição de novas formas de atuar favoráveis à construção um mundo social, econômico, ambiental e politicamente mais justo e participativo (ou menos pernicioso e desigual) é que aqui se expôs um cenário sobre o qual pouco se fala e ao qual muitos olhares quase embotados pelo cotidiano já não conseguem estranhar.

Os casos estudados apenas transportam ao ambiente virtual as distorções existentes no mundo real e as impertinências não só precisam como podem (e devem) ser corrigidas em prol da democracia e em benefício do interesse público ou da sociedade como um todo.

Retomando as palavras de Gomes (2008) sobre a natureza da esfera pública, a mesma só deverá operar em prol da democracia e em virtude da soberania popular, para o bem da comunidade política, se atendidos requisitos básicos para a participação cidadã nos processos decisórios, assim como instituída uma cultura política favorável, em que valores democráticos sejam compartilhados extensa e intensamente pelas pessoas.

Sob essa perspectiva, confundir causa e efeito é extremamente prejudicial, na medida em que a esfera pública representa de fato uma tarefa e um compromisso a serem assumidos por Estado e sociedade, a partir de instrumentos legais e ações cotidianas individuais e coletivas.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. *A COP15: apontamentos de campo*. Estudos avançados. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

AGORA não é mais REDD, virou REDD plus. Disponível em <<http://www.oeco.com.br/forest-day-3/23108-agora-nao-e-mais-redd-virou-redd-plus>>. Acesso em 15 de fev. 2011.

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Inventário brasileiro das emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa: informações gerais e valores preliminares*. Novembro 2009. Disponível em <[http://www.oc.org.br/cms/arquivos/inventa%C2%A1rio\\_emissa%C2%B5es\\_gee-valores\\_preliminares-25-11-2009.pdf](http://www.oc.org.br/cms/arquivos/inventa%C2%A1rio_emissa%C2%B5es_gee-valores_preliminares-25-11-2009.pdf)>. Acesso em 05 de nov. 2011.

CARTA de princípios para REDD. Disponível em: <[http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/v5/carta\\_reddforum\\_amazonia.pdf](http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/v5/carta_reddforum_amazonia.pdf)>. Acesso em 01 de mar. 2011.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS. *Novos Cadernos NAEA*. v. 29, n. 1, p. 05-39. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA), 2005.

CENAMO, Mariano C., PAVAN, Mariana N., BARROS, Ana Cristina, CARVALHO, Fernanda. *Guia sobre Projetos de REDD+ na América Latina*. 2010. Manaus, Brasil.

CHAPIN, Mac. Um desafio aos conservacionistas. In: *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas/ Organização e tradução: Antonio Carlos Diegues*. São Paulo: NUPAUV/USP, 2008.

CIENTISTAS contestam o pagamento de indenizações pelo não desmatamento. Disponível em <[http://www.museu-goeldi.br/museuempauta/noticias/agencia\\_museu\\_goeldi/09112007/primeira.html](http://www.museu-goeldi.br/museuempauta/noticias/agencia_museu_goeldi/09112007/primeira.html)>. Acesso em 01 de dez. 2012.

COMPAGNON, Daniel. Administrar democraticamente a biodiversidade graças às ONGs? In: *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas/ Organização e tradução: Antonio Carlos Diegues*. São Paulo: NUPAUV/USP, 2008.

COP-16 dá sobrevida às negociações climáticas. Disponível em <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17262](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17262)>. Acesso em: 15 de fev. 2011.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2000.



\_\_\_\_\_. *Balanço de Carbono e Economia Local: Um Ensaio sobre uma Região Crítica da Amazônia*. Economia (Campinas), v.10, p.299 - 332, 2009.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Agrário Sustentável na Amazônia: Trajetórias tecnológica, estrutura fundiária e institucionalidade. In: Becker, B., Costa, F. de A., Costa, W. M. *Desafios ao Projeto Amazônia*. Brasília: CGEE, 2009.

\_\_\_\_\_. Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. , v.5, p.25 - 39, 2010

COSTA, Luciana M. *Comunicação e Meio Ambiente: a análise de campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DAWBOR, Ladislau. *Gestão social e transformação da sociedade*. PUC, São Paulo, 1999. Texto para discussões. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/ecopol/1999/gestao.pdf>>. Acesso em 05 de fev. 2012.

DELARBRE, Raúl Trejo. *Internet como expressão e extensão do espaço público*. In: Matrizes. Perspectivas autorais nos estudos de comunicação IV. v. 2, n. 2, 2009.

DESVENDANDO o significado de REDD, REDD+ e REDD++. Ecodebate. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2009/09/09/desvendando-o-significado-de-redd-redd-e-redd>>. Acesso em: 15.02.2011.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. – 6ª ed. ampliada – São Paulo: Hucitec; NUPAUB-USP/CEC, 2008.

DOWIE, Mark. Refugiados da conservação. In: *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*/ Organização e tradução: Antonio Carlos Diegues. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DURÃO, Aylton Barbieri. O conceito de opinião pública em Kant. *Revista Cultural Fonte*, Londrina, v. 2, p. 55-60, 1999.

DUTRA, Manuel Sena. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade e os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1.000. 256 p.

ECO, O. Disponível em <[www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br)>. Acesso em 21 de fev. 2012.

EM side event Ipam participa discutindo sobre os sucessos e desafios no tema de REDD e mudança do clima. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/noticias/Em-side-event-IPAM-participa-discutindo-sobre-os-sucessos-e-desafios-no-tema-de-REDD-e-mudanca-do-clima/938/destaque>>. Acesso em 15 de fev. 2012.

EMPRESA irlandesa compra direitos sobre terra indígena à revelia da FUNAI. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/20427/empresa+irlandesa+compra+direitos+sobre+terra+indigena+a+revelia+da+funai.shtml>>. Acesso em 10 de mar. 2012.

FATHEUER, Thomas. *REDD – algumas questões conceituais*. Disponível em <[www.boell-latinoamerica.org/downloads/](http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/)>. Acesso em 13 de out. 2009.

FEARNSIDE, Philip. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. As florestas no acordo do clima. SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Revista Ciência Hoje*. v.29, n. 171. SBPC: maio de 2001.

\_\_\_\_\_. Salvar florestas tropicais como medida de mitigação do efeito estufa: o assunto que mais divide o movimento ambientalista. In: *A floresta amazônica nas mudanças globais / Philip M. Fearnside - Manaus: INPA, 2003.*

FERREIRA, Gil Antônio Baptista. Democracia Digital e Participação Política: o acesso e a igualdade na deliberação online. *Media & Jornalismo*, nº. 18, v. 10, n. 1, pp. 46-61, 2011.

FERREIRA, Tatiana Nazaré Amaral. *Amazônia e webjornalismo: discursos sobre sociedade e meio ambiente*. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura. 120 f. Belém, 2011.

FIORÍN, José Luiz. *Polifonia textual e discursiva*. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORÍN, José Luiz (Orgs). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. –2. ed. 1.reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Disponível em <<http://www.forumamazoniasustentavel.org.br>>. Acesso em 15 de fev. 2012.

FÓRUM LATINOAMERICANO DE REDD. Disponível em <<http://www.forumredd.org>>. Acesso em 15 de fev. 2012.

FÓRUM UN-REDD AMÉRICA LATINA E CARIBE. Disponível em <<http://un-redd-amlatinaycaribe.ning.com>>. Acesso em 15 de fev. 2012.

FUNAI dá bolsa para tentar conter assédio. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,funai-da-bolsa-para-tentar-conter-assedio-,847126,0.htm>>. Acesso em 10 de mar. 2012.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. v.7, n.3. Unisinos: setembro-dezembro 2005.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva/ Wilson Gomes, Rousiley C.M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008a, p. 11-27.*

\_\_\_\_\_. Esfera pública política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, Rousiley C.M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva* – São Paulo: Paulus, 2008b, p.31-42.

\_\_\_\_\_. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas. In: *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*/ Wilson Gomes, Rousiley C.M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008c, p.69-115.

\_\_\_\_\_. Da discussão à visibilidade. In: *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*/ Wilson Gomes, Rousiley C.M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008d, p. 117-162.

\_\_\_\_\_. Internet e participação política. In: *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*/ Wilson Gomes, Rousiley C.M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008e, p. 293-326.

GÓMEZ, José Maria. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Pablo Gentili (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCO, 2000.

GT METRIX. Disponível em <<http://gtmetrix.com>>. Acesso em 01 de mar. 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*/ Jürgen Habermas; trad. Flávio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

IPAM coordena rede social na internet para discutir sistemas de REDD. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/noticias/IPAM-coordena-rede-social-na-internet-para-discutir-sistemas-de-REDD-nos-paises-da-America-Latina-e-Caribe/878>>. Acesso em 15 de fev. 2012.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. Disponível em <[http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cop\\_16\\_cancun/noticia=726608](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cop_16_cancun/noticia=726608)>. Acesso em 01 de jan. 2011.

KATOOMBA. Disponível em <<http://www.katoombagroup.org/>>. Acesso em 10 de jan. 2012.

LEROY, Jean Pierre. *Reflexões sobre o Fundo Amazônia: Condições para que um projeto junto a povos e populações amazônicas tenha alguma chance de não dar errado*. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3138>. Última visita: 13/10/2009.

LEVI, Margaret. *Uma lógica da mudança institucional*. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: v.34, n.1, 1991. p. 79-99.

MACHADO, Jorge Alberto S. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. Sociologias [online]. 2007, n.18, pp. 248-285. ISSN 1517-4522. doi: 10.1590/S1517-45222007000200012.

MAGGI defende REDD. Disponível em <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=330438>>. Acesso em 15 de fev. 2011.

MAIA, Rousiley C.M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições de deliberação. In: *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*/ Wilson Gomes, Rousiley C.M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008a, p. 272-292.

\_\_\_\_\_. *Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo*. In: *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*/ Wilson Gomes, Rousiley C.M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008b, 327-348.

MARQUES, Ângela Cristina S. *Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores*. Líbero: ano XI, n.21, junho 2008. p.23-36.

MELO JÚNIOR, L. C. M. *Migração, sistemas sociais e uso dos recursos naturais: O caso de uma comunidade agrária do Nordeste paraense, Amazônia Oriental*. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MOTA, José Aroudo; GAZONI, Jeferson; GÓES, Geraldo Sandoval. *A economia das mudanças climáticas*. Fórum Ipea de Mudanças Climáticas. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/forum\\_mudanca\\_climatica/Estudos\\_e\\_Pesquisas.html](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/forum_mudanca_climatica/Estudos_e_Pesquisas.html)>. Acesso em 12 de dez. 2010.

MULTI-PARTNER TRUST FUND OFFICE. Disponível em <<http://mdtf.undp.org/factsheet/fund/CCF00>>. Acesso em 16 de fev. 2012.

OBSERVATÓRIO DE REDD. Disponível em <<http://www.observatoriodoredd.org.br>> e <<http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/>>. Acesso em 15 de fev. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. - 6ª ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

O QUE é e como surgiu REDD. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/O-que-e-e-como-surgiu-o-REDD-/3>>. Acesso em 05 de jan. 2012.

PACTO pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia. Disponível em <[http://socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/doc-pacto%20desmatamento%20zero%20SUM%20ONGs%20FINAL.pdf](http://socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/doc-pacto%20desmatamento%20zero%20SUM%20ONGs%20FINAL.pdf)>. Acesso em 01 de dez. 2012.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - IPCC. *Cambio climático 2007: Informe de síntesis*. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Cuarto Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático [Equipo de redacción principal: Pachauri, R.K. y Reisinger, A. (directores de la publicación)]. IPCC: Ginebra, 2007.

PARKER, Charlie; MITCHELL, Andrew; TRIVEDI, Mandar; MARDAS, Niki. *The Little REDD+ Book*. Global Canopy Programme: 2009.

PETER Mann de Toledo defende que desmatamento zero é uma proposta viável. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=31782>>. Acesso em 01.12.2012.

PHELPS, Jacob; WEBB, Edward L.; AGRAWAL, Arun. *Land use: does REDD+ threaten to recentralize forest governance?* Science: vol 328, 16 de abr. 2010. Disponível em <[www.sciencemag.org](http://www.sciencemag.org)>. Acesso em 13 de dez. 2010.

PRIMACK, Richard B. & RODRIGUES, Efraim. *Biologia da Conservação*. 2002.

QUAIS FORAM os resultados de fato da COP-16? Disponível em <[http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cop\\_16\\_\\_\\_cancun/noticia=726608](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cop_16___cancun/noticia=726608)>. Acesso em 15 de fev. 2011.

REDD pós-COP15: integração entre projetos e iniciativas nacionais. Disponível em <<http://oecoamazonia.com/br/artigos/9-artigos/15-redd-pos-copenhagen-perspectivas-de-integracao-entre-projetos-e-iniciativas-nacionais->>. Acesso em 15.02.2011.

REDE social para debater emissões. Disponível em <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2010/12/rede-social-para-debater-emissoes>>. Acesso em 15 de jan. 2011

ROCHA, Carlos Vasconcelos. *Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: Algumas observações*. Civitas: Porto Alegre; v. 5, n. 1, jan.-jun 2005. p. 11-28

SANTOS JÚNIOR, Roberto Araújo de Oliveira et al. *Desmatamento, trajetórias tecnológicas rurais e metas de contenção de emissões na Amazônia*. Cienc. Cult., Out 2010, vol.62, n°.4, p.56-59. ISSN 0009-6725

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública*. In: Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. 1 ed. Salvador : EDUFBA, 2008, v.1, p. 31-50.

SHELLARD, Sofia; MOZZER, Gustavo Barbosa. Oportunidades e desafios relativos à implementação de mecanismo de REDD. In: *Mudanças do clima no Brasil: aspectos sociais, econômicos e regulatórios*/ editores: Ronaldo Seroa da Motta... [et al.]. Brasília: Ipea, 2011.

STERN, Nicholas. *Stern Review on the economics of climate change: executive summary* / Sir Nicholas Stern. London: 2006.

TENÓRIO, F; SARAIVA, E. Esforços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS; PIERANTI. *Estado e Gestão Pública*. Rio de Janeiro, 2006, p. 107-133.

TORO, José Bernardo. *A construção do público: cidadania, democracia e participação* / José Bernardo Toro; seleção de textos e organização, Cristina Duarte Werneck e Nisia Duarte Werneck. – Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: (X) Brasil, 2005.

THUSWOHL, Maurício. *COP-16 dá sobrevida às negociações climáticas*. Agência Carta Maior, Meio Ambiente, 17.12.2010. Disponível em

<[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17262](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17262)>. Acesso em 20 de jan. 2011.

VALE. Disponível em <<http://www.vale.com.br>>. Acesso em 28 de jan. 2012.

VALE aprova a aquisição de participação em Belo Monte. Disponível em <<http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/press-releases/paginas/vale-aprova-a-aquisicao-de-participacao-em-belo-monte.aspx>>. Acesso em 28 de jan. 2011.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; SILVA, José Maria Cardoso da; TOLEDO, Peter Mann de. *Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia*. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 153-164. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200009>>. Acesso em 01 de dez. 2012.

WIKIPEDIA. *Ning*. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ning>>. Acesso em 15 de jan. 2012.

## GLOSSÁRIO

### **Aquecimento global**

Elevação da temperatura média anual da Terra causada pelo aumento das concentrações na atmosfera dos chamados gases do efeito estufa nos últimos 100 anos. Estes gases alteram as características da atmosfera fazendo com que o calor fique concentrado como numa estufa. Daí vem a expressão “efeito estufa”.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **Clima**

Conjunto de estados de tempo meteorológico que caracteriza uma determinada região durante um grande período de tempo, incluindo o comportamento habitual e as flutuações. Resultante das complexas relações entre a atmosfera, geosfera, hidrosfera, criosfera e biosfera.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **COP**

Órgão máximo da Convenção do Clima, composta pelos países que a ratificaram e responsável pela sua implementação. A primeira reunião, COP1, foi realizada em 1995 em Berlim. Durante a terceira (COP-3) foi decidido o Protocolo de Quioto.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **Efeito estufa**

O fato de a atmosfera reter mais e mais o calor leva a crer que a temperatura média do planeta vai aumentar. Por menor que seja este aumento, deverá influenciar muito fortemente o regime de chuvas e secas em várias partes do globo, por exemplo. Só isso seria suficiente para afetar plantações e florestas. Tende a haver também um degelo acelerado, tanto em picos mais elevados quanto nas próprias imediações do Ártico e da Antártida. O gelo derretido deve fazer com que o nível dos oceanos se eleve, encobrindo ilhas e invadindo continentes. As conseqüências são sérias para a vida na Terra no futuro próximo

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **Emissões**

Liberação de gases do efeito estufa e/ ou seus precursores na atmosfera numa área específica e ao longo de um período determinado.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **Gases de efeito estufa**

Constituintes gasosos da atmosfera, naturais ou antrópicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Segundo o Protocolo de Quioto são eles: dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), hexafluoreto de enxofre (SF<sub>2</sub>), além de duas famílias de gases, os hidrofluorcarbonos (HFCs) e os perfluorcarbonos (PFCs). Entre os gases do efeito estufa que estão aumentando de concentração, o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano e o óxido nitroso são os mais importantes.

O CO<sub>2</sub> contribui mais para o aquecimento porque representa 55% do total das emissões mundiais de gases do efeito estufa. O tempo de sua permanência na atmosfera é de no mínimo 100 anos, com impactos no clima ao longo de séculos.

A quantidade de metano emitida é bem menor, mas seu potencial de aquecimento é 21 vezes superior ao do CO<sub>2</sub>.

No caso do óxido nitroso e dos clorofluorcarbonos, suas concentrações são ainda menores, mas o poder estufa é, respectivamente, de 310 e 6.200-7.100 vezes maior do que o do CO<sub>2</sub>.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **Inventário de emissões**

Os gases de efeito estufa são inventariados por todos os países que fazem parte da Convenção do Clima e todos seguem uma metodologia comum.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **IPCC**

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima . grêmio científico da ONU, fundado em 1988 pela WMO (World Meteorological Organisation) e pelo PNUD (United Nation Environment Programme). Em 1990, emitiu um relatório afirmando que a ação do homem poderia estar causando o efeito estufa. O estudo serviu de base para as discussões durante a Rio-92, no Rio de Janeiro. Durante o encontro, os países desenvolvidos se comprometeram a reduzir ou limitar voluntariamente, até o ano 2000, as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O IPCC faz relatórios anuais sobre o Estado da Arte científico da pesquisa do clima, examina os efeitos das mudanças climáticas e desenvolve estratégias de combate, subsidiando as Partes da Convenção.



(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo)**

Instrumento com o objetivo de assistir as Partes do Anexo I da Convenção do Clima mediante fornecimento de capital para financiar projetos que visem a redução de gases de efeito estufa em países não-Anexo I. Em outras palavras: o MDL é um mecanismo de flexibilização que permite aos países desenvolvidos canalizar recursos para nações mais pobres ou mesmo adquirir reduções de projetos oriundos de países em desenvolvimento. E esses projetos, de acordo com o que foi acertado, seriam aceitos para alcançar as metas de redução, desde que sigam uma metodologia específica, cuja regulamentação consta dos acordos de Marrakesh. Desta forma, os MDLs são uma alternativa para os países compensarem o fato de não terem reduzido suas emissões internas e uma forma de escapar das elevadas multas que estão previstas para aqueles que não atingirem suas metas no período que vai de 2008 a 2012.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **Protocolo de Quioto**

Instrumento jurídico complementar e vinculado à Convenção do Clima, que estabelece compromissos de limitação ou redução de gases de efeito estufa para os países listados no seu Anexo B.

Durante a década de 90, a ONU percebeu que o compromisso não estava sendo cumprido. A partir dessa constatação, em 1997 foi definido, na cidade de Kyoto, o protocolo que transformava as reduções voluntárias em obrigatórias.

Entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, com sua homologação pela Rússia. Cumpriu-se assim a exigência de que seus signatários sejam responsáveis por pelo menos 55% das emissões mundiais de gases causadores do efeito estufa.

(Fonte: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - <http://www.forumclima.org.br>)

### **REDD**

Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) é o mecanismo de compensação por ações que visam manter a floresta em pé e, conseqüentemente, reduz as emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e queima das florestas. A sigla REDD nasceu durante a Convenção das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 13), quando pela primeira vez as florestas foram oficialmente consideradas essenciais para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

(Fonte: IPAM, [www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br))

### **REDD+**

É a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e também os esforços direcionados para as ações de conservação e manejo sustentável das florestas e atividades que propiciam o aumento dos estoques de carbono das florestas nativas.

(Fonte: IPAM, [www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br))

### **REDD++**

REDD++ significa a inclusão das práticas de agricultura em prol do não desmatamento no conceito de REDD+.

(Fonte: IPAM, [www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br))